

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PGE)
CURSO DE MESTRADO

MARIA HELENA VANDRESEN DA SILVA

AS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES DA REGIÃO IMEDIATA DE PARANAVAÍ:
CASO DO DISTRITO DE GRACIOSA

Maringá - PR
2024

MARIA HELENA VANDRESEN DA SILVA

AS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES DA REGIÃO IMEDIATA DE PARANAVAÍ:
CASO DO DISTRITO DE GRACIOSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria Endlich

Maringá - PR

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586p

Silva, Maria Helena Vandresen da

As pequenas cidades/localidades da Região Imediata de Paranavaí : Caso do Distrito de Graciosa / Maria Helena Vandresen da Silva. -- Maringá, PR, 2024.
126 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Endlich.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Pequenas cidades. 2. Espaço geográfico. 3. Distrito de Graciosa - Paranavaí (PR) .
4. Desenvolvimento regional. 5. Desigualdades. I. Endlich, Ângela Maria, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 910.021

Ademir Henrique dos Santos - CRB-
9/1065

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por toda a ajuda que tenha me dado durante todo o processo do mestrado.

Agradeço a minha orientadora, Ângela Maria Endlich por todo o empenho e atenção direcionados a minha pesquisa.

Agradeço a minha família: minha mãe, Eliane Aparecida da Silva; minha avó, Geni Maria Vandresen (In memorian) ; meu marido, Maurício dos Santos Cruz; meu padrasto, Edson Carlos Guimarães Filho; por terem acreditado em meu potencial e incentivado durante esse processo.

Agradeço aos meus amigos pelas palavras de incentivo, tornando o caminho mais leve.

Agradeço aos meus professores que desempenharam sua função com maestria tornando-se um referencial para mim, sobretudo Aníbal Paganunici (In memorian), José Ricardo de Oliveira (In memorian) e Gilmar Aparecido Assalin por terem me incentivado e contribuído com minha pesquisa durante todo o mestrado.

Agradeço aos órgãos de fomento Capes, Cnpq e PGE por todo o auxílio prestado durante o processo de mestrado.

AS PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES DA REGIÃO IMEDIATA DE PARANAVAÍ:
CASO DO DISTRITO DE GRACIOSA

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 25 de abril de 2024.

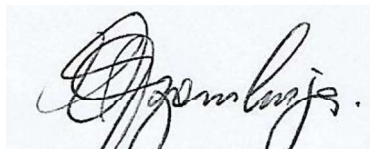
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª. Dr.^ª. Angela Maria Endlich
Orientadora- PGE/UEM



Prof. Dr. Gilmar Aparecido Asalin
Membro convidada - UNESPAR



Prof. Dr. Leonardo Dirceu de Azambuja
Membro convidado - UEM

A desigualdade social transforma a vida dos cidadãos em uma corrida cuja distância a percorrer e obstáculos não são os mesmos para todos.
Samir de Sena Castro

RESUMO

A pesquisa sobre pequenas cidades e localidades, no Brasil, tem avançado, especialmente, em áreas que englobam a Geografia, a Arquitetura e o Desenvolvimento Regional. No entanto, há indícios de uma lacuna significativa, sobretudo, considerando as sedes de distritos, como é o caso de Graciosa, pertencente ao município de Paranaíba, sobre o qual foi observada a ausência de análises. A Região Imediata de Paranaíba (RIP), localizada no norte do Paraná, reflete a persistente perda populacional em pequenas cidades e localidades, sendo que o declínio demográfico está associado a desafios na geração de emprego, à obtenção de renda e à oferta insuficiente de serviços públicos. Esta é uma tendência recorrente em diversas sedes de municípios, muitas vezes, em região menores do que a sede do distrito de Graciosa. Em face do contexto, o objetivo central deste trabalho é compreender a transformação do espaço geográfico do referido distrito, examinando as mudanças ali ocorridas, ao longo do tempo, especialmente, em relação à chegada de indústrias, como a Indemil, e as implicações socioeconômicas resultantes deste fato. O estudo também visa destacar as diferenças socioeconômicas entre os descendentes de catarinenses e paraibanos, principais grupos de migrantes registrados na localidade, o que poderá contribuir para uma compreensão mais profunda das realidades desta pequena localidade. Quanto aos resultados, observamos que o distrito de Graciosa enfrenta desafios quanto a oportunidades futuras, situação que exige a adaptação das instituições, a garantia de igualdade nas condições de vida e a gestão sustentável das transformações resultantes deste processo. Ademais, a observação das condições de vida dos catarinenses, em comparação com outros grupos, destacou as disparidades socioeconômicas na região, evidenciando a necessidade de abordagens abrangentes para lidar com tais questões. A convergência entre relatos e imagens reforçou não apenas a presença da desigualdade, mas, também, sua importância na compreensão da dinâmica social e espacial do distrito de Graciosa.

Palavras-chave: Desigualdade. Distrito de Graciosa. Espaço Geográfico. Pequenas Cidades.

ABSTRACT

Research on small cities and towns, in Brazil, has advanced, especially, in areas that include Geography, Architecture and Regional Development. However, there are evidences of a significant gap, especially, considering the district headquarters, as is the case of Graciosa, belonging to the municipality of Paranavaí, for which there was a lack of analysis. The Immediate Region of Paranavaí (RIP), located in the north of Paraná, reflects the persistent population loss in small cities and towns, with the demographic decline being associated with challenges in generating employment, obtaining income and insufficient provision of services public. This is a recurring trend in several municipal seats, often in smaller regions than the district seat of Graciosa. Given the context, the central objective of this work is to understand the transformation of the geographical space of the aforementioned district, examining the changes that have occurred there over time, especially in relation to the arrival of industries, such as Indemil, and the resulting socioeconomic implications of this fact. The study also aims to highlight the socioeconomic differences between the migrants from Santa Catarina and Paraíba, the main groups of migrants registered in the locality, which could contribute to a deeper understanding of the realities of this small locality. Regarding the results, we observed that Graciosa district faces challenges regarding future opportunities, a situation that requires the adaptation of institutions, the guarantee of equality in living conditions and the sustainable management of the transformations resulting from this process. Furthermore, observation of the living conditions of people from Santa Catarina, in comparison to other groups, highlighted the socioeconomic disparities in the region, highlighting the need for comprehensive approaches to deal with such issues. The convergence between reports and images reinforced not only the presence of inequality, but also its importance in understanding the social and spatial dynamics of the Graciosa district.

Keywords: Inequality. Graciosa District. Geographical Space. Small Towns.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Imediata de Paranavaí. Municípios, 2017.....	21
Figura 2 – Região Imediata de Paranavaí. Municípios por classe demográfica, 2022.....	25
Figura 3 – Paranavaí. Delimitação Administrativa dos Distritos, 2022.....	51
Figura 4 - Graciosa. Centro urbano, década de 1950.....	52
Figura 5 – Graciosa. Família Pioneira Catarinense, 1955.....	53
Figura 6 – Graciosa. Rua com falta de pavimentação asfáltica, 2023	64
Figura 7 – Graciosa. Rua sem pavimentação, 2023.....	66
Figura 8 – Graciosa. Pavimentação asfáltica em área nobre do distrito, 2023.....	67
Figura 9 – Graciosa. Terreno oportunizado para futuros investimentos, 2023.....	68
Figura 10 - Distrito de Graciosa, PR. A perspectiva sobre a região vista de cima, 2021.	71
Figura 11 – Casas localizadas na área nobre, 2023	72
Figura 12 – Graciosa. Área nobre do distrito, 2023	72
Figura 13 – Distrito de Graciosa, PR. Periferia social, 2023	73
Figura 14 – Distrito de Graciosa,PR. Periferia social, 2023.	73
Figura 15 – Distrito de Graciosa, PR. Localização da Indústria Indemil Indústria e Comércio, 2022	74
Figura 16 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023	75
Figura 17 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023	76
Figura 18 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023	76
Figura 19 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023	77
Figura 20 – Graciosa, PR. Percentual de Entrevistados por Região do Brasil, 2023.....	80
Figura 21 – Graciosa, PR. Percentual de motivos que trouxeram novas pessoas para Paranavaí, 2023.....	81
Figura 22 – Graciosa, PR. Gráfico Percentual de Motivações para a Migração.....	82
Figura 23 – Graciosa, PR. Percentual referente à opinião sobre a avaliação do distrito, 2023	84

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Região Intermediária de Paranavaí. Municípios por tamanho demográfico, 2022	244
Quadro 2 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios/pequenas cidades/localidades, com ênfase em aspectos agrários, 2000-2020.....	29
Quadro 3 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios/pequenas cidades/localidades: questões ambientais, 2000-2020.....	30
Quadro 4 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios/pequenas cidades/localidades: urbano 2000-2020	31
Quadro 5 – Região Imediata de Paranavaí. Municípios/Cidades e empresas colonizadoras, 2023	35
Quadro 6 – Região Imediata de Paranavaí. Sítios arqueológicos, 2023	44
Quadro 7 – Graciosa, PR. Resumo da dinâmica econômica.....	55
Tabela 1– Região Imediata de Paranavaí. Dados demograficos, 2000-2002.....	23
Tabela 2 – Brasil. Produção de Fécula nos Estados, 2014- 2017	59
Tabela 3 – Brasil. Mandioca - Principais Estados - Área, Produção e Produtividade de 2018/19	60
Tabela 4 – Brasil. Principais usos de Fécula - 2012 a 2018.	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. COMPOSIÇÃO DA REDE URBANA NA REGIÃO IMEDIATA DE PARANAVAÍ: PRESENÇA DE PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES	19
1.1 Composição da Região Imediata de Paranavaí e a presença das pequenas cidades/localidades	20
1.2 Pequenas cidades/localidades na pauta acadêmica e aportes para a Região Imediata de Paranavaí.....	26
1.3 Produtores hegemônicos do espaço, as companhias colonizadoras e o Estado do Paraná e seus aspectos ideológicos	34
1.3.1 Desconstruindo o mito do vazio demográfico	40
1.3.2 Povos originários na região	43
2. APRESENTANDO O DISTRITO DE GRACIOSA E MAPEANDO CONCEITOS NECESSÁRIOS.....	46
2.1 Mapeamento conceitual – pequenas cidades/localidades e distritos	46
2.2 O Distrito de Graciosa: Formação, Aspectos Demográficos e Inserção Econômica na Região	50
2.3 Mandiocultura e a inserção econômica dessa atividade em Graciosa	56
2.3.1 O avanço da mandiocultura na região e a fundação da Abam.....	62
3. A REALIDADE SOCIOESPACIAL EM GRACIOSA	64
3.1 Graciosa? Nem Tanto: Uma Análise das Características e Implicações da Desigualdade Social no Distrito.....	69
3.2 A Desigualdade Social sob o Olhar dos Moradores.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES E ANEXOS.....	98

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o tema das pequenas cidades/localidades aos poucos tem avançado no Brasil, sobretudo pela presença dos programas de pós-graduação em Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e afins. Entretanto, quando se trata de pequenas localidades como as sedes dos distritos, a ausência de estudos ainda é constatada com frequência, pois são pouquíssimas as análises sobre estas parcelas, ou esta escala geográfica, do território brasileiro. Sendo assim, foi escolhido como recorte territorial deste trabalho a sede de um distrito pertencente ao município de Paranavaí, o distrito de Graciosa, com as dinâmicas econômicas e sociais materializadas naquele espaço.

É fato observável que há um predomínio do interesse em estudar grandes metrópoles, talvez por se considerar que apenas ali podem vir a acontecer movimentações relevantes e que mereçam análises. No entanto, embora, as cidades grandes e médias apresentem fenômenos expressivos, não se pode deixar de fora a análise do restante do território, uma vez que, nos locais menores também ocorrem dinâmicas significativas, cujas diferenças podem ocorrer em menor escala, porém se configuram como processos marcados por singularidades inerentes a estes lugares. Destacamos que a escassez em estudos sobre o objeto abordado neste trabalho tem resultado na prevalência de muitos questionamentos e dúvidas, bem como, tem colaborado para a conservação das dificuldades para a obtenção e organização de informações sobre a realidade das pequenas cidades/localidades.

Nesse sentido, uma das peculiaridades, ou dificuldades, que pode ser observada ao estudar estes espaços, em algumas áreas específicas do norte do Paraná, é a persistente perda de população. A respeito disso, Carvalho (2022) explica que:

O declínio demográfico persistente e acentuado indica dificuldades da sociedade local em reproduzir suas vidas em determinados espaços. A sobrevivência tem implicado a migração para boa parte da população que vive em municípios com pequenas cidades/localidades como sede urbana. Em geral, são dificuldades de geração de emprego e renda, mas também de ausência ou insuficiência de oferta de serviços públicos, que agravam a condição de vida (Carvalho, 2022, p. 44).

Sob esta perspectiva, uma análise do contexto regional mostra que esta dinâmica permeia a realidade das pequenas cidades da RIP, embora seja difícil mensurar e interpretar o estudo desta, quando se trata dos distritos.

No Brasil, o órgão responsável pelo recenseamento da população territorial é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece informações importantes sobre os

municípios brasileiros, o que nos possibilita conhecer, quantitativamente, se houve ganho ou perda de habitantes nos referidos espaços, conforme foi divulgado, recentemente, no Censo Demográfico de 2022. É relevante saber que não existe a mesma facilidade para o levantamento de dados dos distritos, portanto, tomaremos como referencial, para o estudo de nosso tema, fontes alternativas, que sejam capazes de demonstrar a evolução demográfica que ocorre nas pequenas cidades/localidades.

Dessa forma, foi possível inferir que o distrito de Graciosa apresentou crescimento em número populacional, devido ao processo de migração, com a chegada de mão-de-obra, durante o processo de instauração das fábricas, o que requereu a presença de funcionários dentro das indústrias alimentícias e nas lavouras de mandioca. É preciso enfatizar que, embora seja uma pequena localidade, Graciosa conta com a presença de grupos industriais expressivos, como a Indemil, por exemplo, que teve parte sua vendida para General Mills, uma multinacional responsável pelas marcas Kitano e Yoki. Tal empresa instalou-se no distrito no ano de 1984 e, desde sua fundação, tornou-se uma das principais processadoras de milho, via processo úmido, estabelecendo-se como uma referência no mercado de derivados de mandioca, no país.

Nota-se, então, enquanto algumas localidades da RIP foram afetadas por um declínio demográfico, este parece não ser o caso do distrito analisado, pois, a despeito de não ser reconhecido como município, Graciosa tem uma dinâmica de crescimento comparada a diversas localidades que são que são institucionalizadas, formalmente, como municípios, porém estas não apresentam o mesmo processo econômico. Em muitas ocorre a diminuição populacional. Localidades já habitadas por poucos, aumentam as dificuldades internas, reforçando o mesmo ciclo, ou seja, fazendo com que pessoas passem a migrar para área urbana, em busca de melhores condições de vida.

Em muitas ocorre a diminuição populacional. Localidades já habitadas por poucos, aumentam as dificuldades internas, reforçando o mesmo ciclo, ou seja, fazendo com que pessoas passem a migrar para área urbana, em busca de melhores condições de vida.

Compreendemos, portanto, que é mais recorrente a diminuição populacional em localidades que já são habitadas por poucos moradores, uma vez que as dificuldades internas reforçam o mesmo ciclo, ou seja, obrigam as pessoas a migrarem para a área urbana, em busca de melhores condições de vida, como é o caso de alguns municípios e distritos da RIP, situação que abordaremos mais adiante, em um cenário regional, inicialmente, a fim de contextualizar as singularidades da pequena localidade de Graciosa.

Vale salientar que a autora da presente dissertação nasceu no distrito de Graciosa, onde morou entre os anos de 1994 a 2010, sendo que, ainda que não more mais no local, ela nunca

se distanciou do mesmo, já que seus familiares ainda residem ali, portanto, vínculos afetivos são mantidos com a localidade,

Considerando esta realidade, a história da família da pesquisadora fornece dados sobre os aspectos históricos da formação do referido núcleo. Assim como ocorreu com as demais famílias catarinenses, uma parte da parentela da autora foi atraída pela promessa do governo em conceder terras naquele local. Dessa forma, a partir de reflexões subjetivas sobre a localidade em que a pesquisadora viveu grande parte da vida, foi possível verificar que os catarinenses chegaram ao distrito de Graciosa quando o mesmo ainda era habitado por povos originários indígenas, sendo que seu território era coberto apenas por mata nativa.

Sob a perspectiva histórica do distrito de Graciosa, observamos que os migrantes catarinenses desempenharam um papel significativo, embora a maioria fosse analfabeta e utilizasse algumas palavras em alemão, língua que aprenderam com seus ascendentes. Este fato se configurou como um obstáculo significativo para a comunicação com os indígenas que estavam alocados naquela região. Além disso, a ausência de registros históricos de habitação, na região, sugere que o local era usado, principalmente, como ponto de passagem de indígenas, ao invés de ser um espaço de residência permanente. Por estar localizado próximo ao rio Ivaí, estudos apresentam indícios de que os indígenas que utilizavam o distrito como ponto de passagem eram os Kaingang.

No que se refere ao povoamento da referida região, os catarinenses acabaram sendo beneficiados pelos incentivos do Estado, conforme ocorreu no governo de Moisés Lupion, que prometeu que os alqueires preparados seriam dados aos que os desbravassem. Segundo Freitag (2007, p. 91), Lupion lançou “[...] propostas para reverter as baixas taxas populacionais já evidenciados em relatórios governamentais, discursos legislativos, relatos de viajantes nacionais e laudos geográficos.”.

A respeito disso, Tomazi (2001, p. 234) cita Lupion (1958), para demonstrar sua visão ideológica quanto ao desbravamento do território:

Estas pequenas companhias colonizadoras levariam a frente pioneira aos seus limites físicos [...] a segunda etapa dessa evolução, já muito complexa, causa, entre várias modalidades do esforço de aproveitamento do imenso sertão paranaense, a presença de empresas particulares que, obtendo concessões ou adquirindo áreas ponderáveis tomavam a iniciativa da colonização (Lupion *apud* Tomazi, 2001, p. 234).

Dentre os aspectos culturais cultivados pelos catarinenses, está o plantio de mandioca, agricultura até então familiar, realizada apenas como forma de subsistência, mas que, na década de 1980, despertou o interesse de empresários agrícolas do estado de São Paulo, que viram em

Graciosa um forte potencial para o cultivo desta raiz.

A partir da instalação de empresas, emergiram mudanças no referido espaço, verificando-se que pequenas feculares foram fechadas e o que se caracterizava como produção de mandioca na agricultura familiar passou a ser realizado em larga escala, visando a atender à demanda de matéria-prima, o que tornou o seu cultivo mais tecnificado, sendo, então, destinado para o mercado, enquanto matéria-prima industrial.

Esta mudança de conjuntura gerou a necessidade de mão de obra para o trabalho nas lavouras, o que acarretou no processo de migração de recursos humanos oriundos de outros estados, principalmente, de paraibanos, que encontraram em Graciosa uma esperança de melhoria de vida. Estes trabalhadores foram chamados de “boias-frias”. Foi constatado, então, nesse momento, um segundo processo migratório para a localidade.

Reiteramos que a vivência subjetiva da autora motivou-a a problematizar acerca das transformações que foram evidenciando uma realidade diferente da dinâmica original do pequeno distrito de Graciosa. Sendo assim, argumentamos que as mudanças que buscamos demonstrar estão relacionadas à observação e vivências diretas.

De modo geral, a população do distrito foi constituída por migrantes de momentos e condições diferentes, podendo ser usado como exemplo as facilidades que os catarinenses tiveram quanto ao acesso a terras, fato que contrasta com as condições encontradas por fluxos mais recentes, sobretudo, o de paraibanos, como força de trabalho.

Identificamos, ainda, que foi sendo construída uma diferenciação socioeconômica, entre paraibanos e catarinenses, situação que foi determinada pelos empregos, pelos locais nos quais os trabalhadores se estabeleceram e pelas condições econômicas que foram direcionadas para um determinado grupo, e ao contrário para o outro. Nos dias atuais, ainda é possível perceber esta diferenciação espacial, que pode ser demonstrada por meio da observação da desigualdade social vigente no distrito de Graciosa.

A fim de realizar a leitura dos significados das pequenas cidades/localidades, investigamos a influência do Estado neste processo, buscando entender as dinâmicas do espaço-tempo ocorridas no distrito de Graciosa, com relação à implantação da agroindústria. Para esta contextualização, abordamos as dezessete cidades/localidades situadas na Região Imediata de Paranavaí, pontuando a criação/formação destes locais, além de salientar quais foram as empresas e os donos de meios, que estiveram envolvidos em seu processo de surgimento.

Sob este viés, para este trabalho, propomos como objetivo principal compreender as transformações do espaço geográfico do perímetro urbano e rural do distrito de Graciosa;

buscando, ainda, de forma mais específica, demonstrar a diferenciação socioeconômica entre os diferentes fluxos de moradores que lá se estabeleceram, sobretudo, entre os grupos predominantes, representados pelos descendentes de catarinenses e paraibanos. Ademais, conforme explicitamos anteriormente, a pesquisa também teve como intuito contribuir, conceitualmente, para a compreensão da realidade de pequenas cidades/localidades, a partir das intervenções do Estado, tendo como base empírica o contexto regional de Paranavaí, no estado do Paraná.

Em nossa investigação tratamos de duas dimensões espaciais, sendo que, na primeira, focalizamos a RIP e as suas dezessete cidades/localidades; já na segunda, abordamos o distrito de Graciosa, sobretudo seu núcleo urbano. Recorremos a alguns aspectos históricos para analisar a criação/formação destes locais e sobre como estes foram catalogados, salientando quais foram as empresas e os donos de meios de produção que estiveram envolvidos no processo de desenvolvimento local.

Para esta análise, efetuamos levantamento bibliográfico em livros, artigos, documentos, além de sites da internet, dentre outras fontes. A configuração espacial, ou o recorte territorial, que sinalizamos como primeira dimensão espacial da pesquisa, tomou como referência a nova regionalização proposta pelo IBGE (2017), que apresenta uma análise detalhada e atualizada do território brasileiro.

Salientamos que as informações encontradas em plataformas *online*, principalmente, os dados do IBGE que demonstram a quantidade populacional dos municípios pesquisados, no período 2000-2022, foram organizadas em tabelas e quadros, por uma questão didática. Este levantamento nos foi facilitado pelo acesso à base de dados da rede Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades.

Investigamos, ainda, trabalhos científicos que abordam as pequenas cidades do Paraná (2000-2020), bem como, discorrem sobre a Região de Paranavaí (2000-2008), além de consultar imagens contendo mapas importantes para representar as informações observadas. Como resultado, elaboramos uma tabela contendo todos os trabalhos (dissertações e teses) presentes no *site* do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado, da Universidade Estadual de Maringá, que tratam de assuntos referentes a pequenas cidades e localidades do Paraná, publicados entre os anos 2000 e 2020.

Para trabalhar as questões relacionadas às desigualdades socioespaciais do distrito de Graciosa, foram utilizados os procedimentos de visitas, observações diretas e produção de imagens, no que diz respeito ao aspecto das moradias, do acesso aos serviços, dentre outros.

Também foi realizada uma entrevista semiestruturada com os moradores, que permitiram analisar, a partir das respostas colhidas, vários pontos de interesse para este trabalho, principalmente, no que se refere às transformações no espaço geográfico do referido distrito. É importante enfatizar que a entrevista foi devidamente formalizada, conforme comprova a documentação registrada nos anexos, tendo sido submetida ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá.

Como registrado anteriormente, o fato de a pesquisadora ter nascido em Graciosa, e por conhecer, por meio da vivência subjetiva, aspectos históricos do referido lugar, a seleção dos participantes delimitou três grupos distintos para responderem as questões: os paranaenses, que nasceram no distrito, portanto, viram as transformações ocorrerem; os catarinenses, que estiveram lá desde o início da colonização e acompanharam todo o processo de mudanças; e os paraibanos, que migraram para aquela localidade em busca de empregos e melhores condições de vida, chegando em ônibus lotados, vindos da Paraíba.

Ao todo foram selecionados cem entrevistados, metade desta quantidade composta por homens, e a outra por mulheres. Com o compromisso ético de não citarmos os nomes dos entrevistados, as pessoas que contribuíram para a pesquisa foram identificadas por números (1,2,3,...), no caso das mulheres, e por letras (a,b,c,...), quando se trata os homens participantes. Esta foi a nossa opção para manter o sigilo dos entrevistados e para facilitar o entendimento do leitor.

Considerando os objetivos da pesquisa, foi preciso considerar que os entrevistados deveriam apresentar um tempo mínimo de vida no distrito, por isso, buscamos selecionar moradores, pioneiros e representantes de empresas do ramo alimentício. Ademais, também foi usado como critério a escolha de pessoas pertencentes a grupos sociais distintos, como, por exemplo, aquelas que conseguiram se beneficiar de terras, e outras que não. Enfim, os entrevistados foram escolhidos por fazerem parte da vida cotidiana da sociedade atual de Graciosa, além de, particularmente, guardarem uma memória histórica daquela localidade, pois acompanharam as transformações espaciais ocorridas, durante o período analisado.

A dissertação foi sistematizada em três capítulos, sendo que, no cap. 1, foram abordadas as pequenas cidades/localidades da RIP e a composição da rede urbana, com a finalidade de demonstrar a intensa presença destes locais, que são decorrentes da formação socioespacial da região. Ainda neste capítulo, demonstramos, por meio de um quadro, os resultados que se referem aos artigos que discorrem sobre a Região Imediata de Paranavaí (2000-2008), além de tabelas que exibem as quantidades populacionais dos municípios pertencentes a ela, tanto do meio urbano, quanto da zona rural.

Também no cap. 1, voltamos nosso olhar para os produtores hegemônicos do espaço, as Companhias Colonizadoras, buscando compreender o papel fundamental destas para a instalação de indústrias, que geraram transformações como as que foram observadas no distrito de Graciosa. Inicialmente, as referidas Companhias tinham o intuito de povoar aquela região, gerando maiores divisas em áreas, evidência de que, até então, elas não estavam, efetivamente, incorporadas à lógica capitalista.

Entendemos que as empresas não agiram sozinhas, pois elas não poderiam se apoderar de certas terras. Sendo assim, é possível argumentar que elas atuaram com o aval e o protagonismo do Estado, que se mostrou forte idealizador das mudanças que ocorreram e que acabaram produzindo o espaço regional.

Ao longo do cap. 2, inicialmente, realizamos as revisões teóricas necessárias para a fundamentação do trabalho, considerando reflexões de diferentes autores, que versam a respeito das pequenas cidades/localidades, dos distritos e das vilas, além de discutirem sobre a diferenciação socioespacial. Neste mesmo capítulo, apresentamos os aspectos históricos, econômicos e demográficos do distrito de Graciosa, tratando de sua agricultura de subsistência, sua transformação no espaço geográfico, a chegada de grandes empresas, as relações trabalhistas que foram estabelecidas, além da segregação socioespacial e uma forte discriminação entre os grupos sociais.

Por fim, no terceiro capítulo, por meio da análise da sede do distrito, focalizamos os aspectos relacionados à desigualdade, considerando os resultados das entrevistas semiestruturadas e dos demais procedimentos metodológicos adotados, tais como a observação, a visita, a produção de imagens, dentre outros.

Destacamos que, mediante a ocorrência de alterações das normas da ABNT (2023), revisamos as citações indiretas, uma vez que, conforme tal atualização, a citação passa a receber apenas a inicial do sobrenome do autor (es) em maiúscula.

1. COMPOSIÇÃO DA REDE URBANA NA REGIÃO IMEDIATA DE PARANAVAÍ: PRESENÇA DE PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES

A Região Imediata de Paranavaí (RIP), localizada no estado do Paraná, Brasil, destaca-se como um entrelaçamento dinâmico de áreas urbanas e agrícolas, com marcantes movimentações socio-ambientais, evidenciadas na forma e na atualidade regional. Esta região apresenta um cenário complexo de interações socioeconômicas, sendo estruturada por uma variedade de cidades e municípios, nos quais o desenvolvimento urbano se mescla com as atividades agrárias, revelando uma paisagem com particularidades significativas, em relação ao setentrão paranaense, de modo geral. Paranavaí polariza parte do Paraná, apresentando aspectos socioambientais bastante diferenciados, com o predomínio de solos arenosos decorrentes do Arenito Caiuá na composição das condições naturais.

Essa diferença é fundamental para compreender a paisagem contemporânea, marcada por pastagens, cultivos de cana-de-açúcar, laranja, mandioca, dentre outros vários intentos de inserção econômica, após a crise da cafeicultura. Contudo, assim como o restante do norte paranaense, esta região teve uma formação histórica similar, pautada por iniciativas de Companhias de Colonização e do próprio Estado do Paraná, que levou ao surgimento de muitas localidades. Parte delas se tornaram municípios, enquanto outras permaneceram como distritos.

Ao longo deste capítulo, discorreremos sobre a composição atual da rede urbana da citada RIP, buscando mostrar o predomínio de pequenas cidades/localidades, as recentes tendências demográficas, tendo como base os dados divulgados pelo Censo 2022. Ademais, apontamos estudos que vêm sendo realizados nesta área, identificando lacunas e desafios.

De modo geral, a região que é foco desta pesquisa desperta a atenção quanto à condição demográfica das pequenas cidades/localidades, pois os primeiros resultados divulgados, quanto à população total, pelo Censo de 2022, mostram um contexto de esvaziamento demográfico. Já em se tratando dos dados que foram investigados para este trabalho, tornou-se evidente a necessidade de uma ampliação da pesquisa sobre a realidade socioespacial regional, a fim de se obter uma melhor compreensão de sua organização, e consequentemente, melhores condições para o planejamento e a gestão, em seus diversos aspectos.

Ainda neste capítulo, apresentamos um contraponto da história da ocupação capitalista efetiva, trazendo uma visão crítica dos que trataram as áreas como objeto de colonização empresarial, como se fossem espaços vazios. Para fundamentar esta análise, lançamos um breve olhar para as contribuições arqueológicas existentes.

1.1 Composição da Região Imediata de Paranavaí e a presença das pequenas cidades/localidades

A RIP conta com dezessete municípios, dos quais, de acordo com o Censo Demográfico 2022, mais de 50% perderam população, fenômeno que não é considerado novo na região, como demonstraram estudos anteriores, como os de Endlich (2009) e Asalin (2015). Esta dinâmica está vinculada às transformações vivenciadas na região, no se refere à economia, após a crise da cafeicultura.

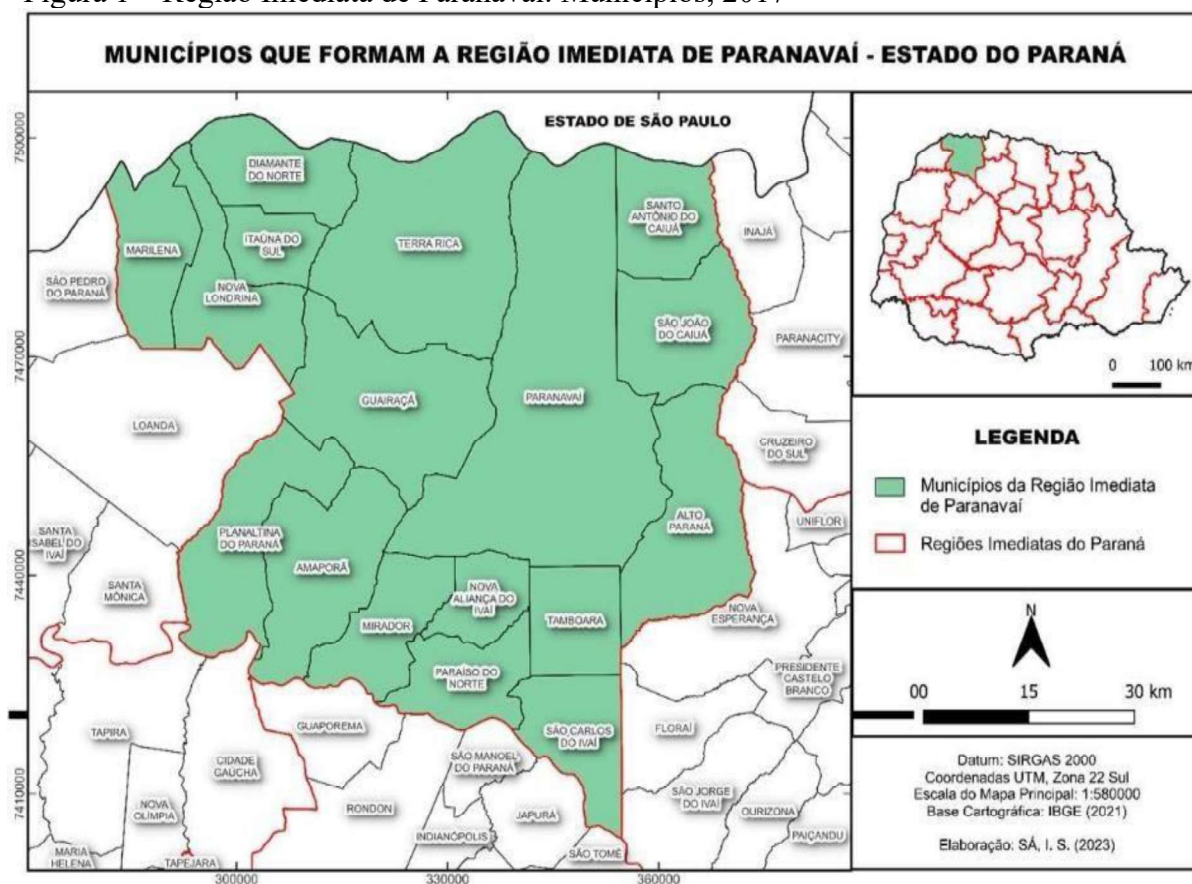
Observamos que a área contida no recorte da região em análise apresentou particularidades em sua dinâmica, após a ocorrência de transformações econômicas, especialmente, devido aos aspectos socioambientais, com destaque para os tipos de solos existentes, que não se mostraram favoráveis para o processo conhecido como modernização da agricultura, que se pautou, sobretudo, pelo cultivo da soja, do trigo e do milho. É importante salientar que, nesta área, estes cultivos não foram incorporados, como aconteceu em outras áreas do norte paranaense.

Já na região polarizada por Paranavaí predominam atividades baseadas na pecuária extensiva, na produção voltada ao segmento sucro-alcooleiro, na citricultura (laranjas para indústrias de sucos), na mandiocultura (também voltada a plantas industriais), dentre outras iniciativas econômicas.

Em se tratando dos municípios que compõem a RIP, podemos elencar: Alto Paraná, Amaporã, Diamante do Norte, Guairaçá, Itaúna do Sul, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Tamboara e Terra Rica. É importante lembrar que os referidos são polarizados por pequenas cidades/localidades, as sedes municipais, porém, além destes existem outras tantas pequenas localidades, como vilas ou distritos, que também integram os núcleos dessa região.

Na Figura 1, exibida na sequência deste trabalho, está representada a RIP e seus municípios, sendo que, no mapa menor, encontramos a divisão regional do Paraná e onde está a região em análise neste capítulo.

Figura 1 – Região Imediata de Paranaíba. Municípios, 2017



Fonte : IBGE, 2017.

Enfatizamos que utilizamos neste trabalho a expressão pequenas cidades/localidades porque nem todos os núcleos urbanos podem ser considerados, de fato, como cidades, se tomarmos por referência critérios acadêmicos mais aprofundados. Entretanto, é preciso lembrar que, na perspectiva político-administrativa e oficial brasileira, toda sede de município é vista como cidade. Ademais, ressaltamos que, na perspectiva social, todas as localidades são relevantes, uma vez que são locais de vida de parte da população regional, que têm nesses núcleos os seus lugares de vida, aqui considerando o termo “lugar” com toda a sua carga conceitual. Ou seja, são espaços com os quais a população possui vínculos afetivos (Silva, 2019).

Para lidar com os dados demográficos e definir limites, tomamos como referência o limite superior de 50 mil habitantes, não adotando um limite inferior, já que tratamos, neste capítulo, de pequenas cidades/localidades. Desse modo, a ideia é dar relevância, de modo genérico, aos pequenos núcleos urbanos, embora existam contribuições que sinalizam critérios para estabelecer os limites inferiores, entre o que pode ser considerado como cidade e a quase cidade (Santos, 1979; Endlich, 2017).

No que concerne à definição de pequenas cidades, ou cidades locais, ela pode estar fundamentada na complexidade mínima (Santos, 1979), com a aplicação de alguns critérios adaptados para a região, considerada como uma área de comparabilidade (Desmarais, 1984; Endlich, 2017). Também pode ser considerado o número mínimo de estabelecimentos terciários e/ou a população atendida para além daquela intraurbana. Estes são alguns dos procedimentos possíveis para tentar apreender esta complexidade mínima, são números que permitem aferir a dinâmica local e, de alguma forma, averiguar a centralidade dos diversos núcleos urbanos.

Em geral, os resultados da aplicação destes critérios, para os municípios da região, mostram que vários deles não possuem uma complexidade mínima para serem considerados efetivamente como cidades (Endlich, 2017). Um fato importante a ser levado em conta é o surgimento dos diversos núcleos urbanos na região, que emergiram com o forte papel de localidades centrais, como pontos de abastecimento mínimo, de suprimento das necessidades cotidianas de uma densa população existente nas primeiras décadas da ocupação capitalista efetiva da região. Contudo, as mudanças ocorridas levaram a um intenso êxodo, não só rural, como se costuma assinalar, mas, também, regional, o que nos leva à compreensão de que a região como um todo perdeu população. De acordo com dados mais recentes, muitos municípios ainda prosseguem neste processo.

Verificamos, então, que o declínio demográfico, associado a uma reestruturação das atividades comerciais cada vez mais polarizadas, em grandes e médias superfícies comerciais, reduzem fortemente a centralidade de estabelecimentos menores, que, de modo geral, consistem naqueles que estão situados nas pequenas cidades/localidades. Entendemos, portanto, que o acentuado processo de diminuição da centralidade destes núcleos é um aspecto que deve ser considerado na construção conceitual, que, talvez, não deva mais se pautar apenas por centralidade.

Um fator que precisa ser enfatizado é que, mesmo em meio ao declínio demográfico e à perda de centralidade, as cidades ou localidades ainda são significativas para a estruturação econômica regional, na gestão territorial e, principalmente, como espaço de vida social de parcela expressiva da população.

Reiteramos que, neste capítulo, um de nossos objetivos consiste na apresentação da composição atual da RIP, dos seus municípios e das suas respectivas sedes urbanas, tomando por referência os tamanhos demográficos atualizados com os dados disponíveis no Censo 2022. O segundo objetivo está relacionado à sistematização de resultados oriundos das pesquisas acadêmicas, que tomam por base a análise desta região, com recortes municipais. Ao afirmarmos que a RIP é composta por pequenas cidades/localidades, antecipamos uma

conclusão, mas isto é inevitável, quando se trabalha com a composição regional.

A divisão regional estabelecida pelo IBGE, em 2017, foi centrada na rede urbana e seus elementos concretos: hierarquização de centros e subcentros regionais, fluxos de bens, mercadorias, pessoas e de gestão do território, dentre outros (IBGE, 2017). Esta nova regionalização acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil, nas três últimas décadas, substituindo antigas mesorregiões e microrregiões. O órgão propôs Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas.

No que diz respeito à RIP, conforme o Regic, ela é composta por 17 municípios, sendo que destes, treze estão classificados como Centro Locais e dois como arranjos populacionais, que é o caso de Marilena, que está caracterizada como Arranjo Populacional de Nova Londrina-Marilena/PR e Centro de Zona B; e Nova Aliança do Ivaí, que está identificada como parte do Arranjo Populacional de Paranavaí (IBGE, 2020). Já o município de Paranavaí está definido como Centro Sub-regional A (IBGE, 2020).

A citada RIP é parte de um recorte regional maior, que é a Região Intermediária de Maringá, apresentando um perfil no qual se destacam as pequenas cidades/ localidades que a integram, conforme pode ser observado em dissertações e teses, que fazem referência a esta região, como é o caso da pesquisa de doutorado “Gênese e Dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí”. (Asalin, 2015)

Por meio de nossa investigação, verificamos que a RIP se configura como uma das 29 regiões imediatas existentes no Paraná, que integram seis Regiões Geográficas Intermediárias, que agrupam o total de 399 municípios do estado do Paraná. Dentre os 17 municípios da RIP, Paranavaí é o maior deles, territorialmente, como também, em termos de população, conforme demonstrado na Tabela 1, na qual sistematizamos os dados demográficos dos municípios da referida RIP, no período de 2000 a 2022. Por ser o núcleo polarizador regional, Paranavaí dá nome à referida região.

Tabela 1 – Região Imediata de Paranavaí. Dados demográficos, 2000-2022

Municípios	2000			2010			2022
	Pop. total	Pop. Urbana	Tx. Urb	Pop. Total	Pop. urbana	Tx. Urb	Pop.total
Alto Paraná	12.709	10.108	79,53%	13.663	11.221	82,13%	13.909
Amaporã	4.672	3600	77,05%	5.443	4.330	79,55%	4.762
Diamante do Norte	6.096	4.610	75,62%	5.516	4.551	82,51%	5.142
Guairaçá	5.900	4.099	69,47%	6.197	4.959	80,02%	6.544
Itaúna do Sul	4.439	2.781	62,65%	3.583	2.549	71,14%	3.572

Marilena	6.742	4.037	59,88%	6.858	4.984	72,67%	7.253
Mirador	2.499	1.575	63,03%	2.327	1.579	67,86%	2.238
Nova Aliança do Ivaí	1.337	904	67,61%	1.431	1.041	72,75%	1.323
Nova Londrina	13.172	11.608	88,13%	13.067	12.014	91,94%	12.923
Paraíso do Norte	9.738	8.718	89,53%	11.772	11.099	94,28%	13.245
Paranavaí	75.663	70.245	92,84%	81.590	77.728	95,27%	91.950
Planaltina do Paraná	3.987	2.544	63,81%	4.095	2.773	67,72%	4.070
Santo Antônio do Caiuá	2.879	2.119	73,60%	2.727	2.123	77,85%	2.493
São Carlos do Ivaí	5.904	5.252	88,96%	6.354	5.679	89,38%	6.587
São João do Caiuá	6.092	5.069	83,21%	5.911	5.039	85,25%	5.586
Tamboara	4.254	3.384	79,55%	4.664	3.996	85,68%	4.880
Terra Rica	13.796	10.516	76,22%	15.221	12.370	81,27%	14.842
Total Rimpnvaí	179.879	151.169	84,04%	190.419	168.035	88,24%	201.319

Fonte: IBGE (2022), levantamento efetuado por Mikripoli¹.

Em face da Tabela 1, observamos que, dos dezessete municípios, apenas Paranavaí, a mencionada sede regional, ultrapassa 50 mil habitantes, no que concerne sua à população total, pois os demais apresentam populações bastante inferiores. Notamos que, de modo geral, a urbanização é alta na região, com as taxas dos municípios oscilando entre 67,72%, em Planaltina do Paraná, até 95,27 %, em Paranavaí. Na Tabela1, exibida anteriormente, não constam os dados de urbanização da população em 2022, porque estes ainda não foram divulgados, sabendo-se, apenas, da população total.

Em relação às pequenas cidades, é possível apontar que estas representam a maioria na estruturação regional, considerando os dados do Censo 2022. No Quadro 1, que será exibido a seguir, constam informações sobre os municípios da RIP, de acordo com o seu tamanho demográfico.

Quadro 1– Região Intermediária de Paranavaí. Municípios por tamanho demográfico, 2022

Faixa demográfica	Municípios
Até 5 mil habitantes	Amaporã, Itaúna do Sul, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá e Tamboara (Total 7)
5-10 mil habitantes	Diamante do Norte, Guairaçá, Marilena, São Carlos do Ivaí e São João do Caiuá (Total 5)

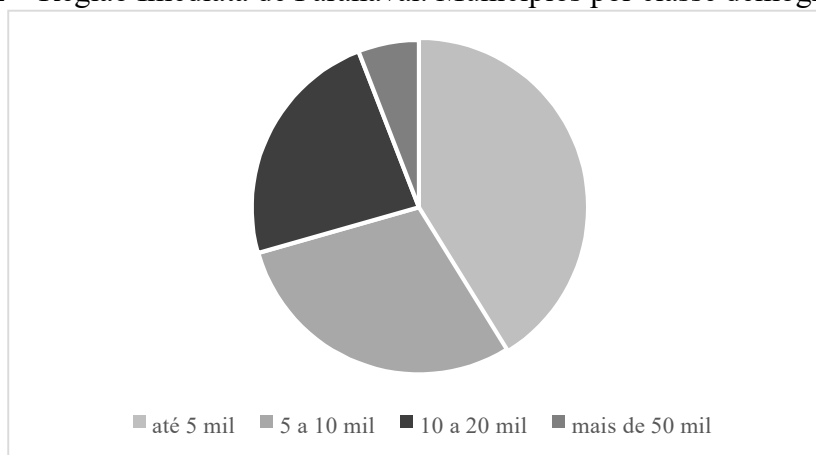
¹ Levantamento realizado inicialmente para pesquisa da rede Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades, parcialmente cedido para este trabalho desde que mencionada a fonte.

10-20 mil habitantes	Alto Paraná, Nova Londrina, Paraíso do Norte e Terra Rica (Total 4)
20-50 mil habitantes	Nenhum (Total 0)
+ de 50 mil habitantes	Paranavaí (Total 1)

Fonte: IBGE, 2022.

Pela observação do Quadro 1, fica evidente a relevância dos municípios demograficamente pequenos, da região, que é polarizada por pequenos núcleos urbanos. Na realidade, muito pequenos, pois doze municípios não ultrapassaram, no Censo Demográfico 2022, o patamar dos 10 mil habitantes. Representamos na Figura 2 esta distribuição, por classe demográfica.

Figura 2 – Região Imediata de Paranavaí. Municípios por classe demográfica, 2022.



Fonte: IBGE, 2023.

É possível constatar, pela análise demográfica da Figura 2, a existência de uma distribuição heterogênea da população nos municípios da região, sendo verificado que sete municípios, incluindo, Amaporã, Itaúna do Sul, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá e Tamboara, têm uma população de até 5 mil habitantes. Situando-se na faixa de 5 a 10 mil habitantes estão cinco municípios: Diamante do Norte, Guairaçá, Marilena, São Carlos do Ivaí e São João do Caiuá. Quatro municípios, abrangendo Alto Paraná, Nova Londrina, Paraíso do Norte e Terra Rica têm de 10 a 20 mil habitantes. Paranavaí, com uma população superior a 50 mil habitantes, destaca-se como o único município nesta faixa demográfica.

Para melhor visualização dos dados referentes à classe demográfica dos municípios da RIP, estes foram visualmente representados em um gráfico, no qual a localidade com mais de 50 mil habitantes foi distintamente delineada por uma cor mais escura, evidenciando a

singularidade demográfica deste centro urbano, comparado aos demais municípios da região. Em consonância com o Quadro 2, não há nenhum município na faixa de 20 a 50 mil habitantes, por isso esta classe foi eliminada na Figura 2.

Além das doze cidades mencionadas, que não ultrapassam os 10 mil habitantes (de fato, sete delas não alcançam 5 mil habitantes, podem ser identificados quatro municípios na faixa de 10 a 20 mil habitantes. Esta rede complementa-se com o núcleo, que apresenta centralidade regional e polarizadora, que é Paranavaí.

Salientamos que o declínio demográfico tem marcado, insistentemente, a RIP e suas pequenas cidades/localidades, sendo que, dos 17 municípios que a integram, apenas 6 deles não apresentaram perda populacional no período abordado: Alto Paraná, Marilena, Paraíso do Norte, Paranavaí, São Carlos do Ivaí e Tambora. Estas localidades demonstraram taxa de crescimento, ainda que muito baixas. Quanto aos maiores índices, estes estão relacionados a Paranavaí e Paraíso do Norte.

No que tange às perspectivas, vale ressaltar que as pequenas cidades ou núcleos urbanos que parecem “[...] tão diminutos em contraposição às imensas metrópoles produzidas no período atual, não precisariam sê-lo quanto a suas possibilidades políticas, sociais e culturais. Existem condições materiais produzidas para que as limitações políticas e culturais sejam superadas” (Endlich, 2017, p. 15).

Diante do exposto, compreendemos que, se intervenções políticas, voltadas para estes locais, vierem a ocorrer, tendo como base o conhecimento das dinâmicas neles existentes e nas suas peculiaridades, será viável a superação de algumas das limitações encontradas. Para tanto, é imprescindível que pesquisas sobre estas áreas sejam aprofundadas, por isso, a segunda parte deste capítulo volta-se ao intento de mapear os trabalhos desenvolvidos academicamente, que tomam por referência os municípios de pequeno porte demográfico, polarizados por pequenas cidades/localidades.

1.2 Pequenas cidades/localidades na pauta acadêmica e aportes para a Região Imediata de Paranavaí

A pesquisa científica desempenha um papel crucial na compreensão e no desenvolvimento das complexas interações que ocorrem nas cidades e regiões urbanas (Myrdal, 2011).

Dito isto, podemos afirmar que ao direcionarmos nossa atenção para áreas geográficas específicas, como a Região Imediata de Paranavaí, Paraná, estabelecemos a possibilidade de capturar nuances e desafios locais, que podem não ser abordados em estudos mais amplos (Freire *et al.*, 2012).

Conforme exposto anteriormente, a referida região apresenta uma complexa interconexão de fatores diversos, portanto, compreender as particularidades das cidades que a integram é de extrema importância para orientar políticas públicas, planejamento urbano, desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos habitantes (Endlich; Marques, 2023).

É importante, neste momento, explicar os recortes que adotamos para viabilizar a sistematização dos dados. Nesse sentido, ao trabalhar e problematizar o referido objeto de pesquisa nos questionamos sobre que trabalhos acadêmicos haviam sido desenvolvidos, sobretudo, no programa de pós-graduação ao qual estamos vinculados (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - PGE), o qual, em 2018, já contava com duas décadas de atuação e com muitas contribuições para a compreensão de diversos aspectos geográficos, marcadamente para a leitura regional (Marcato *et al.*, 2019).

É significativo apontar que, apesar da relevância local, é possível que tais pesquisas se encontrem dispersas em diferentes fontes e não tenham sido devidamente consolidadas e analisadas em conjunto. Ainda que esse seja um esforço parcial, esse tipo de iniciativa tem a possibilidade de delinear uma visão de conjunto para a região.

Em um primeiro momento de nossa busca, optamos por identificar os estudos relacionados ao estado do Paraná como um todo, desenvolvidos, contudo, no âmbito do referido Programa de Pós-Graduação, limitando-nos a observar os que tratavam das pequenas cidades/localidades no estado. Certamente, muitos repositórios registram aportes que complementaríamos esta investigação, porém, como a intenção era destacar, dentre os trabalhos encontrados, aqueles que se referiam a localidades pertencentes à região em análise, foram elencados apenas os que, no título, citavam os nomes dos municípios. Portanto, estes textos abordam estudos de caso ou estudos comparativos.

Procuramos identificar e categorizar estudos voltados aos municípios polarizados por pequenas cidades, bem como, identificar os principais desafios e problemas da região e das pequenas localidades, o que vem sendo nelas pautado e, de modo especial, o que foi produzido, tendo esta temática como objeto de investigação. Mesmo que nosso foco estivesse nas questões urbanas, incluímos no levantamento as pesquisas sobre municípios demograficamente pequenos, abordando outras questões, como as agrárias e ambientais.

Nesse contexto, selecionamos os trabalhos que se referem à RIP, para, na sequência,

categorizá-los quanto aos temas: ambiental, agrário ou urbano. Por fim, o recorte temporal adotado foi de 2000 a 2020. Em 2000, começaram as primeiras entregas e defesas do PGE. Já no que concerne ao limite estabelecido em 2020, isto se deve à atualização e disponibilidade *on-line* do repositório.

A partir das contribuições acadêmicas sobre municípios polarizados por pequenas cidades/localidades no Paraná, encontradas no repositório do próprio programa, obtivemos os seguintes resultados: Região Imediata de Paranavaí (Quadro 1); Municípios por tamanho demográfico, 2022 (Quadro 2); Trabalhos acadêmicos sobre municípios/pequenas cidades/localidades, com ênfase em aspectos agrários, 2000-2020 (Quadro 3); Trabalhos acadêmicos sobre municípios/pequenas cidades/localidades: questões ambientais, 2000-2020 (Quadro 4); Municípios/pequenas cidades/localidades: urbano, 2000-2020 (Quadro 5). Ao realizarmos este exercício de investigação foi possível dimensionar a grande contribuição existente em um único programa de pós-graduação.

É preciso explicar sobre os procedimentos adotados quanto à classificação dos trabalhos encontrados, pois considerando a linha de pesquisa e os temas predominantes, verificamos que alguns extrapolaram as áreas assinaladas, contemplando aspectos que estavam em um ou outro tema. Sendo assim, foram considerados, especificamente, a linha de pesquisa de orientação ou o enfoque principal. Citamos como exemplo o trabalho de Haracenko (2002), que foi de difícil classificação, uma vez que o título exhibe a palavra “socioambiental”, mas o texto trata, essencialmente, de conflitos agrários. Argumentamos, portanto, que como não foi possível a leitura completa dos referidos materiais para o processo de classificação, existe a possibilidade de que algum trabalho não tenha tido a inserção mais pertinente nas sistematizações que foram elaboradas.

Os trabalhos elencados nos Quadros apresentados na sequência desta dissertação, que contemplam municípios da RIP, foram destacados em tom de amarelo. No Quadro 2, que será exibido a seguir, serão apresentados os trabalhos acadêmicos sobre municípios/pequenas cidades/localidades, com ênfase em aspectos agrários, 2000-2020, identificados por título, autor e ano.

Quadro 2 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios/pequenas cidades/localidades, com ênfase em aspectos agrários, 2000-2020

Trabalhos acadêmicos	Autor	Ano
Dinâmica socioespacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial: o caso da “Cocari”, Mandaguari – PR	Sergio Fajardo	2000
Colonização, reforma agrária e impactos socioambientais em Querência do Norte: estudo de uma área de conflitos	Adélia Aparecida de Souza Haracenko	2002
MST em Querência do Norte – PR: da luta pela Terra à luta na Terra.	Sergio Gonçalves	2004
As unidades de paisagens e os sistemas de produção agrícola no município de Florai-PR	José Antônio de Andrade	2005
A degradação das propriedades físicas dos Latossolos vermelhos distróficos em decorrência dos diferentes usos agrícolas em Florai- PR	Daniele Crisley Czuy Manosso	2006
A Cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à Agroindústria em Palotina – PR	Diane Belusso	2007
A relação entre uma atividade econômica e a polarização de populações: o caso da cadeia de citros de Paranavaí e Região	Pedro José Antonio Silvestre	2008
A paisagem rural no município de Alto Piquiri, Paraná: uma análise sobre os agrossistemas	Francisco de Assis Gonçalves Junior	2010
A dinâmica da agricultura familiar em Barbosa Ferraz	Tânia Regina Polhmann Caparroz	2011
Agrovila e Vilas Rurais no município de Terra Boa – Paraná: um estudo geográfico	Liriani de Lima Santos	2011
O cooperativismo como base de apoio à agricultura familiar no município de Turvo – PR	Tatiane Leal Bastos	2014
Avaliação das alterações físico-hídrica decorrente do manejo agrícola da cana-de-açúcar na cobertura pedológica do município de São Carlos do Ivaí-PR	Márcio José de Elias	2015
A agricultura familiar e a permanência da população no campo no município de Quitandinha região metropolitana de Curitiba	Juliana Margarida Siqueira	2016
Análise de unidades de paisagem e relações com a valoração dos imóveis rurais no município de Faxinal – PR	Cesar Costa Sanches	2019
A luta pela terra: o caso do pré-assentamento Irmã Dorothy em Barbosa Ferraz PR	Aline Albuquerque Jorge	2019
O trabalho das cortadoras de cana-de-açúcar no município de Tamboara-PR: exploração do trabalho feminino	Ariana Castilhos dos Santos Toss Sampaio	2020

Fonte: PGE.

Identificamos 16 trabalhos acadêmicos com ênfase em questões agrárias, contemplando assentamentos, situação do trabalho, movimentos sociais e cooperativas, dentre outros aspectos. Da RIP, encontramos dois estudos, ambos direcionados a questões relativas ao cultivo de cana-de-açúcar, um que dialoga, também, com a interface ambiental e outro que abrange questões sociais, sobretudo, o trabalho da mulher nesta realidade econômica.

A seguir, exibiremos o Quadro 3, com a sistematização dos dados referentes aos trabalhos acadêmicos sobre municípios/pequenas cidades/localidades: questões ambientais, 2000-2020, produzidos no âmbito do PGE.

Quadro 3 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios pequenas cidades/localidades: questões ambientais, 2000-2020

Trabalhos acadêmicos	Autor	Ano
Alterações Ambientais Antrópicas no Curso Superior do Ribeirão Caxangá – Nova Esperança/PR	Maria Dolores Jodar Cancean	2002
Destino final dos resíduos sólidos urbanos no Município de Realeza-PR	Izabel Cristina Scalabrin Dall’Agnol	2003
Análise Geoambiental da Paisagem da Bacia Hidrográfica do Córrego Genúncia do Contexto do Município de Florai – PR	Rozeli Aparecida Sfordi	2003
Análise Ambiental do Arroio Schmidt – Goioerê – PR	Patrícia Branco do Nascimento	2005
Levantamento da Vegetação de Cerrado no Interflúvio Pirapó Bandeirantes, Sabáudia-PR	Patricia Fernandes Paula	2008
As transformações pedológicas identificadas na Topossequência Sítio São José na Bacia do Córrego Aratu, Florai-PR	Fabiana Cristina Meira Zaporoli	2009
As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem da Bacia Hidrográfica no Córrego Água da Marilena/Paraná no período de 1970 – 2007.	Sandra Betinelida Costa	2009
Educação ambiental com enfoque na elaboração de roteiro de trilha interpretativa na Reserva do Sítio Roseira, Presidente Castelo Branco- PR	Sueli Regina de Oliveira	2010
Evolução da planície de inundação e confluência do Rio Ivaí e Rio Paraná na região de Pontal do Tigre, Icaraíma – PR: uma abordagem geomorfológica	Eduardo Souza de Moraes	2010
Análise comparativa da fragilidade potencial e emergente da bacia hidrográfica do Rio Baiano – Assis Chateaubriand – PR	Ordilei Aparecido Gaspar de Melo	2010
Análise Geoambiental da Paisagem e Potencial Geoturístico do Município de Turvo-PR	Elizete Besagio Calegari	2012
Paleogeografia do Pleistoceno Tardio e do Holoceno na região abaixo curso do Rio Ivaí – Icaraíma e Santa Mônica/PR	Taís Cristina Berbet Marcotti	2012
Diagnóstico dos recursos hídricos superficiais das bacias do córrego Trajano e Rio Guairaçá – Terra Rica, Paraná	Luiz Eduardo Correia	2012
Comportamento edafoclimático em anos atípicos (seco e chuvoso) nos municípios de São Carlos do Ivaí e Florai – PR	Carlos Henriques Graça	2013
Caracterização geoeconômica dos assentamentos rurais do município de Cândói-PR	Juliana Paula Ramos	2013
Transformações estruturais em uma topossequência sobre basalto em Marumbi – PR	Marcel Hideyuki Fumiyia	2013
Parâmetros granulométricos e relações morfoestratigráficas dos depósitos sedimentares de vertente: o caso da serra de São Pedro – Faxinal – PR	Michael Vinicius de Sordi	2014
Estudo fitogeográfico dos estágios sucessionais das espécies arbóreas da Floresta Estacional Semidecidual na bacia do Ribeirão Driades, nos municípios de Astorga e Pitangueiras - Paraná	Lourenço José Neto Moreira	2014
Morfogênese e Morfodinâmica da planície alveolar do rio Bufadeira, Faxinal – PR	Bruno Augusto Candelari	2015
Geomorfologia estrutural e relações morfodinâmicas da bacia do Ribeirão Vovozinha, Faxinal – PR	Eder Borges	2017
Evolução espaço-temporal de voçorocas na bacia hidrográfica do córrego Jatuquara (1980-2016), Terra Rica – PR	Samuel Matiazzo	2018
Fácies fossilíferas e aspectos paleogeográficos da formação Rio Paraná na bacia hidrográfica do Rio das Antas – Cruzeiro do Oeste – PR	Rosana Natielide Lima	2019

Fonte: PGE.

Conforme pode ser observado no Quadro 3, identificamos vinte e dois trabalhos no repositório do PGE que focam questões ambientais, em recortes que podem ser considerados municípios polarizados por pequenas cidades ou localidades. Destes textos, três integram a RIP, segundo mostram as linhas destacadas em amarelo, podendo ser visualizada a localidade de Terra Rica, que é abordada em dois estudos, e duas outras cidades, Floraí, que é da Região Imediata de Maringá, e também São Carlos do Ivaí, que pertence à RIP em análise nesta investigação. Os temas destes estudos contemplam questões muito pertinentes para a dita região que são as voçorocas, recursos hídricos e aspectos edafoclimáticos.

Na última sistematização, exibida no Quadro 3, foram reunidas pesquisas que remetem à questão urbana, sendo relevante reiterar, neste momento, os limites para a realização desta compilação, pois foram considerados apenas os trabalhos que, no título, traziam os nomes de municípios que são de pequeno porte demográfico, polarizados por pequenas cidades. Sendo assim, ficaram de fora diversos estudos, desenvolvidos no âmbito do PGE, que se voltam às pequenas cidades, mas cujos títulos sinalizam para dimensões regionais e para questões temáticas trabalhadas em cada uma delas. Este é o caso do trabalho de Vieira (2009), com a rede bancária e a rede de cidades; de Fernandes (2013; 2017), com a insegurança urbana; Santos (2020) e Souza (2016), sobre localidades que haviam sido implementadas como municípios, dentre outras pesquisas. Vários destes textos estão reunidos na coletânea “Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades”, organizada por Endlich e Fernandes (2022).

Na sequência, no Quadro 4, apresentamos os resultados relativos aos municípios/pequenas cidades/localidades, referentes ao urbano, 2000-2020

Quadro 4 – PGE. Trabalhos acadêmicos em municípios pequenas cidades/localidades: urbano 2000-2020

Trabalhos acadêmicos	Autor	Ano
A expansão da periferia na Região Metropolitana de Maringá-PR: cidade de Paçandu; um estudo de caso	Silvio Moisés Negri	2001
Morfologia urbana e qualidade de vida na cidade de Assis Chateaubriand/PR	Marli Secchi de Lima	2004
Desenvolvimento local e meioambiente: as transformações históricas na paisagem do município de Novo Itacolomi-PR 1975-2007	Edelaine Banarrete Franco Delgado	2008
Políticas Públicas e uso do solo no município de Porto Rico/PR.	Laura Freire Estevez	2009
O papel da mulher na organização alternativa do trabalho – um estudo no Município de Guaporema-PR.	Valkiria Trindade de Almeida Santos	2009
Abordagem das transformações sócio- especiais e políticas públicas no município de Itaúna do Sul-PR a partir do modelo GTP	Lucas Cesar Frediani Sant'ana	2010

Da vida no campo à vida na cidade: transformações socioespaciais no município de Quinta do Sol: 1970 -1980 - 1990	Josué Carneiro	2010
A viticultura como base econômica da pequena propriedade no município de Marialva – PR	Ana Cláudia Silva Almeida	2010
A cartografia nos estudos das dinâmicas espaciais do município de Cambira – PR	Thiago Cesar Frediani Sant’Ana	2011
Avaliação de aspectos de conservação/degradação e das formas de uso do Parque Municipal São Francisco de Assis, no município de Assis Chateaubriand, PR	José Renato Augusto	2011
Desafios socioespaciais na região central do Paraná e associações locais em Nova Tebas: alcances e limites	Marcos Antônio Queiroz	2011
Ocupação das áreas de risco à erosão na área urbana e periurbana de Cidade Gaúcha –PR	Felipe Rodrigues Macedo	2015
Gênese e dinâmica de três cidades na rede urbana de Maringá: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí	Gilmar Aparecido Asalin	2015
Processo de turistificação do espaço em Guararuba – PR	Amália de Castro Teixeira	2017
Mudanças socioambientais no município de Engenheiro Beltrão, Paraná com base na história de vida dos moradores e documentos de época	Janaína Silva Rossi Pereira	2018
Paisagem, lugar, memória e imagem: do distrito de Pinhalão à cidade de Farol – PR	Diego de Melo Oliveira	2019

Fonte: PGE.

A partir dos critérios e procedimentos adotados para este trabalho, foram encontrados 16 estudos, que consideramos estarem direcionados às questões urbanas, alguns remetendo para o desenvolvimento e gestão, outros estando voltados mais diretamente para as questões intraurbanas, como a periferia e a condição de vida. Da RIP, identificamos duas pesquisas, uma que aborda a questão de políticas públicas, contemplando Itaúna do Sul; e outra que versa sobre aspectos da rede urbana, contemplando municípios de outra região, como é o caso de Nova Aliança do Ivaí, além de Paranavaí. O estudo de Asalin (2015) é o que mais se aproxima da preocupação com as pequenas cidades/localidades da região, uma vez que, além de fornecer dados significativos, ele apresenta contribuições teóricas para a sua análise.

Considerando o levantamento como um todo, foram encontrados 69 trabalhos, sendo que apenas sete abrangem a referida região. Diante desta informação, compreendemos que ainda há uma grande deficiência de estudos sobre a RIP, embora já existam contribuições importantes, tratando dos aspectos agrários, ambientais e urbanos desta área.

Sobre o período analisado, notamos que em todos os anos houve pelo menos um estudo, evidenciando-se um maior número de pesquisas, respectivamente, no ano de 2010, em um total de sete, seguidas de cinco abordagens, no ano de 2011.

No cenário geral da investigação, observamos que dentre as questões abordadas destacaram-se temas relacionados aos espaços ocupados e de que forma se deram tais

ocupações; ao ambiente, que foi sofrendo mudanças, devido ao uso inapropriado das terras; às lutas de territórios; às transformações no espaço geográfico; às políticas públicas realizadas; às questões sociais; e à agricultura familiar, dentre outros assuntos. Notamos que houve uma prevalência em temas referentes à transformação do espaço, após a ocupação capitalista efetiva. Dentre as pesquisas científicas analisadas e as três classificações temáticas que foram estabelecidas, verificamos que as questões ambientais se sobressaíram.

Conforme já relatamos nesta investigação, pelo critério estipulado, predominam trabalhos sobre localidades, que adotam como recortes os municípios. Contudo, encontramos apenas um estudo, dentre os que estão registrados no levantamento elaborado, relacionado a um distrito, o qual foi produzido por Marcos Antônio Queiroz (2011), com o título “Desafios socioespaciais na região central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas: alcances e limites”. Embora o autor faça referência, no título, ao município de Nova Tebas, ele abordou, especificamente, o distrito denominado Poema, dedicando poucos capítulos a pequenas cidades/municípios demograficamente pequenos, sendo ainda mais rara sua menção a unidades territoriais administrativamente inferiores, como é o caso dos distritos municipais.

Ainda com base nas informações anteriores, verificamos que vem se ampliando os trabalhos acadêmicos que tomam como recorte geográfico municípios polarizados por pequenas cidades/localidades do estado do Paraná. De fato, este número ainda é limitado quando se trata da RIP, e quando abordamos tal região, identificamos estudos com recortes mais genéricos, mas, que ainda assim, contribuem para a análise regional e suas peculiaridades, como é o caso do conjunto de trabalhos já mencionados, publicados por Endlich e Fernandes (2022), bem como, a pesquisa de Carvalho (2000), que apresenta diversas plantas históricas de cidades da região, as criadas pela CMNP, por exemplo.

Diante deste cenário, argumentamos que a sistematização que elaboramos para esta dissertação é uma contribuição importante, porém, de modo nenhum, esgota o que foi produzido. Ademais, é preciso reiterar que a realidade de parte da rede urbana, polarizada por pequenas cidades/localidades, ainda é bastante desconhecida na RIP, como também, no restante do Paraná e do Brasil, mesmo que haja indícios de que as pesquisas estejam avançando a cada ano.

Destacamos, ainda, que os trabalhos assinalados são relevantes, visto a riqueza de levantamentos e análises apresentadas, que podem auxiliar durante a elaboração de projetos nesta região. Porém, apesar de registrar estas contribuições, não há como não mencionar que são muitas as lacunas existentes, acerca das dinâmicas das pequenas cidades e localidades, além da quase completa ausência de estudos sobre distritos. Insistimos nisso, porque este texto é

parte de uma investigação que terá prosseguimento com a análise de um distrito da RIP, que é o caso de Graciosa.

É necessário considerar o contexto de pequenas cidades/localidades que estão inseridas em um espaço no qual ocorre forte movimentação de capital, onde ocorrem relações que diferem umas das outras. Podemos citar como exemplo a situação de um município pequeno, próximo à área urbana, que, certamente, demonstrará desenvolvimento socioeconômico distinto dos demais. Observamos, então, que o local de formação destes espaços fará grande diferença, influenciando em mudanças nos produtos fornecidos e nas relações mais próximas entre vendedores e compradores, que são aqueles que movimentarão o capital de ambas as partes: cidade e interior. Apesar desta realidade, os distritos acabam sendo menos visibilizados.

Outro aspecto que ficou evidente em nossa pesquisa é o de que dentre a densa rede de localidades centrais, existentes na região, diversas são emancipadas, algumas permanecem como distritos e outras cidades quase desapareceram no processo de transformação regional. Verificamos, ainda, que a produção deste espaço resultou da ação hegemônica de empresas e do Estado do Paraná, tema que abarcamos na sequência do trabalho, momento em que apresentamos, também, um contraponto às visões ideológicas destes agentes, que ao mencionarem espaços vazios, quiseram apagar uma história anterior à ocupação capitalista efetiva.

1.3 Os Produtores do espaço, as Companhias Colonizadoras e o Estado do Paraná e seus aspectos ideológicos

Para compreender a estruturação da região que estamos investigando, é fundamental que analisemos a ação dos seguintes agentes hegemônicos: o Estado do Paraná e as Companhias Colonizadoras. Diversos autores já discutiram sobre este tema, apresentando seu ponto de vista sobre a questão, que é o caso de Serra (1993, p. 49), que alega em um dos seus trabalhos, que a presença destes atores “[...] vai marcar-se como a mais importante forma de distribuição de terra agrícola no Paraná, a partir dos anos 1930.”.

Embora seja muito conhecida a atuação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foram várias as empresas que atuaram no setentrião paranaense, de modo geral. Sendo assim, como nosso objeto de estudo era a RIP, realizamos um levantamento a fim de descobrir quem foi o ator hegemônico (empresas colonizadoras) que atuou em cada uma das cidades/localidades, hoje constituídas como municípios participantes da região. Estes dados integram o Quadro 5, onde constam o nome dos municípios que compõem a RIP, na primeira

coluna, e o nome das empresas colonizadoras, na segunda. Explicitamos, ainda, que o ano informado, depois do título do referido Quadro, corresponde ao período de levantamento das informações, pois os anos em que ocorreram os processos de colonização foram diversos.

Quadro 5 – Região Imediata de Paranavaí. Municípios/Cidades e empresas colonizadoras, 2023

Município/cidade	Empresa colonizadora
Alto Paraná	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)
Diamante do Norte	Companhia Toledo Pizza
Guairaçá	Sociedade Colonizadora Guairaça Ltda
Itaúna do Sul	Imobiliária Ferreira Toledo Pizza
Marilena	Empresa Colonizadora Marilena
Mirador	Imobiliária Mada Lozzo Ltda
Nova Londrina	Companhia Imobiliária Nova Londrina Ltda
Paraíso do Norte	Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda
Planaltina do Paraná	Imobiliária Mada Lozzo Ltda
Santo Antonio do Caiuá	Companhia de Terras
Norte do Paraná	Comercio e Navegação Alto Paraná Ltda
São João do Caiuá	Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná
Tamboara	Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda
Terra Rica	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop)

Fonte: Castello *et al.* Cidades do Meu Brasil (2023).

Nesta área, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) foi a responsável pela criação de duas cidades: Alto Paraná e São João do Caiuá. Já as localidades de Nova Londrina e Planaltina do Paraná tiveram a Imobiliária Mada lozzo Ltda como agentes. No que concerne aos demais municípios, observamos que eles sofreram a ação de companhias diferentes, ficando evidente a forte presença deste tipo de empresa, fato que nos conduz à ideia de que criar localidades tornou-se um negócio expressivo, juntamente, com os loteamentos no campo.

Abordada a relevância destas empresas na colonização da região e no surgimento das diversas localidades/cidades, é preciso destacar algumas que atuaram, diretamente, na RIP, que é o caso de Alto Paraná, por exemplo, que sofreu a influência da CMNP (IBGE, 2012). Diamante do Norte iniciou seu povoamento no ano de 1953, assim que “[...] a Companhia Colonizadora Toledo Pizza abriu uma gleba denominada Macuco.”. A terra, por ser muito fértil, e a necessidade de aumentar a cultura do café foram fatores que contribuíram para o crescimento do número de pessoas povoando o local (Câmara Municipal Diamante do Norte, 2023).

É preciso revelar, também, que existem companhias que se responsabilizam pelo “transporte de passageiros e cargas”, sendo que, na cidade de Alto Paraná, em particular, denomina-se Comércio e Navegação Alto Paraná Ltda (IBGE, 2012).

Para Rompato (2012, p. 7), “O estado não conseguiu fazer frente aos interesses dos poderosos e diante das pressões o governo acabou cedendo, permitindo à iniciativa privada a apropriação de algumas áreas devolutas da Colônia Paranaíba”, tomando-se como exemplo a localidade de Guairaçá, que surgiu deste processo. Foi nesta região que a Sociedade Colonizadora Guairaçá Ltda atuou, inicialmente. (Asalin, 2015, p. 90).

Sobre Itaúna do Sul, Costa (2010, p. 9) esclarece que, mesmo ela tendo sido “[...] colonizada pela Imobiliária Ferreira e Toledo Piza, o povoado que se instalou ali pertencia ao município de Nova Londrina.”. Seu povoamento começou no ano de 1940:

[...] quando o governo do Estado do Paraná, dando sequência a política de colonização das áreas consideradas desabitadas do território paranaense, promoveu a doação de terras devolutas do patrimônio estadual a diversas empresas colonizadoras. As terras onde hoje localiza-se Itaúna do Sul foram requeridas pela Imobiliária Ferreira e Toledo Piza, que recebeu os títulos de propriedade e iniciou a demarcação das terras ou lotes a partir de 1940 (Costa, 2010, p. 10). [...]

No entanto, em 1958 a Imobiliária Ferreira & Toledo Piza vendeu o empreendimento de colonização de Itaúna do Sul para a Companhia Urano de Capitalização, sediada em Curitiba. Neste mesmo ano, através da Lei Estadual n.º 3.554/58, Itaúna do Sul foi elevada à categoria de distrito de Nova Londrina, e em 25 de janeiro de 1961, com a Lei Estadual n.º 4.338/61, ganhou autonomia política (Costa, 2010, p. 11).

A respeito de Marilena, segundo a Prefeitura Municipal de Marilena (Prefeitura de Marilena, 2018), o “[...] nome dado à localidade foi em homenagem à Maria Helena Volpato, esposa do Sr. José Volpato, diretor da Empresa Colonizadora Marilena”. Esta cidade se configura figura como um dos poucos municípios que “[...] mantiveram ou ampliaram suas populações, apresentando ainda expressivas taxas de urbanização entre 1970-1980. (Asalin, 2015, p. 167). Em Marilena ocorre a produção de ovos férteis, direcionada ao *GT Foods Group*:

A recria de matrizes está localizada em Douradina, formada por 5 núcleos com capacidade para 280.000 matrizes, neste local os pintinhos são criados até a fase adulta, quando os galos e galinhas são enviados para os núcleos de produção de ovos. Já a produção de ovos acontece nas unidades de Mirador, Rondon e Marilena, onde o grupo possui 10 núcleos com capacidade para 540.000 matrizes, é onde acontece a produção de ovos férteis, que são enviados às incubadoras. Em dezembro de 2011, a Frangos Canção, abatedouro de Maringá, responsável por 5% da produção de frangos do Paraná, comprou a empresa paranavaense Avícola Felipe, criando assim o grupo Gtfoods, reunindo quatro marcas da empresa, Frangos Canção, Gold Frango, a Mister Frango e Bellaves, que contam com uma estrutura verticalizada de 26 unidades (Asalin, 2015, p. 206).

Assim como ocorreu com Guairaçá, Mirador também se originou do processo de instalação da iniciativa privada na RIP, tendo como companhia colonizadora a Imobiliária Madalozzo Ltda (Asalin, 2015, p. 90).

Assim, como em outros municípios da rede urbana de Maringá, o café foi o grande impulsionador do povoamento, de Nova Aliança do Ivaí, conforme Ariocho (2013), Nova Aliança do Ivaí, com Paranavaí, Mirador, Paraíso do Norte e Tamboara em 1960, representavam 1/3 de toda a produção de café no Noroeste, conforme registro do Instituto Brasileiro do Café – IBC (Asalin, 2015, p. 130).

Nova Aliança do Ivaí se mostrava como um dos “[...] centros locais, ou seja, cidades que ofertavam o essencial em termos de bens e serviços para sua população (IBGE, 2008).” A repetição disso, Rompatto (2012) afirma:

[...] enquanto Paranavaí e municípios como Nova Aliança do Ivaí (1944), tiveram origem da (re)ocupação oficial, ou seja, foram colonizados a partir da Colônia Paranavaí, pertencente ao Estado, os demais municípios da região Noroeste surgiram da iniciativa privada. Ou isto, é foram colonizados por empresas particulares, a exemplo da Companhia de Terra Norte do Paraná (Rompatto, 2012, p. 6).

Em Nova Londrina, a Companhia Imobiliária Nova Londrina Ltda foi a colonizadora, além da Coopagra que, associada à Cocamar, de Maringá, criaram a Citrocoop, “[...] com a participação de capital do grupo Albertson International, da Flórida, Estados Unidos (Paraná, 1994, p. 3)”. Em consonância com Asalin (2015), esta empresa é considerada a primeira indústria de suco a se estabelecer no Paraná, representando a união dos produtores e municípios da porção oeste, na rede urbana de Maringá.

Em Paraíso do Norte fica a sede da Coopcana (Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda.), criada após “[...] o surto de criação das cooperativas agrícolas ligadas ao *agribusiness*.” (Marcchi, 2013, p. 12). O mesmo autor revela que “A partir de 1980 inicia-se o cultivo de cana-de-açúcar, e posteriormente passa a operar a Destilaria de Alcool, que trouxe um novo ciclo econômico para o município, apresentando mais uma alternativa de renda aos agricultores e a população”. (Marcchi, 2013, p. 12)

Ainda sobre a outorga de terras na RIP, Rompatto (2019, p. 211) aponta que “[...] o Estado do Paraná fez concessão de parte desta área para a empresa Braviaco, responsável pela construção de linhas férreas”, que logo foi retida, no ano de 1930, “[...] e depois de mais de uma década, em 1944, o Estado do Paraná criou a Colônia Paranavaí para lotear e vender essas terras às empresas colonizadoras para a finalidade de colonização”.

Em Paranavaí, “[...] o processo de ocupação da terra foi de muitas disputas entre as companhias colonizadoras e seus representantes. Muitas disputas pela terra ocorreram principalmente na [...] conhecida na época como Colônia Paranavaí.”, região onde, posteriormente, originaram-se “[...] novos municípios, entre eles: Paraíso do Norte, Loanda, Terra Rica e Nova Londrina.” (Costa, 2010, p. 9).

Nesse período, houve uma predominância da cultura cafeeira, que persistiu em alta até 1970, “[...] quando ganhou espaço a pecuária e a mandioca e aos poucos foi surgindo a laranja. Na época havia também culturas de algodão, milho e feijão, que atraíram para cá indústrias de grande porte, como Matarazzo, Esteves e McFaden.” (Bogoni, 2017, p. 1)

A sequência de disputa de terras na região levou o Governo a legislar sobre o assunto, concedendo terras a companhias colonizadoras, surgindo aí a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), como concessionária da Companhia São Paulo-Rio Grande do Sul, a partir de 1920. Seis anos depois, teve início a construção de uma estrada partindo do Rio Pirapó até o Porto São José (Bogoni, 2017, p. 1).

Segundo estudos de Asalin (2015, p. 90), a companhia colonizadora de Planaltina do Paraná foi a Imobiliária Madalozzo Ltda. – Colonização, Indústria e Comércio Planaltina do Paraná.

A colonização esteve a cargo da Imobiliária Agrícola Madalozzo, pois estes se motivaram a encontrar novas terras para investimentos, Giacomo Madalozzo, em meados de 1950, interessou-se pelo Norte do Paraná, cuja fama local, era a “febre do café”. Madalozzo era proprietário de uma Companhia Madeireira e dedicava-se na ampliação de filiais desta empresa em várias regiões (PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ, 2023, p. 1).

De acordo com Asalin (2015, p. 90), Santo Antônio do Caiuá foi colonizada pela “[...] Companhia de Terras Norte do Paraná- que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, com sede em São Paulo e filiais em Maringá e Londrina, deu início à implantação do povoado de Santo Antônio do Caiuá, em 12/12/51, determinando a planta da cidade, que foi inicialmente denominada de Patrimônio Santo Antônio do Caiuá, sob responsabilidade administrativa do município mais próximo que era Mandaguari (IBGE, 2023, p. 1).

Em São João do Caiuá, “[...] a empresa Colonizadora Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná marcou e mediu uma área para criação de um patrimônio em 1951. Era o início de São João do Caiuá”, que atraiu pessoas vindas de muitos lugares do país, em busca de terras produtivas, depois que foi “[...] demarcada a área, aberta a estrada de acesso e definido seu perímetro urbano.” (Secretaria da Educação do Paraná, 2023, p. 1).

Como nos revela Asalin (2015, p. 90), na cidade de Tamboara, a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão foi a companhia responsável pela colonização.

Em abril de 1947, Duílio Trevisan Beltrão, procurador da Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda., proprietária de extensa área de terras localizadas no então Distrito de Paranaíba, no Município de Mandaguari, resolveu colonizá-la com a venda de lotes, dando início à formação de um Povoado a que se deu, desde os seus primórdios, a denominação de Tamboara (IBGE, 2023, p. 1).

A respeito do local onde hoje é o município de Terra Rica, este foi solicitado “[...] junto ao governo do Estado por Aniz Abud, em 1950.” Seu nome foi uma forma de demonstrar a qualidade de suas terras. “Com o passar do tempo o colonizador Abud transferiu esta gleba à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP.” (Ferreira, 2006, p. 318).

Pela Lei Municipal n.º 13, de 5 de agosto de 1952, foi criado o Distrito Administrativo de Terra Rica. Por conta de sua posição geográfica estratégica, o distrito teve crescimento rápido e acentuado. Pela Lei Estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954, o distrito foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Paranaíba, cuja instalação deu-se no dia 4 de dezembro de 1955 (Ferreira, 2006, p. 318).

Asalin (2015, p. 113) afirma que esta era uma região em que “[...] pensões também tinham grande representatividade”, por executarem um serviço que atendia o “[...] elevado movimento de pessoas e comerciantes de diferentes atividades que atuavam em Paranaíba”.

Em face do que foi exposto ao longo deste capítulo, constatamos que a RIP foi uma região produzida com forte atuação de diversas empresas colonizadoras e que quando se conta a história regional, verifica-se o protagonismo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que veio da antiga *Paraná Plantations*, que era a responsável pelo aumento das estradas de ferro. É relevante indicar que já foram elaborados muitos trabalhos sobre a atuação deste agente, especificamente, embora existam evidências de que outros atores hegemônicos, que estiveram presentes no início da formação das localidades, ainda representam uma parte daqueles que permanecem na região, atuando em outros negócios e sob novos interesses.

Por meio de nossas análises, observamos que, para o surgimento dos

municípios/localidades da RIP, ocorreram iniciativas planejadas, com práticas bastante comuns entre si, como por exemplo, a atuação dos agentes hegemônicos que, de modo geral, tentaram apagar atividades realizadas por outros atores, anteriormente.

Devido ao contexto apresentado, argumentamos que é necessário estabelecer uma discussão sobre o “mito do vazio demográfico”; portanto, é o que faremos na sequência do trabalho.

1.3.1 Desconstruindo o mito do vazio demográfico

Quando nos referimos ao “mito do vazio demográfico”, estamos aludindo a um local com pouca densidade demográfica, em cujos espaços, geralmente, funciona o comércio e serviços são prestados. Entretanto, quando estas atividades são finalizadas, o ambiente que era foi utilizado para tais práticas, por um certo período, torna-se praticamente vazio, novamente.

Novos estudos desmentem o “mito do vazio demográfico”, demonstrando que havia presença de humanos há mais de 2000 anos, na Região Noroeste do Paraná (Costa, 2010).

Por aqui passam caçadores e coletores, populações indígenas, como os povos Guarani, Xokleng ou Kaingang, posseiros, camponeses, por último chegaram os chamados — colonizadores que ocuparam a região expulsando povos tradicionais que habitavam a região. Podemos dizer, então, que houve uma (re) ocupação dessas terras e não uma colonização, visto que já era ocupada (Costa, 2010, p. 8).

De fato, povoar estes locais “não habitados” foi uma forma de proteger e completar estas regiões, com um projeto que foi caracterizado como uma tentativa de preencher os “espaços vazios” [...], pois, com a política imperialista praticada por diversos países, era necessário proteger e “preencher” essas regiões menos povoadas.” (Rompatto, 2019, p. 207).

Essa política tinha como objetivo principal, promover a ocupação dos vazios demográficos, por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo, para dar subsídios à implantação da industrialização no Sudeste. Tentava-se, dessa forma, diminuir as diferenças econômicas regionais através da migração interna, aliviando, portanto, as tensões existentes entre esses regionalismos. Porém, estes espaços tidos por “vazios” já se encontravam ocupados por pequenos produtores dispersos nestas áreas, ou tribos indígenas. Essas populações dispersas em áreas de baixa densidade demográfica passaram a sofrer pressões e violências exercidas por aqueles que souberam se aproveitar desse projeto varguista para justificar a apropriação das novas áreas de expansão (Scalante, 2010, p. 42).

Essa noção da existência de um “vazio demográfico” se fez forte, principalmente, nas

regiões norte e noroeste do Paraná, conforme explicita Sérvulo (2020, p. 12):

A partir de meados do século XX, a tese de que quando houve a chegada dos colonizadores estrangeiros havia um sertão desconhecido, repleto de mata virgem e despovoada à espera de ser desbravada pelos “primeiros exploradores”, ocupou uma historiografia que negava a anterior ocupação indígena na região e que idealizava o papel desempenhado pelos “pioneiros”. Cabe ressaltar aqui que o uso do termo “Pioneiro” não se refere necessariamente aos que primeiro habitaram a referida região, como sugere a palavra, mas sim aos imigrantes e migrantes que vieram para esta localidade do Paraná em busca de expandir a produção de café desde os anos 30 do século passado. Esse vazio demográfico teria sido ocupado pela “bravura” daqueles que foram chamados de Pioneiros; personagens idealizados como os primeiros a habitarem essas terras paranaenses.

Esta foi uma “[...] uma narrativa construída com base na memória coletiva e não na História crítica e fundamentada em fontes, posto que preenchida por “lembranças opacas” e simbólicas, e não por análises críticas”, o que resultou em uma “[...] memória idólatra na região para com os chamados pioneiros/colonizadores, reforçando o estereótipo de que estes homens que aqui chegaram, por meados do século XX, ergueram “do zero” uma civilização”. Que estes acabavam de chegar para habitar uma terra “atrasada e sem dono” (Sérvulo, 2020, p. 14).

[...] ‘essa construção é amparada no ato heroico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopeia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade’. Em relação ao vazio demográfico, ‘O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização’ (Mota, 1994, p. 51).

Alguns autores acreditavam que aquela atitude era necessária, pois visava ao desenvolvimento do Paraná:

Em outras palavras, apesar de não negar a história de negros e indígenas para a constituição do Estado, Romário Martins, baseado numa confluência de ideias eugênicas e românticas, acreditava que o caminho ideal para o desenvolvimento do Paraná seria o branqueamento das “raças” (Iurkiv, 2002, p. 130).

Contrapondo tal ideia, Mota (1954, p. 51) assegura que a ideia de que o Paraná “[...] era um ‘vazio demográfico’ a ser ocupado pela colonização pioneira” estava inserida em um processo de transformação capitalista (Mota, 2012, p. 97). Ademais, o autor esclarece que: “[...] essa construção é amparada no ato heroico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopeia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade [...]” (Mota, 1994, p. 51).

De acordo com Sérvulo (2020, p. 32), existia a ideia de que “[...] o Paraná era um Brasil diferente, já que não seria composto pelas mesmas matrizes raciais que o restante do país.” O autor consolida esta visão, citando Wilson Martins:

Ao negar a presença de indígenas e negros no Estado, Wilson Martins deu início à ideia que, justamente, se consolidaria nos anos seguintes, de que havia um vazio demográfico na região. Sua recusa em contar a História destes povos, deliberadamente apagava as guerras de conquista, as invasões e os conflitos entre indígenas e euro-brasileiros. Somada a exemplos que heroicizavam a História do Estado como a região mais próxima da Europa, a tese de Wilson Martins acerca do caráter excepcional do Paraná foi se materializando tanto no imaginário popular, quanto na academia (Sérvulo, 2020, p. 32).

Depois da veiculação do “mito do vazio demográfico e a invenção da História branca para o Paraná”, noções utilizadas por certos indivíduos para invalidar outros grupos étnicos, é um equívoco achar que estas questões foram superadas ao longo da história.

Poderia ser correto imaginar que esta tese tivesse perdido espaço, devemos ressaltar que tais suposições não se verificam plenamente. Assim, se os indígenas passaram a ser incorporados em boa parte dos relatos sobre o Estado, não podemos deixar de notar que as resistências em aceitar que estes povos passaram a ocupar uma posição de destaque na História do Paraná, deixando aos indígenas os postos de coadjuvantes, ainda não significativos (Sérvulo, 2020, p.37).

Sobre o “mito do vazio demográfico”, Langer (2007) assegura que existe uma continuidade do desconhecimento e do prolongamento do referido mito:

Versões do vazio demográfico persistem ainda hoje, como bem demonstrou Protasio Langer, em análise sobre a História do Estado e de sua gente, ao identificar “na produção acadêmica [...] a persistência de postulados e preconceitos que diminuem ou encobrem o drama da negação da ancestralidade da ocupação indígena em face do avanço da ocupação eurobrasileira” (Langer, 2007, p. 73–74).

É imprescindível mencionar que muitos indivíduos foram atingidos, diretamente, na destruição de seus lares e culturas, sofrendo a morte de tribos inteiras. Da mesma forma, os índios situados em locais depois paranaenses foram fortemente atacados.

O processo de ocupação do território a partir da concepção do “vazio demográfico” e da valorização do imigrante europeu teve por consequência o esquecimento e a expulsão das comunidades indígenas que já ocupavam o território paranaense. No estado, um exemplo contundente dessa lógica foi o extermínio da etnia Xetá. Neste caso, como em tantos momentos da história brasileira, o interesse das classes dominantes (empresários, grandes proprietários de terras) encontra apoio na classe política. No caso, a ação das companhias colonizadoras que, para se apropriarem das valiosas terras, sequestraram e mataram indígenas, estava respaldada pelo poder público, em nome do “progresso” (Zafalon, 2021, p. 9).

Para Rompatto (2019, p. 232), o ato de “[...] pesquisar e mostrar os fatos ocorridos no processo de colonização [...] é dar voz aqueles que verdadeiramente deram seu suor e muitas lágrimas não para colonizar esta terra, mas sim reocupá-las.”. Podemos afirmar, portanto, que nunca houve, de fato, o espaço vazio, tão debatido pelos “poderosos”, já que antes aqui estavam as “populações indígenas que foram sendo expulsas desta região.”. Logo, não eram espaços vazios, eram localidades que receberam os registros da existência dos povos originários. É sobre estes povos que iremos tratar a seguir.

1.3.2 Povos originários na região

Ao longo deste tópico, temos como objetivo demonstrar que sítios arqueológicos confirmam a presença de populações anteriores à ocupação capitalista efetiva.

A colonização europeia trouxe doenças, conflitos e mudanças na dinâmica social e populacional, resultando em uma significativa redução das populações indígenas por diversas partes do território brasileiro. O processo no Paraná, e na região, não foi diferente.

Ao redor de 2.500 anos atrás (AP), agrupamentos maiores de populações passaram a ocupar a região da Bacia do Paraná e seus afluentes, (Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema, Pirapó, Santo Inácio, Bandeirantes, Tibagi, Itararé e outros menores). Tratava-se de uma das frentes da ampla expansão dos povos falantes da língua Guaraní, que vinham ocupando sistematicamente o território do atual Mato Grosso do Sul e as bacias dos rios Paraguai e Paraná e Rio da Prata. Podemos dizer que esses agrupamentos tinham em comum a língua e a produção de artefatos cerâmicos. Mas a região ainda contou com a presença de outros grupos ceramistas que deixaram seus vestígios intrusados em meios aos vestígios da cerâmica de Tradição Tupiguarani (Mota, 2010, p. 27).

Os sítios arqueológicos na região do Paraná, datados de aproximadamente 1.200 anos atrás, são preciosos testemunhos do passado indígena e oferecem informações valiosas sobre como as populações indígenas da época viviam, interagiam e se adaptavam ao ambiente. São vestígios de habitações, de utensílios, ferramentas de pedra, cerâmicas, e indícios de agricultura, que marcaram a existência de Guaranís, Kaingang e Xetás, dentre outros grupos.

No Paraná, como um todo, são 1.304 sítios arqueológicos, revelando uma riqueza de vestígios que nos permitem desvendar os segredos de suas civilizações passadas (Iphan, 2019). Na região de Paranavaí, especificamente, encontramos um conjunto de 74 sítios arqueológicos documentados e registrados pelo Iphan (2019), fato que comprova a relevância histórica e arqueológica desta região específica do estado.

Dos referidos sítios, sete integram o município de Paranavaí, pertencendo à tradição arqueológica Tupi-guarani, um grupo indígena que deixou sua marca indelével na região. Além disso, um sítio pertence à tradição Bituruna, o que evidencia a complexidade das culturas que ocuparam esta área, ao longo dos séculos. Vale observar que três sítios adicionais foram registrados, mas sua tradição arqueológica ainda não foi identificada. Neles, artefatos cerâmicos e líticos lascados atestam a presença humana e atividades passadas (Arioch, 2015).

No Quadro 6, sistematizamos dados sobre os sítios arqueológicos de municípios da RIP. Nele não constam todos os municípios, porque não são todos que possuem sítios, principalmente, registrados no Iphan. A primeira coluna do Quadro corresponde ao Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos; na segunda, constam os nomes dos sítios arqueológicos; e, na terceira, são indicados os municípios onde eles estão localizados. Destacamos que o ano registrado no título corresponde ao período em que o levantamento foi realizado.

Quadro 6 – Região Imediata de Paranavaí. Sítios arqueológicos, 2023

CNSA	NOME DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	MUNICIPIO
PR00892	Ribeirão Coroa de Fralde	Paranavaí
PR00893	Fazenda Santo Antônio 1	Paranavaí
PR0894	Fazenda Santo Antônio 2	Paranavaí
PR00895	Fazenda Santo Antônio 3	Paranavaí
PR00897	Pesqueiro Barragem de Serrana	Diamante do Norte
PR00103	Diamante do Norte	Diamante do Norte
PR00104	Porto de Areia 1	Mirador
PR00408	Porto de Areia 2	Mirador
PR00409	Porto de Areia 3	Mirador
PR01004	Corredeira de Ferro 1	Mirador
PR01014	Corredeira de Ferro 2	Mirador
PR01024	Agual 9-1	Paraíso do Norte
PR00446	Agual 9-2	Paraíso do Norte
PR00447	Cerâmica Consalter	Paraíso do Norte
PR00449	Rancho Leôncio 1	Paraíso do Norte
PR00450	Rancho Leôncio 2	Paraíso do Norte
PR00145	Eucaliptal	Paraíso do Norte
PR00452	Corredeira da Égua	Paraíso do Norte
PR00916	Rio Caiuá 2	Santo Antônio do Caiuá
PR01079	Porto Angelim 3	Santo Antônio do Caiuá
PR00918	Porto Angelim 1	Santo Antônio do Caiuá
PR00191	Fazenda Dona Amélia 1	Santo Antônio do Caiuá
PR00920	Fazenda Dona Amélia 2	Santo Antônio do Caiuá
PR00192	Rio Caiuá 3	Santo Antônio do Caiuá
PR00922	Fazenda Dona Amélia 4	Santo Antônio do Caiuá
PR00923	Fazenda Dona Amélia 5	Santo Antônio do Caiuá
PR00924	Porto Angelim 2	Santo Antônio do Caiuá

PR00925	Rio Caiuá 1	Santo Antônio do Caiuá
PR00926	Fazenda Dona Amélia 3	Santo Antônio do Caiuá
PR927	Fazenda Angelus	Santo Antônio do Caiuá
PR00552	Água Santa Luzia	Terra Rica
PR008890	Pontal do Milharal	Terra Rica
PR00890	Calango	Terra Rica
PR00891	Prainha	Terra Rica

Fonte: Iphan (2023).

Ao analisarmos o Quadro 6, verificamos a presença de sítios arqueológicos não apenas em Paranavaí, mas, também, em vários outros municípios, o que evidencia a riqueza e diversidade do patrimônio arqueológico da região. A catalogação destes sítios é fundamental para a preservação da história e cultura locais, o que pode proporcionar análises valiosas sobre as sociedades que habitaram estas áreas, ao longo do tempo.

Exercitar estas análises mais críticas é parte da tarefa de desvendar a produção do espaço regional, a forma como a história é contada, cheia de ideologia. Em um âmbito teórico maior, ao chamarmos a atenção, ainda que brevemente, para estes aspectos regionais, estabelecemos como proposta a interpretação das dinâmicas passadas e recentes da realidade brasileira, tendo a noção de que foi a partir de ações permeadas por diversos interesses e agentes é que se configurou a rede urbana regional e os aspectos que ela adquire na Região Imediata de Paranavaí. O resultado destas ações encontram-se materializados na espacialidade regional, portanto, para entender os desafios contemporâneos é relevante considerar como foi produzido este espaço.

Além das diversas sedes municípios, polarizadas por pequenas cidades, existem outras tantas no interior dos municípios, formalizadas, ou não, como distritos administrativos. Sendo assim, a sequência deste trabalho enfocou, a partir do capítulo dois, a realidade de uma destas localidades: o distrito de Graciosa.

2. APRESENTANDO O DISTRITO DE GRACIOSA E MAPEANDO CONCEITOS NECESSÁRIOS

Ao longo deste capítulo, temos como objetivo discorrer sobre alguns conceitos, que se mostram necessários para o estudo de pequenas cidades/localidades, que é o caso do nosso recorte espacial de pesquisa, o distrito de Graciosa. Anteriormente, no primeiro capítulo, discutimos sobre o contexto regional, a relevância das pequenas cidades e localidades para a rede urbana, e outros aspectos relevantes para a compreensão da realidade da RIP e, por consequência, de seus municípios e núcleos urbanos.

Neste momento, aproximamos o foco para o distrito de Graciosa, com o intuito de abordar sua formação e suas dinâmicas econômicas, bem como, propor algumas importantes reflexões conceituais. Dessa forma, na sequência, passamos a delinear este mapeamento conceitual.

2.1 Mapeamento conceitual – pequenas cidades/localidades e distritos

Antes de dar prosseguimento às nossas discussões, é importante compreender o que vem a ser um mapa conceitual e qual a sua função. De acordo com estudos de Endich (2011), ele pode ser entendido como uma ferramenta crucial para a organização e compreensão de conceitos inter-relacionados, promovendo uma visão mais completa e estruturada do conhecimento. Sendo assim, como recurso, ele auxilia no entendimento da realidade e de informações/dados, portanto, neste capítulo, buscamos traçar um mapa conceitual do distrito de Graciosa.

No Brasil, existem duas maneiras de classificar uma cidade como pequena, segundo o IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), que define cidade pequena como “[...] sendo aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes.” (Vieira, 2020, p. 138), considerando apenas a quantidade populacional como referência. Quando o foco é qualitativo, Santos (1981) preconiza que se trata de um agrupamento urbano, que mesmo precisando de outros locais para desenvolver certas atividades mais especializadas, ainda assim, consegue suprir as demandas daquela população.

De acordo com Vieira (2022, p. 27), as pequenas cidades/localidades “[...] cumpriam a principal função de suprir as necessidades básicas dos agricultores e demais segmentos da densa população regional existente no período.” Já as que estavam nas regiões centrais, “[...] tinham a função de ofertar produtos e serviços especializados.”

Nesse caso, uma das perdas e dificuldades causadas pelo declínio demográfico, citada por Vieira (2022), foi a necessidade de fechamento de agências bancárias, nestas pequenas cidades/localidades, evento que obrigou o deslocamento dos moradores para áreas maiores, com mais e melhores ferramentas, que se mostravam úteis para atender às mais variadas demandas. O referido autor, em seu estudo, mostra a perda de centralidade expressa na organização da rede bancária regional.

Os bancos são agentes financeiros bastante seletivos espacialmente. Tal seletividade revela a diferente inserção das localidades na dinâmica econômica atual, ao mesmo tempo em que se reforçam as desigualdades socioespaciais. Há uma expressão espacial nos processos mencionados. A precarização ou ausência de serviços bancários ocorre, sobretudo, em periferias sociais urbanas de grandes e médias cidades, em bairros distantes e em pequenas cidades/localidades. Pode-se interpretar que não há nestas localidades poder aquisitivo suficiente para manter essas atividades nos padrões de rentabilidade das instituições financeiras (Vieira, 2022, p. 26).

Diante do exposto, compreendemos que para que um banco se instale em uma localidade, a instituição irá analisar se aquele projeto será vantajoso economicamente, sendo que, a partir de sua decisão, pequenas cidades poderão ficar fora do mercado financeiro ou, pelo menos, encontrarão dificuldades para dele participarem, o que irá resultar em diferenciação destes espaços. O que é possível inferir desta informação é que, talvez, as referidas instituições não acreditem que exista a necessidade de uma agência bancária, naquela determinada cidade, por entenderem que ali não há, e nem poderá haver, movimentação suficiente de capital, o que, conseqüentemente, poderá acarretar na dificuldade da população para o acesso aos serviços bancários.

Nesse sentido, a Região de Influência de Cidades apresenta diversas abordagens, no que diz respeito aos pequenos núcleos urbanos, de modo que, dentre as várias possibilidades de análise, destaca-se a teoria que norteia a classificação das cidades da RIP, abordada no primeiro capítulo, em centros locais e centros de zona. Desta forma, é fundamental reconhecer que, no contexto brasileiro, a designação das sedes de municípios e distritos, como cidades, influencia na contagem populacional, como mencionado anteriormente. Por isso, é necessário que pesquisadores busquem avançar na análise precisa da urbanização e distribuição populacional, proporcionando uma compreensão mais abrangente e holística das dinâmicas urbanas, no contexto brasileiro.

Em relação às sedes dos distritos e seus pequenos núcleos urbanos, observamos que estes são considerados pertencentes à área urbana, inclusive, no Censo, eles são contados como população urbana, fato que não leva em conta outras inúmeras diferenciações existentes para tal classificação. Esta noção demonstra a importância dada ao dinamismo local, às relações existentes entre os que ali habitam entre si e os demais, pertencentes às áreas externas (Lemes *et al.*, 2009).

Conforme o IBGE, foram extintos sete distritos no Brasil, que passou a contar com 10.670, todos federais, sendo Fernando de Noronha o único estadual. (Abdala, 2023) Já o estado do Paraná, em particular, de acordo com a Agência UEL (2019) engloba 358 distritos e 399 municípios.

Tendo como base o Censo 2022, Krüger (2023, n.p), afirma que “[...] mais da metade dos municípios do Paraná tem menos de 10 mil habitantes”, e existem muitas pequenas localidades que não são oficialmente distritos, porém demonstram expressiva importância. A respeito deste tema, Silveira (2022, p. 118) afirma que:

A diversidade, a especificidade e particularidade em como se apresenta a urbanização nas cidades pequenas e as relações espaciais que estas promovem nos diferentes espaços regionais do país, impõem a importância da realização de novos e continuados estudos comparativos sobre as cidades pequenas e sua relação com o desenvolvimento regional.

Desde que nos propomos a analisar um distrito e sua sede urbana, estivemos atentas a trabalhos similares, ainda que sejam poucos. Neste processo, identificamos o de Antunes (2021), sua tese intitulada “A produção da escala geográfica em distritos municipais brasileiros: histórias de vida de Teçaindã (Martinópolis, São Paulo, Brasil)”, na qual a autora buscou criar um enredo científico sobre distritos municipais. Sua pesquisa foi traçada da seguinte forma. Inicialmente, foi apresentado o que motivou a tese, ou a captura da realidade específica, como problema científico de estudo, depois, foram delineadas as concepções metodológicas usadas para alcançar seus objetivos, tais como, a escolha do local da pesquisa e o mapeamento. Na sequência, foi implementada a pesquisa empírica, com a elaboração e aplicação de formulários e, exposição dos resultados.

A autora do supracitado estudo deu ênfase ao distrito de Teçaindã, que se localiza no município de Martinópolis, em São Paulo, apresentando a ideia de que estas localidades podem ser entendidas como escala para os habitantes, “[...] diferenciada em relação aos outros lugares, e entendida tanto como um ponto a ser conquistado, quanto superado nos movimentos escalares.” (Antunes, 2021, p. 7) Quanto aos resultados da investigação, eles demonstraram que

o distrito exerce muitas funções, por meio de redes de família e do trabalho agropecuário, e que existe o contato dos moradores, daquele lugar em questão, com outros locais, como é o caso do município de Presidente Prudente.

A tese citada estabelece similaridades com a presente pesquisa, pois ela trata de distritos e emprega metodologia semelhante, tais como, a utilização de entrevistas como dado empírico e a apresentação de dados em forma de quadros e mapas, por exemplo, recurso que possibilita a visualização de mais detalhes, facilitando o entendimento do leitor.

Identificamos, também, um artigo que apresenta certas similaridades com nossa pesquisa, de autoria de Frotscher (2018), com o título “Entre a Antiga e a Nova Pátria: narrativas de três gerações de uma família imigrante (Colônia de Entre Rios, Guarapuava – PR)”, que foi publicado na *Revista Tempo e Argumento*. O texto faz uma análise baseada em entrevistas, realizadas com pessoas pertencentes a três gerações da mesma família, que habitavam a Colônia Entre Rios, pertencente ao município de Guarapuava, no Paraná. A região foi ocupada por famílias refugiadas da 2ª Guerra Mundial, os suábios do Danúbio, vindos da Áustria, aspecto que remete, em menor escala, é claro, às famílias que se mudaram para o distrito de Graciosa, em busca de melhores condições de vida.

Outro trabalho importante que encontramos foi “Distritos municipais: entre a modernidade da cidade e a tradição do campo”, no qual Silva (2014) discorre sobre o distrito de Uvaia, em Ponta Grossa, no Paraná, revelando que, mesmo quando há a falta de bens materiais, ferramentas que facilitam o dia a dia, ainda assim, predomina, por parte de alguns, a certeza de que pertencem à sua respectiva localidade, pelo fato de estes indivíduos preferirem um ambiente mais calmo, longe dos agitos urbanos. A investigação de Silva (2014) demonstrou que as pessoas mais velhas estavam abertas para se adaptarem às novas vivências, enquanto os jovens vislumbravam uma vida voltada para o capitalismo em massa: o consumismo.

Foi interessante notar, que embora os moradores necessitem ir a Ponta Grossa ou ainda haja o anseio na aquisição de bens materiais, ainda há a manutenção do sentimento de pertencimento, bem como a identificação com a vida no Distrito, já que muitos revelaram que não querem ir morar na cidade e também muitos moradores da cidade buscaram no sossego do campo, uma nova vida, longe do caos e do estresse urbano. Como uma transição entre o espaço rural e urbano, percebe-se entre os moradores que há esse sentimento, pelo menos nos mais velhos, que ao terem acesso a uma cultura distinta da sua realidade, buscam adaptá-la ao seu contexto. Porém, a problemática é no fato dos mais jovens buscarem muitas vezes não a adaptação e sim a substituição da sua cultura tradicional, em favor de uma cultura alienante, massificada e consumista (Silva, 2014, p. 18).

A respeito desta noção, é importante considerar que, quando falamos em segregação socioespacial, estamos tratando de condições financeiras e sociais que afetam a divisão

geográfica dos espaços. Sobre isto, Cavalcanti (2018, p. 142), alega que:

A crescente urbanização das cidades brasileiras a partir da década de 50, difundindo uma economia urbana industrial, provocou um aumento intenso da população, acirrando progressivamente o processo de segregação socioespacial. Tal processo foi constantemente agravado pela interferência dos agentes que compõe a produção do espaço urbano (o estado, os agentes imobiliários, os movimentos sociais, entre outros), separando as classes sociais e dando origem a diferentes lugares que são marcados pelo acesso distinto aos direitos e as oportunidades (Cavalcanti, 2018, p. 142).

Ainda que o foco deste trabalho e, especialmente, destes últimos capítulos, esteja sobre uma pequena localidade, sede de um distrito, é fundamental levar em conta o processo de industrialização e suas implicações, como se verá adiante nesta dissertação, especialmente, no último capítulo. Isto se deve ao fato de que quando o capitalismo atinge um centro urbano, de modo mais efetivo, ele acaba dificultando a vida de pessoas que não possuem poder aquisitivo para se manterem ou, até mesmo, para sobreviverem, em meio à lógica capitalista. Por um lado existe um aumento da demanda por mão-de-obra, de outro, falta moradia adequada, situação que os obriga a se mudarem para as periferias, enfrentando condições inadequadas, ou pouco integradas, gerando, assim, uma divisão socioespacial. É notório dizer que isto acontece mesmo em núcleos urbanos muito pequenos, como destacaremos no capítulo 3, com o caso de Graciosa.

No próximo item, apresentamos o distrito de Graciosa e os aspectos diversos da sua formação.

2.2 O Distrito de Graciosa: Formação, Aspectos Demográficos e Inserção Econômica na Região

Lembramos que o distrito de Graciosa faz parte do noroeste do estado do Paraná, atualmente, integrando, ainda, a Região Intermediária de Maringá e a Região Imediata de Paranavaí. Trata-se de uma localidade que emergiu como resultado da chegada de diversos grupos de migrantes, de várias regiões do Brasil (Mondardo, 2011). Como mencionamos, anteriormente, formou-se nesta região uma rede de localidades, sendo que, parte destas e se tornaram emancipadas, entretanto, algumas permaneceram como distritos.

No caso de Paranavaí, além de se configurar como um polo regional, o município apresenta um amplo território, ao qual se integram várias localidades. Na Figura 3, apresentamos a delimitação administrativa dos distritos que integram Paranavaí.

51

A Figura 3 revela que o distrito de Graciosa está situado no município de Paranavaí, ocupando a porção sul-sudoeste do referido território. Dados divulgados nos últimos 5 anos revelam que o local apresenta uma população estimada em 2.574 habitantes, em sua maioria, descendentes de migrantes catarinenses e paraibanos, que chegaram na região a partir dos anos 1950 (IBGE, 1959). Para ilustrar o início da formação do distrito, exibimos, na Figura 4, uma fotografia que retrata o centro urbano de Graciosa, na década de 1950

Figura 4 - Graciosa. Centro urbano, década de 1950



Fonte: Acervo da Ordem do Carmo.

Como mostra a Figura 4, a sede do distrito era uma localidade muito pequena, com apenas algumas casas, um seminário, a igreja, exibindo uma paisagem que cabe em um olhar, como é o caso de outras pequenas localidades. A principal atividade econômica do distrito eram as consideradas primárias, com processos de transformação basicamente para o consumo familiar.

De acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, em 2010, 35,4% da população brasileira não residia no município de nascimento, e 14,5% destes viviam em estados diferentes. Dessa forma, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi imprescindível considerar tal processo migratório e a intenção do Estado do Paraná em colonizar a região noroeste (IBGE, 2010). Na Figura 5, retratamos uma família catarinense, no ano de 1955, no distrito de Graciosa.

Figura 5 – Graciosa. Família Pioneira Catarinense, 1955



Fonte Vandresen (1950)

Conforme exposto na primeira parte do trabalho, a área, originalmente, foi habitada por povos indígenas, que se tornaram alvo de colonizadores, nos séculos XIX e XX. O Noroeste do estado, situado entre as bacias dos rios Paraná e Paranapanema, testemunhou uma violenta confrontação entre imigrantes de origem européia e indígenas, o que, posteriormente, contribuiu para a disseminação do “mito do vazio demográfico” (Mondardo, 2011).

Devido ao contexto histórico, vivenciado por Paranaíba, especialmente, na segunda metade do século XX, migrantes catarinenses, em grande parte descendentes de alemães, foram atraídos para a região, em busca de terras para o cultivo de mandioca (Mondardo, 2011). Os indivíduos que se deslocaram até o distrito eram naturais de cidades pertencentes ao Vale do Itajaí, região que se destacava por sua atividade predominantemente agrícola, o que possibilitou a estes trabalhadores que aprendessem, desde muito jovens, o manuseio da terra, atividade que se tornou sua principal forma de sobrevivência.

É preciso considerar que foram diversas as dificuldades encontradas por estas pessoas em suas cidades de origem, visto que elas pertenciam a famílias numerosas e nem sempre as terras cedidas, pelos pais, após o casamento, eram suficientes para abrigar todos os membros. Quando eram razoáveis as porções de terras, outros problemas, tais como, pragas nas lavouras, e até mesmo enchentes, influenciavam para que os indivíduos se sentissem atraídos pela ideia de migrar para outros locais

Por meio de nossas análises, observamos que a migração trouxe consigo a realidade socioeconômica, bem como, aspectos culturais, demonstrados em atividades sociais e outros eventos, que registraram os valores e costumes de uma localidade, com características coloniais. Um exemplo a ser mencionado são os conhecidos bailes que, até meados de 1950,

não eram uma realidade para Graciosa, porém, nas décadas subsequentes, este acontecimento começou a atrair moradores de toda a região de Paranaíba.

Diante da ausência os adultos, os jovens locais encontraram uma alternativa: aos domingos, reuniam-se nas residências de moradores e organizavam uma refeição coletiva, seguida por danças e atividades esportivas. Estes encontros foram batizados de "domingueira", representando a característica alegria do final de semana, conforme recorda uma pioneira da região (Arioch, 2013).

Este evento era realizado nas primeiras horas do dia, pois os pais não permitiam que suas filhas saíssem à noite e os namoros eram supervisionados. Ao contrário dos relacionamentos mais longos, comuns nos dias atuais, os jovens da época acabavam por se casar de forma rápida, muitas vezes, após cerca de um ano de namoro. Conquistar o direito de segurar a mão de uma jovem exigia um namoro de alguns meses e as famílias dos casais precisavam estabelecer um vínculo e uma relação de respeito mútuo. Esta dinâmica social peculiar reflete um período em que as tradições e a presença familiar exerciam forte influência na vida cotidiana e nos relacionamentos da comunidade (Arioch, 2013).

De acordo com as pesquisas realizadas por Arioch (2013), antes de Graciosa ser nomeada um Distrito, as pessoas que vinham de outras regiões, para morar no local, enfrentavam dificuldades consideráveis, pois o caminho para o local era de difícil acesso, cercado por cipós e perobas, além de existir o risco eminente de uma queda da carroceria do caminhão, levando em conta a precariedade das estradas. Nos aspectos socioeconômicos, segundo o autor, as famílias que chegavam na região se dedicavam ao trabalho na lavoura, com o intuito de comercializar o que era produzido por eles, sendo que a mandioca já era o principal alimento vendido como farinha. Destacamos que a economia das famílias vinha da agricultura, bovinocultura e agricultura (Arioch, 2013).

Aos poucos, o distrito e sua sede urbana foram se consolidando. Contudo, foi possível observar uma diferença significativa entre a etapa inicial de uma economia colonial, familiar, comparada às mudanças produzidas em uma etapa seguinte, marcada pela presença de atividades industriais, como será demonstrado na sequência, no Quadro 7.

Por meio de nossos estudos, compreendemos que a economia de Graciosa, assim como a de muitas outras regiões do Brasil, é um reflexo da interação de diversos fatores, ao longo do tempo. Nesse contexto, destacaram-se a mandiocultura, a influência das empresas do setor alimentício e a migração, elementos que moldaram a dinâmica da econômica local.

O Quadro 7 ilustra os principais aspectos econômicos que movimentam Graciosa, ressaltando-se a complexidade desta realidade e as implicações socioeconômicas que a caracterizam (Ribeiro *et al.*, 2013).

Quadro 7 – Graciosa, PR. Resumo da dinâmica econômica

ETAPA	DESCRIÇÃO
Imigração Catarinense	Contribuiu fundamentalmente para o desenvolvimento econômico local, com migrantes se envolvendo em diversas ocupações, principalmente na agricultura.
Mandiocultura	Marcou o início da atividade agrícola na região de Graciosa.
Empresas do Setor Alimentício	Tiveram impacto significativo na economia local, promovendo mudanças na agricultura e impulsionando a produção em larga escala.
Mão de Obra dos “Boias-Frias”	Essencial para atender às demandas das empresas e fortalecer a economia da região em sua grande maioria oriundos do estado da Paraíba.
Migração Paraibana	Com a crescente produção e demanda por mão de obra, migrantes do Estado da Paraíba foram atraídos para a região, embora apresentem uma posição socioeconômica diferente em relação aos catarinenses.
Globalização e Estado	A globalização e a intervenção do Estado foram identificadas como fatores influentes na realidade econômica, incluindo a desigualdade social.
Diferenciação do Espaço Geográfico	O espaço geográfico da região evoluiu significativamente, passando de um pequeno povoado rural para uma região de produção em larga escala com diferenciação socioeconômica.
Dependência Econômica das empresas	A economia de Graciosa depende consideravelmente das empresas do setor alimentício estabelecidas na região.

Fonte: Adaptado de Ribeiro *et al.* (2013); Alves *et al.* (2022).

Analisando o Quadro 7, conseguimos compreender melhor como a economia de Graciosa evoluiu, ao longo dos anos, e como fatores como imigração, influência das empresas e diferenciação socioeconômica desempenharam papéis essenciais nesta transformação. Notamos, também, que a diversidade de influências e a interdependência destes elementos econômicos salientaram a complexidade da realidade local. Argumentamos que estes resultados nos serviram como ponto de partida para um entendimento mais aprofundado sobre os desafios e as oportunidades econômicas que moldam Graciosa, nos dias atuais, bem como, sobre as desigualdades que foram geradas. Este tema será abordado no último capítulo deste trabalho.

Verificamos que, ao longo do tempo, a diferenciação do espaço geográfico destacou a evolução de um pequeno povoado rural, em uma região de produção em larga escala, caracterizada por uma complexa diferenciação socioeconômica. Nesse sentido, a dependência financeira das empresas do setor alimentício se solidificou como um traço marcante na economia local.

No próximo item, abordamos, detalhadamente, a influência da mandiocultura no desenvolvimento de Graciosa, oferecendo uma visão mais completa e contextualizada deste aspecto específico, que contribuiu para a trajetória econômica da região.

2.3 Mandiocultura e a inserção econômica desta atividade em Graciosa

Embora já tenhamos discorrido sobre a inserção econômica da mandiocultura em parágrafos anteriores, optamos por elaborar um item para detalhar esta atividade, uma vez que o seu desenvolvimento foi motivo crucial para a presença e atuação local de grandes empresas do setor alimentício, que influenciaram para uma profunda transformação na agricultura, com a substituição de métodos tradicionais por sistemas mais avançados voltados para a produção em larga escala. Constatamos, portanto, que a mandiocultura desempenha um papel fundamental na região, sendo a causadora de mudanças significativas na paisagem e nas práticas agrícolas (Alves *et al.*, 2022).

Devido a este processo de renovação, a economia local depende fortemente das empresas estabelecidas na área, devendo a estas o fato de o espaço geográfico de Graciosa ter passado de um pequeno povoado rural para uma região com produção em larga escala e diferenciação socioeconômica, sendo este um aspecto evidente da realidade local (Mendonça, 1990). Segundo estudos realizados por Vieira *et al.* (2023), a mandiocultura é uma atividade agrícola de extrema importância para o distrito de Graciosa, pois ela contribui, significativamente, para a economia local. Sendo assim, esta atividade se configura como um dos pilares do setor, garantindo o sustento de muitas famílias e impulsionando o desenvolvimento rural.

Ainda tratando da mandioca, ela também é conhecida como aipim ou macaxeira, é uma planta de grande versatilidade, sendo utilizada tanto na alimentação humana, quanto na produção de ração animal, e na indústria de alimentos. Suas raízes tuberosas são ricas em amido, vitaminas e minerais, atuando como uma fonte nutricional importante para a população local (Ponce *et al.*, 2020).

Devido ao fato de Graciosa estar situada na região Noroeste do Paraná, acreditamos ser importante conhecer mais sobre a referida área, que é caracterizada pela presença do Arenito Caiuá, abrange aproximadamente 49,5% de sua área destinada a pastagens. Nas áreas de agricultura anual, representando 31,1% do território, destacam-se culturas como a cana-de-açúcar, soja e mandioca, de acordo com Cunico e Prim (2018).

Nos últimos vinte anos, a área ocupada por pastagens na mesorregião Noroeste

experimentou uma significativa redução, diminuindo cerca de 43% e ocupando, atualmente, cerca de 837.870 hectares. Algumas destas áreas de pastagens foram substituídas por lavouras, incluindo, as de cana-de-açúcar e soja, que tiveram um notável crescimento no período (MAPBIOMAS, 2022). Além disso, a região abriga, aproximadamente, 64% da área destinada ao cultivo de mandioca no Estado, mantendo-se relativamente estável, nas últimas duas décadas, com cerca de noventa e seis mil hectares (Deral-Seab, 2021).

Dentro da área, atualmente, designada para pastagens, no Noroeste Paranaense, cerca de 48% apresenta níveis significativos de degradação, 43% demonstra degradação moderada, e 8% é classificada como não degradada (Mapbiomas, 2022). Trata-se de uma região muito suscetível à erosão, sendo esta uma das implicações ambientais decorrentes da ocupação econômica da região.

A referida região também é conhecida como produtora de bovinos de corte no Estado, embora tenha experimentado uma redução de 23% em seu rebanho, desde o ano 2000. A taxa de lotação nas pastagens aumentou de 1,6 para, aproximadamente, 2,2 cabeças por hectare (IBGE-Sidra, 2020; Mapbiomas, 2021). Normalmente, a cultura da mandioca é estabelecida em áreas de pastagens degradadas, que não atendem às necessidades de uma pecuária de corte rentável e sustentável.

No contexto da pecuária de corte e da mandiocultura, os Sipa representam alternativas promissoras em busca da sustentabilidade, incluindo, o desenvolvimento do plantio direto de mandioca sobre a palhada do pasto. Conforme alguns estudos indicam, os benefícios dos Sipa, especialmente, quando se adota o plantio direto sobre a palhada de gramíneas, estão relacionados à melhoria dos atributos do solo em áreas degradadas, fator que colabora para o aumento da matéria orgânica, a maior taxa de infiltração e o armazenamento de água, bem como, o sequestro de carbono. (Cecagno *et al.*, 2018; Salton *et al.*, 2011)

No entanto, apesar dos inúmeros benefícios da mandiocultura, existem desafios a serem enfrentados, no que diz respeito à competição no mercado das farinhas, especialmente, com o milho. Este é um dos maiores riscos do setor, uma vez que o milho é um cereal amplamente cultivado e consumido, sendo utilizado na produção de diversos alimentos, incluindo as farinhas (Felipe *et al.*, 2020). Ademais, o milho é uma cultura de alto rendimento e possui um custo de produção relativamente baixo.

Dentro do avanço tecnológico e do aumento da produção agrícola, destaca-se a cultura do milho no Paraná, que nos últimos 10 anos passou de 3.800 kg/ha para 8.000 kg/ha. Da mesma forma a cultura da soja que já registrou 3.700 kg/ha e a cevada com 4.900 kg/ha, na safra de 2016/17. Assim sendo, o que se observa é o avanço das lavouras mecanizadas ocupando maiores áreas e conquistando novas fronteiras em outros estados, como é o caso de Mato Grosso, Rondônia e MATOPIBA, em detrimento das culturas destinadas basicamente ao mercado interno ou de cesta básica. Este fato tem contribuído para a estagnação da cultura de mandioca, que há vários anos vem registrando uma área menor que 2 milhões de hectares e a produção não ultrapassa a 23 milhões de toneladas (Deral, 2019, p. 4).

Para Yamakawa (2020), um dos pioneiros no desenvolvimento deste produto, faz-se necessário o fortalecimento da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (Abam):

Existe um mercado, que é o maior de todos, que consome mandioca ou milho e ele é dividido em alguns setores, em que a mandioca é superior ao milho, muito superior, é a maioria deles. Porém, se o rendimento do amido de milho é menor do que o da mandioca, o preço dele, na maioria do tempo, fica abaixo da metade do preço. Tem momentos que a fécula atingiu três reais o quilo, o amido de milho estava em um real o quilo. Nos momentos em que a fécula caía abaixo de um real o quilo, aí o consumo da fécula aumenta muito, porque existe uma preferência pela fécula neste mercado que divide em dois. E também, tem o mercado que só serve o milho, não serve o da mandioca (Yamakawa, 2020).

Ele ainda reforça que “[...] o setor de milho foi sempre o nosso concorrente – até hoje o é, mas eles cresceram muito. Uma indústria que cresceu muito no amido de milho são os de xaropes, xarope de glicose, xarope de maltose, este muito utilizado na substituição do malte nas cervejarias.” (Yamakawa, 2020). Compreendemos, portanto, que a concorrência com o milho pode afetar, negativamente, os produtores de mandioca, uma vez que a demanda por sua farinha pode diminuir em função da preferência dos consumidores pela farinha de milho. Isso pode resultar em uma redução dos preços da mandioca e na diminuição dos lucros dos agricultores (Oliveira, 2021).

A produção brasileira de fécula se destina basicamente ao consumo do mercado interno e uma pequena parcela em torno de 1% é exportada para outros países. Porém, em anos de seca no Nordeste brasileiro, boa parte da matéria-prima é canalizada para as farinhas em detrimento da produção de fécula, gerando a necessidade de pequenas importações. Caso semelhante ocorreu em 2013, quando algumas indústrias substituíram a fécula pelo amido de milho e completaram a demanda com o produto importado, principalmente oriundo da Tailândia (Deral, 2019, p.6).

Para lidar com esse desafio, é fundamental que os produtores de mandioca invistam em tecnologias e práticas agrícolas que aumentem a produtividade e a qualidade da mandioca. Além disso, é importante promover a diversificação dos produtos derivados da mandioca, buscando novos nichos de mercado e agregando valor aos produtos (Oliveira, 2021).

A partir das contribuições dos autores referenciados, tornou-se evidente o quanto é complexa a inserção econômica contemporânea. É preciso considerar como o bom funcionamento da economia depende de diversas escalas geográficas e de tantos fatores decorrentes do mercado, do funcionamento do capital financeiro, das políticas econômicas, dentre outros. Sendo assim, quando ocorre a inserção de uma pequena localidade nesta lógica, ela se torna refém deste processo.

Na sequência, na Tabela 2, sistematizamos alguns dados, demonstrando a produção de derivados de produtos industrializados, vinculados à mandiocultura, em diferentes estados do Brasil, no período de 2014 a 2017.

Tabela 2 – Brasil. Produção de Fécula nos Estados, 2014- 2017

Estados	2014	2015	2016	2017
	Produção (T)			
Paraná	450.150	520.070	419.370	249.640
Mato Grosso do Sul	133.630	184.940	145.370	112.250
São Paulo	52.820	43.410	49.420	39.200
Santa Catarina	5.480	2.450	1.700	4.040
Bahia	1.600	4.530		5.750
Pará	1.500			
Brasil	645.180	755.410	616.230	410.880

Fonte: Deral (2019).

Pela observação da Tabela 2, é possível verificar que o Paraná é o principal produtor do país, iniciando o período com uma produção de 450.150 toneladas, em 2014, mas experimentando uma queda significativa, nos anos seguintes, chegando a 249.640 toneladas, em 2017. Em contrapartida, o Mato Grosso do Sul manteve uma produção mais estável, oscilando entre 133.630 e 112.250 toneladas, durante o mesmo período. São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Pará também tiveram variações em suas produções, contribuindo na produção nacional de mandioca. O Brasil, como um todo, registrou uma produção de 645.180 toneladas, em 2014, apresentando, no ano seguinte, um aumento para 755.410 toneladas, em 2015, mas, voltando a diminuir, novamente, para 410.880 toneladas, em 2017. Estas flutuações refletem a dinâmica do cultivo de mandioca nos diferentes estados e sua influência no cenário nacional de produção (Deral, 2019).

Levando em conta este cenário, Deral (2019) elaborou uma tabela, a fim de demonstrar a situação dos principais estados, no que diz respeito ao plantio e ao manejo da mandioca. A seguir, reproduzimos estes dados na Tabela 3.

Tabela 3 – Brasil. Mandioca - Principais Estados - Área, Produção e Produtividade de 2018/19.

Regiões/Estado	Áreas (100 ha)	Produção (1000t)	Produtividade (Kg/ha)	Partic %
Norte	495	6.675	13.485	34,6
Pará	279	3.871	13.875	20,0
Amazonas	126	1.332	10.572	6,9
Acre	36	994	27.611	5,1
Outros	54	478	8.852	2,5
Nordeste	454	4.557	10.038	23,6
Bahia	171	1.858	10.866	9,6
Maranhão	58	444	7.655	2,3
Ceará	62	489	7.887	2,5
Outros	163	1.766	10.834	9,2
Sul	213	4.786	22.470	24,8
Paraná	142	3.483	24.528	18,1
Rio G. Do Sul	50	896	17.920	4,6
S. Catarina	21	407	19.381	2,1
Sudeste	112	2.018	18.018	10,5
Minas Gerais	39	535	13.718	2,8
São Paulo	53	1.199	22.623	6,2
Outros	20	284	14.200	1,5
Centro Oeste	68	1.265	18.603	6,6
Mato G. Do Sul	37	821	22.189	4,3
Mato Grosso	19	261	13.737	1,4
Outros	12	183	15.250	0,9
Brasil	1.342	19.301	14.382	100,0

Fonte: Adaptado de Deral (2019).

Os dados apresentados na Tabela 3 mostram a relevância da economia, vinculada à mandiocultura, na escala industrial em que ela se realiza, no Brasil, com destaque para o estado Paraná, do qual faz parte Paranavaí, região onde o cultivo e a indústria deste tem maior presença. Salientamos que as mudanças econômicas ocorridas na região, após a cafeicultura, trouxeram maiores desafios para sua reinserção econômica. No entanto, a mandiocultura tem obtido, cada vez mais, maior difusão na área, sendo utilizada como estratégia para sua produção significativa o investimento na divulgação dos inúmeros proveitos que se pode obter ao utilizar a farinha como matéria-prima base.

Consoante pesquisas recentes, fornecidas pelo Departamento de Economia Rural, a fécula pode ser assim utilizada:

[...] na composição de inúmeros produtos, porém destacam-se a indústria de papel e papelão, os frigoríficos, a indústria alimentícia, a química e a têxtil. Dentro da indústria alimentícia destaca-se o crescente consumo da tapioca que paramuitas famílias até substitui o pão no café da manhã. Durante os dois últimos anos, devido a crise no setor industrial brasileiro, o segmento atacadista enfrentou dificuldade no repasse aos seus consumidores finais (Deral, 2019, p. 7).

Segundo prognósticos oficiais, “[...] a produção mundial de mandioca praticamente não oscila e apresenta um crescimento contínuo, porém, as maiores taxas ocorreram entre os anos de 2012 e 2016, quando registrou um aumento de aproximadamente 7% e passou de 241,3 para 274,7 milhões de toneladas.” (Deral, 2019, p. 1).

Registros coletados de 2012 a 2018 apontam uma menção percentual do uso da fécula em diversos setores, que movem, de maneira significativa, a economia brasileira. Na Tabela 4, apresentamos os principais usos deste produto, no período de 2012 a 2018, no Brasil.

Tabela 4 – Brasil. Principais usos de Fécula - 2012 a 2018.

Setores	2012	2014	2016	2018
Panificação	18,6	21,5	22,8	22,0
Atacadista	25,0	21,3	18,9	18,4
Tapioca			7,5	12,9
Papel/Papelão	15,8	18,8	8,9	6,0
Frigorífico	13,2	11,4	17,6	21,6
Outras/Fecularias	5,2	8,2	6,0	3,7
Varejista	7,6	6,6	7,3	6,4
Têxtil	3,7	4,2	2,6	1,4
Ind.Química	4,7	1,4	5,2	3,7
Outros	5,6	6,1	9,8	3,4
Exportação	0,6	0,5	0,9	0,5

Fonte: Adaptado de Deral (2019).

Em suma, a mandiocultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do distrito de Graciosa. Porém, a competição no mercado das farinhas, especialmente, com o milho, representa um desafio para os produtores de mandioca, que precisam pensar em estratégias, que aumentem a produtividade e a qualidade do referido produto, que promovam a diversificação dos produtos derivados da referida fécula, e que fortaleçam as parcerias entre os atores da cadeia produtiva. Somente assim será possível garantir o crescimento sustentável do setor e o bem-estar dos agricultores locais (Ponce *et al.*; Felipe *et al.*, 2020).

No tocante à competitividade, as especializações produtivas promovidas no âmbito do capitalismo deixam os espaços vulneráveis para estas concorrências, sendo este um problema que precisa ser considerado ao se pensar no desenvolvimento local e regional

2.3.1 O avanço da mandiocultura na região e a fundação da Abam

A Associação Brasileira de Produtores de Amido de Mandioca (Abam), sediada em Paranavaí, foi instituída em 1991, com o intuito de fomentar o progresso tecnológico e econômico do setor. Desde então, ela desempenha um papel essencial na promoção e no fortalecimento da indústria de amido de mandioca, no Brasil. De acordo com Yamakawa (2020), a citada associação foi criada em Curitiba, contudo, devido à concentração na região, mencionada anteriormente, que, segundo a autora, alcança 40% da fécula nacional e 70% da produção paranaense, a sede foi transferida para Paranavaí.

Quanto à importância da associação, esta desempenha um papel crucial, ao agregar os produtores e promover a troca de experiências e conhecimentos entre eles. Conforme Yamakawa (2020), o surgimento da Abam se deu pela necessidade de uma organização, uma vez que o surgimento de grandes feculárias e o fechamento dos pequenos produtores acabou impactando o cenário do mercado da farinha.

O que oportunizou o nascimento da Abam é que o setor era oligopolizado pela Cassava e pela Companhia Lorenz, duas grandes companhias, que tinham até parcerias com multinacionais e que compravam boa parte das indústrias de fécula menores. Como foram surgindo feculárias maiores no Paraná surgiu a necessidade de se abrir o leque e organizar o setor (Yamakawa, 2020).

Antes da instalação da Abam na região, existia uma organização, mas as reuniões aconteciam esporadicamente e os desafios do setor foram se ampliando e exigindo maior estruturação. A associação busca, constantemente, aprimorar a qualidade do amido de mandioca produzido no Brasil, incentivando a adoção de tecnologias avançadas e boas práticas de produção. Além disso, promove ações para fortalecer a cadeia produtiva, como a realização de eventos técnicos, cursos e treinamentos voltados para os produtores (Alves *et al.*, 2022).

Outra iniciativa expressiva da Abam é o estímulo à pesquisa científica no setor de amido de mandioca, assim como, a oferta de apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, visando ao aperfeiçoamento dos processos produtivos, a diversificação dos produtos derivados da mandioca e a busca por soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelo setor (Abam, 1991). Também fazem parte das funções da referida associação, além do já mencionado: representar os interesses de produção, estabelecer negociações sobre políticas relacionadas ao setor, enfrentar a concorrência, que a globalização potencializa.

Nos dois últimos tópicos, descrevemos a lógica econômica complexa, permeada pelo ritmo industrial e comandada pelo capital financeiro, que foi imposta na localidade e no distrito

de Graciosa. Posto isto, é preciso lembrar que se a mandiocultura chegou com os catarinenses, em uma escala de produção familiar, ela já não apresenta a mesma configuração, uma vez que o cultivo é do mesmo produto, contudo, as implicações decorrentes das transformações vivenciadas no distrito são muitas e com outras características. Já foram mencionadas algumas implicações ambientais, que são tratadas por outros autores. Entretanto, neste trabalho, nosso foco esteve em algumas das implicações sociais, que acompanharam as mudanças econômicas.

A partir dos estudos que realizamos, podemos afirmar que o distrito de Graciosa tem uma vida econômica dinâmica, devido à sua inserção via mandiocultura e seu processo industrial. No distrito, estão presentes os interesses das maiores empresas do setor, fato que contribuiu para sua expansão demográfica e territorial. Como destacamos antes, parte dos fluxos recebidos está relacionado à demanda de mão-de-obra, suprida, sobretudo, pelos paraibanos.

É importante saber que o distrito de Graciosa teve seu espaço alterado em 1984, ano em que houve a instalação da empresa Indemil. Este evento influenciou para que as pequenas lavouras familiares necessitassem de expansão, a fim de produzirem em larga escala. Os alqueires destinados para a plantação também exigiram ampliação, assim como a mão de obra, que precisou ser amplificada, para que, desta forma, fosse possível realizar a produção de fécula de mandioca e o polvilho azedo. Já no ano de 1994, com o processamento de mandioca já consolidado, os esforços se voltaram para o aumento de produtos ofertados pela empresa, na intenção de atender uma maior demanda de necessidades das indústrias. Nessa perspectiva, foi iniciada a produção de xarope de glicose e amidos modificados, à base de mandioca.

Tal cenário contribuiu para a inserção da migração paraibana, vinda de seu estado de origem, inicialmente, para sanar a necessidade de mão de obra nas lavouras, mas, posteriormente, conseguiram se introduzi como operários das indústrias alimentícias. Estes indivíduos, por sua vez, não veem no distrito uma forma de adquirir terras, mas, sim, um meio de sobrevivência, já que as condições de vida, em seu local de origem, eram precárias.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados das entrevistas que foram realizadas durante a pesquisa, assim como, discorremos sobre as implicações sociais geradas no distrito, em especial, na sua sede urbana, como consequência do processo de desenvolvimento econômico.

3. A REALIDADE SOCIOESPACIAL EM GRACIOSA

Conforme supramencionado, as pequenas cidades e localidades não são muito frequentes na pauta acadêmica, sobretudo os distritos e suas sedes, como é o caso de Graciosa, recorte espacial desta pesquisa. Por isso, muitas vezes os problemas existentes nesses espaços são ignorados e, frequentemente, são exaltados como espaços sem problemas sociais. Entretanto, por meio de um estudo um pouco mais aprofundado, é possível verificar que a desigualdade que marca a sociedade brasileira também está presente nestes locais, não com a concentração espacial que caracteriza as expressivas áreas populacionais, já que nestas a população é bastante menor. Mesmo assim, é possível observar que processos similares se materializam também nestas áreas, fato que demonstra que por mais que tenham suas particularidades, elas constituem parte da realidade socioespacial brasileira.

A seguir, na Figura 6, exibimos uma rua com falta de pavimentação asfáltica, localizada no distrito de Graciosa, no ano de 2023.

Entretanto, com um estudo um pouco mais aprofundado é possível perceber que a desigualdade que marca a sociedade brasileira também está ali presente. Talvez não com a concentração espacial que caracterizam expressivas áreas populacionais de baixa renda, já que a população é bastante menor. Contudo, processos similares se materializam também nessas áreas, mostrando que por mais que tenham suas particularidades constituem parte da realidade socioespacial brasileira. Conforme é possível observar na figura 6.

Figura 6 – Graciosa. Rua com falta de pavimentação asfáltica, 2023



Fonte: autora, 2023.

O distrito de Graciosa apresenta notáveis diferenças sociais, em relação a outros locais, bastando olhar para as condições de suas ruas, para comprovar tal situação, pois elas refletem a divergência de desenvolvimento, em comparação com outras cidades. Nas zonas consideradas mais desenvolvidas, as ruas exibem pavimentação e uma infraestrutura bem delineada, evidenciando um maior investimento e o recebimento de mais atenção governamental (Rompatto, 2020).

Contrastando com a realidade das áreas classificadas como mais desenvolvidas, nas regiões percebidas como menos prioritárias encontramos vias não pavimentadas, mantidas como caminhos de terra e, ainda por cima, sujos, cobertos de mato. Identificamos, ainda, habitações em condições precárias, com casas onde a madeira já está apodrecendo, residências construídas apenas em concreto, sem acabamento e desprovidas de sistemas de segurança.

Já na distribuição espacial do referido distrito, pode ser visto um pequeno espaço, destinado aos trabalhadores, que vivem em situação de pobreza, então, moram em casas com condições precárias e sem infraestrutura. Este cenário nos remete ao que foi registrado por Engels (2010), em seus estudos, quando ele contextualizou a realidade da classe trabalhadora, na Inglaterra, no século XVIII, a partir da observação direta de como eram as casas dos trabalhadores industriais e como eles viviam em seu cotidiano, buscando entender como eram suas condições de vida.

Engels foi o primeiro a declarar que o proletariado é, de fato, uma classe que vive em uma situação econômica difícil, fator que causa um forte impacto social, potencializando condições que contribuem, de maneira clara, para a formação de classes sociais e seus espaços de moradia. Tantos anos depois de Engels, ao analisarmos o perfil da pequena Graciosa, que é nosso objeto de pesquisa, notamos que a condição apontada por ele não foi alterada, ela persiste ainda na atualidade.

Ainda na concepção de Engels (2010), a burguesia se aproveitava da mão de obra obtida pelo trabalho do proletariado, uma vez que esta classe não recebia remuneração suficiente para ter acesso a melhores condições de vida, por isso, acabavam se submetendo a situações precárias, que eram extensivas às esposas e crianças, uma vez que estes também precisavam trabalhar, por longas horas, na maioria dos casos, em condição insalubre. Posto isto, podemos alegar que, de modo diferente, mas a realidade em torno da desigualdade ainda vem persistindo, mesmo após séculos de lutas e movimentos para enfrentamento desta situação.

Nas palavras de Costa (2019, p. 70), “A avaliação do desenvolvimento das desigualdades socioecológicas também é complexa e imprecisa, principalmente quando não se trata de uma localidade específica, mas de indicadores para todo o país”. Na Figura 7, exibimos, por meio de uma fotografia, uma perspectiva de Graciosa, vista de cima, no ano de 2021, ainda buscando ilustrar a situação de algumas áreas do citado distrito.

Figura 7 – Graciosa. Rua sem pavimentação, 2023



Fonte: autora, 2023

Para estabelecer comparação, descrevemos como se caracteriza a área urbana, nobre, do distrito de Graciosa, que é contemplada por residências com boa estrutura, construídas em alvenaria e apresentando um acabamento de qualidade, sendo que, a maioria delas, está localizada em um loteamento maior, com jardins, arborização, cerca elétrica, além de contar com ruas com meio fio e que se apresentam devidamente limpas.

Na Figura 8, por meio de uma fotografia, podemos observar a pavimentação asfáltica em uma área nobre do distrito de Graciosa, no ano de 2023.

Figura 8 – Graciosa. Pavimentação asfáltica em área nobre do distrito, 2023



Fonte: autora, 2023

Outra característica do distrito é a presença de terrenos, com loteamentos vazios, nas proximidades, sugerindo a disponibilidade de espaços para futuras construções ou expansões. Além disso, as ruas desta localidade apresentam um cenário pavimentado, evidenciando um investimento na infraestrutura.

A respeito dos grandes terrenos, encontrados vazios no distrito, eles tendem a serem oportunizados como espaços de vendas de produtos, tais como: queijo, roscas de povilho, nata (retirada do leite) e a mabela, prato típico feito à base de mandioca. A culinária alemã se adequa a estes grandes espaços, visto que seus atrativos geram grande demanda de trabalhadores e atraem pessoas, que chegam até o distrito motivados pelas propagandas, que são feitas por meio do “boca a boca”. Dentre os atrativos desta culinária, são exaltados o Queijo Lita, que embora não seja fabricado em Graciosa, tem raízes neste local, já que seu fundador era morador de lá e se inspirou na produção artesanal, livre de aditivos ou conservantes. Já os terrenos grandes, planos e murados chamam a atenção de visitantes e possíveis investidores no local, uma vez que a atividade industrial, em Graciosa, convive com as tentativas de implementação do agroturismo como podemos observar na figura 9.

Figura 9 – Graciosa. Terreno oportunizado para futuros investimentos, 2023



Fonte: autora, 2023.

No que concerne à área em em que estão situados os trabalhadores menos favorecidos, sua localização é mais afastada do centro urbano, já que suas casas, em sua maioria, são feitas de madeira e foram construídas em terrenos estreitos, em ruas com falta de pavimentação asfáltica, nas quais pode ser vista uma grande quantidade de lixo, que foi descartado de forma irregular.

Diante do que foi exposto, ao longo deste trabalho, compreendemos que a relação da desigualdade com as condições de vida é o que basicamente molda o seu conceito, assim como, a distribuição de recursos, a oferta de oportunidades, o favorecimento de alguns indivíduos e a exclusão de outros, atingem a qualidade de vida dos indivíduos, sendo a partir disto que o processo de desigualdade é gerado (Oliveira, 2023).

Na esfera econômica, a desigualdade se manifesta na disparidade da distribuição de renda, pela qual algumas pessoas têm acesso a mais recursos do que outras. Embora tenham ocorrido avanços na primeira década do século XXI, a partir de 2015, tem havido retrocessos, especialmente, no combate à pobreza extrema. Dessa forma, podemos indicar que a persistência da desigualdade social continua sendo um desafio crucial para os países da América Latina. (Cepal, 2019).

Outra forma de desigualdade é a que se manifesta no âmbito regional, amparada na diversidade em infraestrutura, na oferta e no recebimento de serviços e nas oportunidades, sendo este o perfil que se enquadra melhor com o que acontece na RIP. Segundo Costa (2019, p. 53):

[...] desigualdades sociais referem-se às diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Assim, as diferenças individuais de renda, estudadas dentro das fronteiras nacionais e medidas na maior parte dos casos pelo índice de Gini, tornaram-se a forma, por excelência, de abordá-las.

Uma diferença significativa no acesso a oportunidades econômicas, como empregos bem remunerados e chances de empreendedorismo, pode criar obstáculos ao desenvolvimento em áreas menos favorecidas (Oliveira, 2023).

Com o crescimento das empresas em Graciosa, as pequenas propriedades anteriormente geridas por famílias, deram lugar ao arrendamento de terras e à necessidade de mais mão de obra, uma vez que a familiar não era mais suficiente para atender às demandas do mercado. Para suprir esta demanda, trabalhadores oriundos de espaços distantes, sobretudo paraibanos, foram atraídos pela promessa de melhoria nas condições de vida. No entanto, diferentemente dos migrantes catarinenses, os paraibanos chegaram em um momento em que a região já estava em grande parte colonizada, o que resultou em desvantagens socioeconômicas significativas para eles.

Os migrantes oriundos da Paraíba vieram de cidades como Curral Velho, por exemplo, motivados pela falta de oportunidades e em busca de uma melhor qualidade de vida, estes indivíduos fretaram alguns ônibus para realizar o deslocamento até as terras paranaenses. Quando chegaram à região, eles ficaram alojados em casas cedidas por conhecidos, ou em locais abandonados, até conseguirem um emprego, seja trabalhando nas lavouras de mandioca, como bóias frias, pagos por meio de diárias, ou como mão de obra nas indústrias, remunerados por meio de mensalidade. Somente por meio do trabalho remunerado, com o recebimento de seus salários, eles poderiam alugar uma casa, ou financiar uma, por meio de programas ofertados pelo governo.

3.1 Graciosa? Nem Tanto: Uma Análise das Características e Implicações da Desigualdade Social no Distrito

O distrito de Graciosa emergiu como uma potência no cultivo de mandioca, impulsionado por condições naturais ideais, tais como, o clima e o solo propícios para o desenvolvimento do referido tubérculo. Os catarinenses, habitantes da região, iniciaram pequenas plantações para consumo familiar, explorando diversas variedades da mandioca, contudo, eles acabaram se deparando com a qualidade conhecida como "olho junto", que para

ser consumida precisava passar por um processo de secagem, que era feito ao longo do seu cozimento, para que, dessa forma, fossem eliminadas as substâncias que a colocam como inapropriada para o consumo. Nesse caso, esse tipo de mandioca deve ser destinado ao uso industrial, assim como outros tipos, como a fécula branca, espeto, lac 90, lac 30, paraguinha e B36, dentre outros. Entre aquelas que eram apropriadas para o consumo humano estavam as variedades lapar e baianinha, cultivadas pela agricultura familiar.

Diante deste desafio, os catarinenses construíram pequenos manjolos ou engenhos, não apenas para cultivar as qualidades específicas de mandioca, mas, também, para encontrar utilidades para elas e, posteriormente, comercializar seus derivados em pequenos estabelecimentos locais. Estas formas tradicionais de produção se alteraram, mediante as mudanças introduzidas na localidade e em áreas próximas.

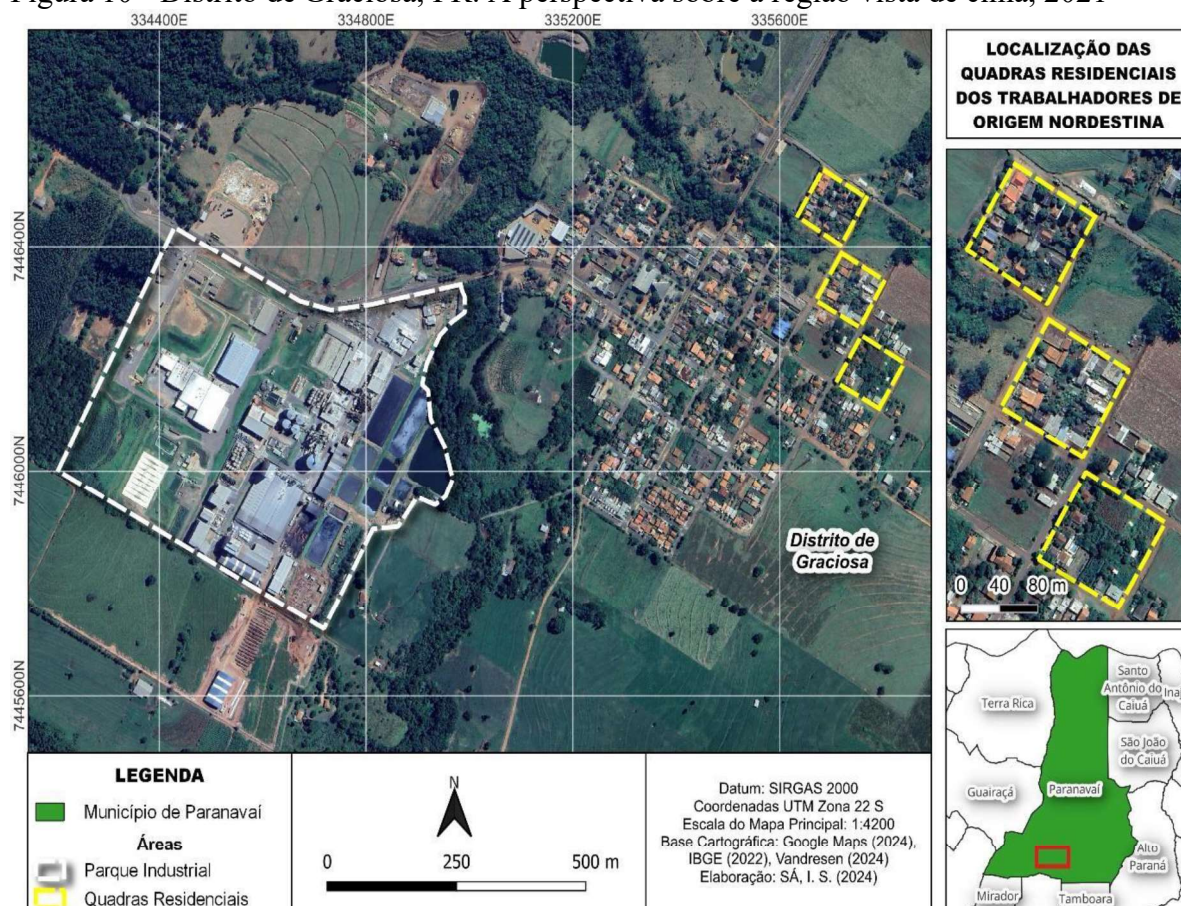
Como parte da história de Graciosa, é relatado que a transformação do cenário econômico foi impulsionada quando um vendedor de sacarias de estopa, parente do proprietário da empresa Paulista Indemil, reconheceu o potencial agrícola excepcional da região. Durante uma festa dos colonos, ele visitou o local e percebeu a oportunidade de estabelecer uma indústria na área. Esta decisão inaugurou uma nova fase para Graciosa, que teve que se adaptar às mudanças trazidas pelo capital, deixando para trás a agricultura familiar, pois a expansão da área cultivada de 11 alqueires exigiu modernização, incorporando maquinário pesado, como tratores e colheitadeiras, além de ajustes no solo. Já o aumento da demanda de mão de obra trouxe paraibanos ao distrito, que buscaram na região uma forma de sobrevivência.

A implantação da Indemil não apenas transformou a perspectiva dos catarinenses sobre suas terras, que passaram a enxergar nelas uma oportunidade de lucro, como também, representou para os paraibanos uma chance de sobrevivência e prosperidade, em meio ao processo de modernização do distrito.

A descrição do centro de Graciosa revela uma estrutura típica de uma comunidade central, destacando elementos fundamentais para a vida cotidiana. A presença da igreja, da escola, da praça e da unidade de saúde ressalta a importância de espaços que atendam as necessidades da população, no que se refere à educação, à saúde, à convivência comunitária e a prática religiosa.

Sendo assim, podemos indicar que o distrito de Graciosa tem crescido, inclusive, territorialmente, como pode ser comprovado pela análise da Figura 10, que apresenta uma perspectiva da região, vista de cima, extraída do Plano Diretor do município do Paranavaí, no ano de 2021.

Figura 10 - Distrito de Graciosa, PR. A perspectiva sobre a região vista de cima, 2021



Fonte: Plano Diretor de Paranavai – PR (2021).

A análise do mapa mostra uma configuração territorial que reflete diferentes usos e ocupações do solo em Graciosa. As áreas em verde-escuro, são identificadas como reservas permanentes, as áreas em marrom, são destinadas à agricultura, especialmente o cultivo de mandioca, evidenciam a importância da atividade agrícola na região.

A análise da Figura 10 mostra uma configuração territorial que reflete diferentes usos e ocupações do solo em Graciosa, devendo ser observado que as áreas em verde-escuro correspondem a reservas permanentes, e as áreas, em marrom, são destinadas à agricultura, especialmente, ao cultivo de mandioca, evidenciando a importância desta atividade agrícola na região.

Os demais espaços são definidos pelo centro, onde podem ser encontradas as maiores concentrações de recursos para a população e, consequentemente, é onde estão situadas as residências mais bem estruturadas. Foi possível, também, identificar a área na qual estão localizadas as residências dos trabalhadores, classificada como mais “pobre”, uma vez que lá

são encontradas casas com pouca infraestrutura.

Conforme pode ser observado na Figura 11, que consta na sequência do trabalho, nas regiões mais abastadas do distrito, as ruas pavimentadas conferem uma boa infraestrutura viária, que refletem um maior investimento e atenção por parte das autoridades locais. Já no tocante às habitações que ocupam estas áreas, as casas foram construídas com bom planejamento, para que fossem elegantes, seguras e resistentes, fato que retrata um padrão de desenvolvimento socioeconômico elevado, conforme demonstra a Figura 12.

Figura 11 – Casas localizadas na área nobre, 2023



Fonte: autora, 2023

Figura 12 – Graciosa. Área nobre do distrito, 2023



Fonte: autora 2023

Comparando com as imagens anteriormente exibidas nas Figuras 11 e 12, buscamos evidenciar, por meio das próximas imagens (Figuras 13 e 14), as disparidades presentes no mesmo espaço de Graciosa, que, apresenta, também, um cenário de desigualdade, com fortes

contrastes, quanto ao espaço, onde os moradores residem, bem como, quanto à estrutura de sua habitação.

Figura 13 – Distrito de Graciosa, PR. Periferia social, 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Figura 14 – Distrito de Graciosa, PR. Periferia social, 2023.



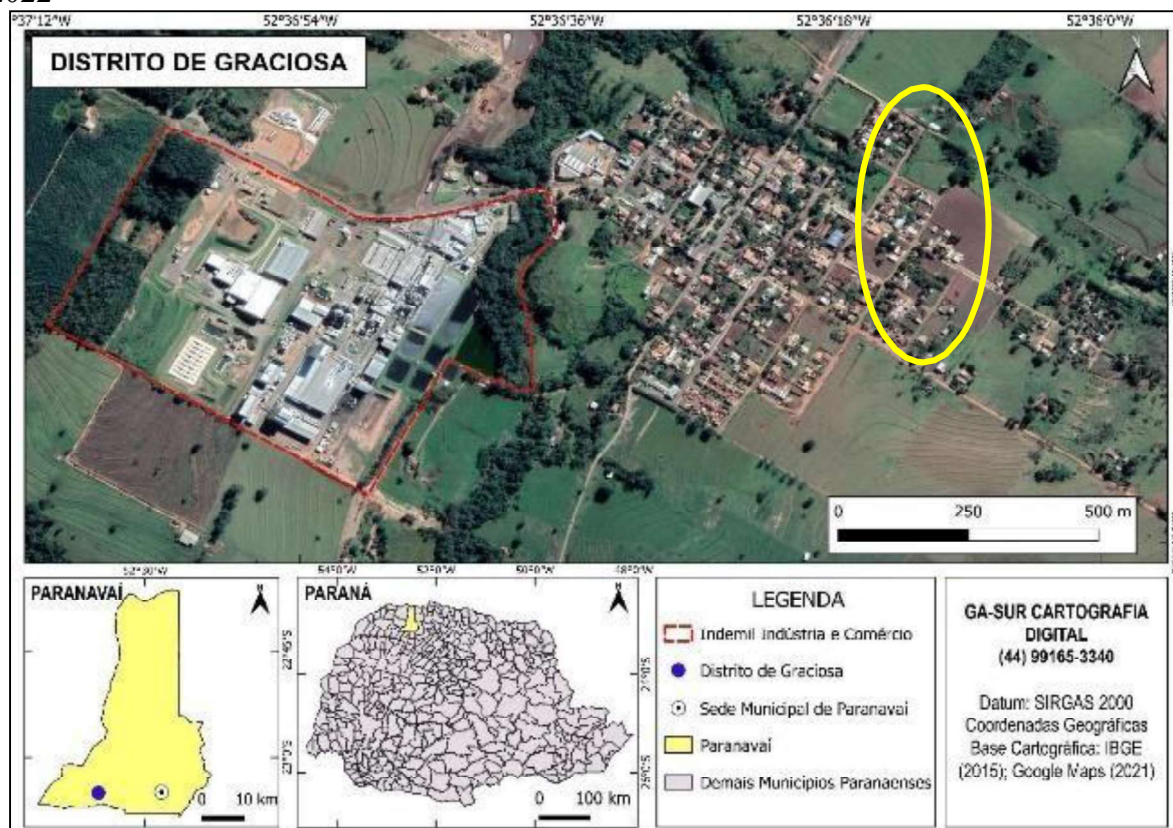
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Conforme pode ser observado nas Figura 11 e 12, exibidas anteriormente, nas regiões mais abastadas do distrito, as ruas pavimentadas conferem uma infraestrutura viária, que refletem um maior investimento e atenção por parte das autoridades locais. Além disso, as habitações que ocupam estas áreas possuem uma estrutura melhor planejada e as residências refletem um padrão de desenvolvimento socioeconômico elevado.

Segundo relatos dos residentes de Graciosa, o crescimento e a redefinição das fronteiras agrícolas foram os principais motivos por trás da colonização do distrito pertencente a Paranavaí, na década de 1930, como parte de um processo de reconfiguração e redistribuição do espaço, devido às migrações. Nessa época, o então governador do Paraná, Moisés Lupion, promoveu campanhas publicitárias para incentivar a ocupação desta região por colonos (Costa, 1975).

Já a análise das Figuras 13 e 14 revela, claramente, o contraste significativo entre as áreas interiores que, frequentemente, são caracterizadas como economicamente mais desfavorecidas, comparadas com o centro, onde se concentram as principais atividades e pontos locais. Verificamos, ainda, por meio da Figura 9, que o distrito conta com vazios demográficos, uma vez que podem ser encontrados diversos terrenos desocupados, aguardando a valorização financeira, para que, assim, possam ser vendidos por um maior montante financeiro. A seguir, na Figura 15, apresentamos uma vista de cima da localização da Indústria e Comércio Indemil, instalada no distrito de Graciosa.

Figura 15 – Distrito de Graciosa, PR. Localização da Indústria Indemil Indústria e Comércio, 2022



Fonte: SÁ, I. S (2020).

Na Figura 15 acima, destacamos, em amarelo, a área na qual se concentram trabalhadores migrantes, sobretudo, os paraibanos. Esta região está localizada entre diversos sítios, a uma distância significativa do centro do distrito. É possível notar a falta de arborização e os pequenos terrenos destinados à construção de casas. Este cenário demonstra que a globalização realmente conduziu a individualidade para a localidade, eliminando o lado solidário e familiar da produção.

Também se destaca no distrito a atividade de pecuaristas, que estão voltados para a ordenha de vacas leiteiras. Houve uma época em que esta prática movimentou, fortemente, a economia local, tendo sido fundadas associações de retireiros, como também, foi instalado um laticínio no local. Entretanto, a ausência de pensamento em prol do interesse coletivo fez com que a associação se desfizesse e o laticínio fosse fechado, por falta de visão empresarial, pois os responsáveis pela indústria acabaram não se adequando aos novos desafios do mercado leiteiro.

A seguir, nas Figuras 16, 17, 18 e 19, podemos visualizar as ruínas do antigo laticínio que funcionava em Graciosa que, no momento, está abandonado, sendo lembrado, apenas, quando as memórias dos moradores são evocadas.

Figura 16 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Figura 17 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Figura 18 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Figura 19 – Distrito de Graciosa, PR. Entre Ruínas e Memórias: O Legado Abandonado do Antigo Laticínio, 2023



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Abandonado, há décadas, o local onde funcionava o laticínio serve, esporadicamente, como moradia improvisada para algumas pessoas, embora as condições sejam precárias, com falta de portas e sujeira visível. Como, atualmente, não existem ocupantes definidos para ocupar o lugar, o espaço continua a atrair residentes, em busca de abrigo temporário.

Segundo as falas de pioneiros, a economia, assim como a colonização, no norte e noroeste do Paraná, esteve, também, centrada na expansão da cultura do café, que se originou no oeste do Estado de São Paulo e se estendeu para o nosso estado. Porém, com a ruína da cafeicultura, os colonizadores tiveram que se adequar às novas formas de obtenção de renda, fato que os direcionou para o início do cultivo da mandioca, como também, da extração do leite.

Lembramos que os catarinenses trouxeram consigo suas tradições culturais, incluindo, a dança, a culinária, a linguagem e, notavelmente, o cultivo de mandioca, que era auxiliado por carros de bois e ferramentas antigas. Mesmo com este cenário rústico, este aspecto não impediu que o potencial agrícola deste distrito despertasse o interesse da indústria e, posteriormente, ele viesse a se tornar o lar de duas principais ondas de migração: sulistas, vindos de Santa Catarina, e nordestinos, oriundos da Paraíba (CIM, 2003).

Devido ao fato de estas migrações terem ocorrido em momentos históricos diferentes, é possível notar diferenças socioeconômicas entre estes dois grupos, principalmente, devido à forma como o Estado incentivou tais migrações. No caos dos catarinenses, eles contribuíram para a ocupação e o desenvolvimento das terras na região, enquanto os paraibanos chegaram no local após os objetivos iniciais terem sido alcançados e a transformação do espaço geográfico já estar em andamento, após a instalação da empresa Indemil, Indústria e Comércio, e

outras empresas do setor alimentício (Costa, 1975).

É fato notório que o fenômeno da migração tem sido uma realidade na vida de inúmeras pessoas, impulsionadas, principalmente, pela busca por uma melhoria na qualidade de vida, desde tempos remotos. Nos anos 1990, por exemplo, no quadro das migrações, no Brasil, o Estado de São Paulo, mais especificamente, o núcleo da Região Metropolitana de São Paulo, era o epicentro desta movimentação humana (IBGE, 2000).

Já em uma localidade tão pequena como Graciosa, em momentos distintos, podemos identificar as diferenças de condições dos primeiros migrantes a chegarem e os fluxos contemporâneos, constituídos, basicamente, por trabalhadores, que atuam nas atividades vinculadas à indústria, que são desenvolvidas no referido distrito. No que concerne às motivações primordiais que impeliram nordestinos a migrarem para a região Sudeste, a busca por empregos e melhores perspectivas financeiras, visando a uma vida mais digna foi a principal mola propulsora para que isto ocorresse.

Embora tenha sido muito conhecido o fluxo para o sudeste e, sobretudo, para grandes cidades, o caso de Graciosa mostra como o processo industrial e a demanda por mão-de-obra ampliou este processo, fazendo com que ele abrangesse também pequenas localidades, como é o caso deste distrito. Conforme destacado por Singer (1976), a resposta para tal fenômeno está intrinsecamente relacionada com a influência do fator econômico como determinante dos fluxos migratórios, e as contínuas disparidades regionais, nesse caso, considerando a realidade territorial mais ampla e de âmbito nacional.

É relevante mencionar que, na segunda metade do século XX, o estado do Paraná se tornou um polo de atração para migrantes provenientes de diversas regiões do Brasil. Inicialmente, devido à significativa migração de catarinenses, o distrito passou a ser denominado como "Catarinense". Posteriormente, foi chamado de "Graciosa dos Catarinenses" e, por fim, "Distrito de Graciosa". O último nome se originou da devoção do citado grupo à Nossa Senhora das Graças (Silva, 2015).

De acordo com Santos (2001), "[...] a globalização mata a noção de solidariedade, devolve ao homem a condição primitiva do cada um por si e, [...] reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada". Tendo como base este pensamento, notamos as mudanças na vida cotidiana do distrito, inclusive, no que se relaciona à sociabilidade nele existente. Instalou-se uma lógica econômica, que gerou desigualdade, e a presença do Estado, bem como de suas políticas, parece não serem suficientes para intervir na diminuição destas disparidades e na promoção da cidadania, tão aclamada em documentos públicos.

Tornou-se evidente, também, a diferenciação do espaço geográfico de Graciosa que,

antes, era caracterizado por um pequeno povoado de catarinenses, agricultores e familiares de donos de pequenas propriedades rurais, com a beneficiação de equipamentos poucos ágeis e arcaicos, além do cultivo da agricultura de subsistência. Atualmente, pudemos identificar a presença de recursos sofisticados, produção em larga escala, bem como, a diferenciação socioeconômica dos grupos sociais, que contribuíram para a formação da população do distrito em destaque (Costa, 1975). Enfatizamos que a história econômica da localidade traz implicações socioespaciais para o distrito, revelando as diferentes condições de vida nele existentes.

Outro aspecto perceptível foi a implementação de uma nova realidade, que emergiu fora dos hábitos frequentes dos moradores do distrito, influenciando-os para o abandono de suas tradições, seus costumes e, até mesmo, na extinção do idioma alemão, que era transmitido no convívio familiar. Estes moradores poderiam ter traçado o caminho de uma modernização no qual teriam mais autonomia, entretanto foram levados a acreditar em uma verticalidade, em uma modernização sobre a qual eles não tinham o domínio, em se tratando das novas tecnologias.

De fato, no caso de Graciosa, o que se pode verificar é que a indústria priorizou o capital, voltando-se, apenas, para o aumento de sua produção e seus lucros, não dispendendo atenção para as questões ambientais, nem para os malefícios causados pelo uso de agrotóxicos. Desse modo, tais ações colaboraram para o aumento das mazelas e a banalização da qualidade de vida dos moradores da pequena localidade.

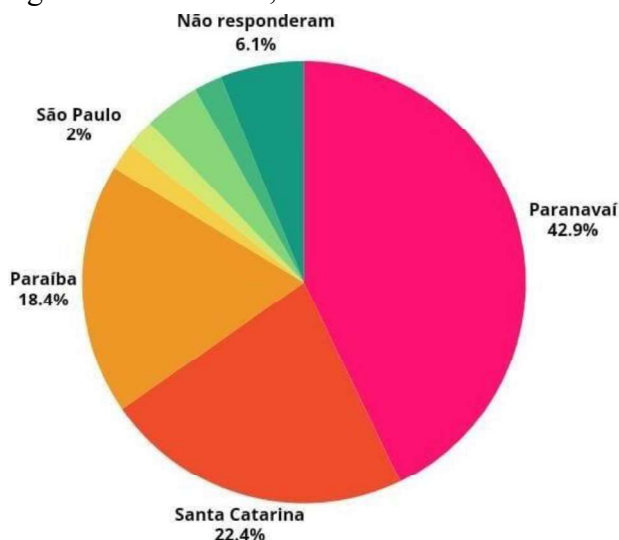
3.2 A Desigualdade Social sob o Olhar dos Moradores

As entrevistas foram realizadas com um total de 100 participantes, buscando compreender a diversidade de origens dos envolvidos, com a utilização da primeira questão para descobrir a procedência deles, de onde eles vieram. Os resultados revelaram uma variedade de contextos geográficos, que assim foram sistematizados: dos 21 entrevistados, 42% afirmaram serem naturais de Paranavaí, o que demonstra uma representativa presença local; 11 participantes (22%) relataram ter migrado de Santa Catarina; e 9 entrevistados (18%) compartilharam suas raízes paraibanas.

A presença de migrantes de outras partes do país também se fizeram notar: 1 indivíduo (2%) é proveniente de Minas Gerais; e outro (2%) é originário de São Paulo. Além disso, 2 participantes (4%) revelaram ter vindo de outras regiões do Paraná; e 1 entrevistado (2%) apontou o Ceará como sua terra natal, contribuindo para a representatividade regional na

amostra. Por fim, 4 pessoas (8%) optaram por não especificar sua origem, deixando o campo em aberto. Por motivos didáticos e para melhor entendimento do leitor, os resultados das entrevistas, por região do Brasil, foram sistematizados em forma de gráfico e constam na Figura 20.

Figura 20 – Graciosa, PR. Percentual de Entrevistados por Região do Brasil, 2023.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a migrar para Paranavaí, os entrevistados compartilharam uma variedade de razões, que refletem suas experiências e aspirações individuais. Algumas pessoas revelaram que a decisão de se estabelecer em Paranavaí estava ligada às dificuldades enfrentadas em suas terras natais e outros apontaram a busca por melhores condições de trabalho. A melhoria nas condições de vida e questões familiares também foram fonte de motivação para mudar de região. Já alguns entrevistados optaram por não especificar um motivo claro para sua migração.

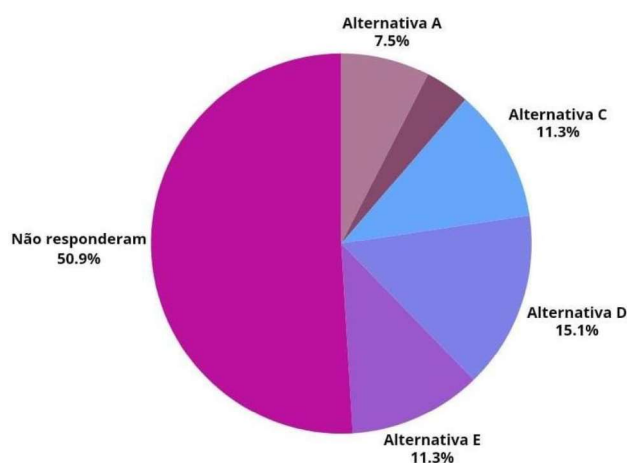
Quando perguntados sobre a forma como chegaram a Paranavaí, os participantes revelaram uma diversidade de contextos migratórios. Dos 100 participantes, apenas 4 optaram por iniciar esta jornada de maneira individual, chegando sozinhos, representando 6% do total de entrevistados. Por outro lado, a maioria dos migrantes, ou seja, 27 pessoas, escolheu empreender essa mudança acompanhada de membros de suas famílias. Esse contingente compreende 54% dos entrevistados, destacando a relevância dos laços familiares nas decisões de migração. Ainda, 20 participantes, o equivalente a 40%, não forneceram informações sobre a forma como chegaram a Paranavaí, deixando em aberto este aspecto.

Ao abordar os motivos que influenciaram sua mudança para Paranavaí, os entrevistados apresentaram uma variedade de perspectivas. A seguir, registramos os dados referentes à quarta

questão, com as opções de resposta e as respectivas quantidades de participantes que as escolheram: a) Falta de oportunidade em sua cidade: 4 entrevistados (7,5%); b) Propagandas sobre melhores condições de vida no distrito: 2 entrevistados (4%); c) Geração de emprego e melhora na renda mensal: 6 entrevistados (12%); d) Expectativa de adquirir a terra própria: 8 entrevistados (16%); e) Campo aberto para respostas personalizadas: 6 entrevistados (12%); Não responderam: 24 entrevistados (48%).

Os referidos resultados foram organizados, também, em forma de gráfico, e serão exibidos na Figura 21, buscando representar os dados relativos ao percentual de motivos que trouxeram novas pessoas para Paranavaí.

Figura 21 – Graciosa, PR. Percentual de motivos que trouxeram novas pessoas para Paranavaí, 2023



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

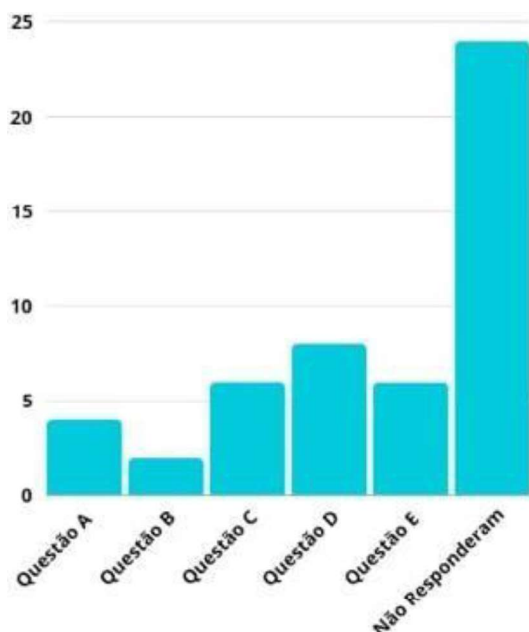
A Figura 21 retrata a variedade de motivações que impulsionaram a migração para Paranavaí, destacando-se as seguintes razões: a busca por oportunidades econômicas, melhores condições de vida e o desejo de conquistar a propriedade própria rural.

Com a aplicação da entrevista, foi possível abordar questões pertinentes à vida anterior destes indivíduos, antes de se instalarem no distrito, na tentativa de entendermos quais razões os levaram a buscarem sua inserção no distrito. Nesse sentido, foi perguntado a cada entrevistado o que de fato o levou a migrar para Graciosa, tendo como opções as seguintes respostas: a falta de oportunidade em sua cidade de origem; a busca por terras próprias; a propaganda sobre melhores condições de vida no distrito; e a geração de emprego e renda.

Na sequência, na Figura 22, sistematizamos os resultados da questão, inerentes a motivações para migrar para o distrito de Graciosa, da qual tiveram como alternativas as seguintes frases. a) A falta de oportunidade em minha cidade de origem; b) As propagandas sobre

melhores condições de vida no distrito; c) A geração de empregos, e uma melhor renda mensal; d) Esperança de adquirir terra própria;

Figura 22 – Graciosa, PR. Gráfico Percentual de Motivações para a Migração



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na abordagem da quinta questão, que aborda as condições de vida dos entrevistados quando chegaram a Paranavaí ou, para aqueles que nasceram no local, como era a infância, emergiram relatos diversos, destacando-se a percepção de um cenário coberto por vegetação e a abundância de animais, como onças e cobras, especialmente, em torno do ano de 1955. Foi relatado, que, com o tempo, eles testemunharam a evolução do distrito, desde a construção das casas até às mudanças significativas na paisagem. Em termos de infraestrutura, o distrito já contava com uma escola, um cartório e uma venda de secos e molhados. As moradias predominantes eram do tipo sítios, evidenciando a vocação rural do local, tendo-se a pecuária como principal atividade. Os moradores mais recentes da região apontaram não terem presenciado transformações expressivas, desde a sua chegada.

Na sexta questão, que discorre sobre a chegada da indústria no município, as respostas revelaram, como uma das principais observações, a ampliação da área de cultivo para a mandioca, indicando uma adaptação nas práticas agrícolas, em decorrência da presença industrial. A utilização de produtos químicos e industrializados no cultivo atual é outro ponto que foi salientado, com frequência, pelos participantes, fato que ficou registrado como uma preocupação ambiental, por ser uma constante nas respostas, indicando que os problemas

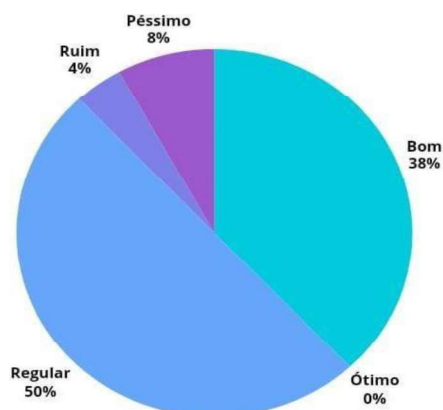
relacionados ao impacto ambiental da industrialização são uma fonte de apreensão para vários moradores. Por outro lado, pudemos notar que as opções menos assinaladas pelos entrevistados são aquelas relacionadas à melhora na condição de vida no distrito, como também, à piora desta condição.

Na sétima questão, que aborda as mudanças na paisagem local, as respostas dos entrevistados apontam para transformações significativas no cenário do distrito, sendo que, um dos aspectos destacados é o aumento do plantio de mandioca, uma mudança que se tornou perceptível na paisagem local. Outra referência apontada pelos participantes diz respeito à miscigenação no grupo de pessoas e ao aumento do perímetro urbano, elementos que colaboraram para as mudanças na paisagem da localidade.

Na oitava questão, que aborda as diferenças socioeconômicas entre os grupos que convivem no distrito, muitos entrevistados concordaram que elas existem. Entre as observações feitas, destaca-se a opinião de alguns deles de que os catarinenses, especificamente, desfrutam de melhores condições econômicas, em comparação com outros grupos. Além disso, três respostas apontam para a existência de diferenças não apenas econômicas, mas, também, políticas.

Na avaliação do distrito de Graciosa, pelos 100 entrevistados, identificamos uma distribuição variada de opiniões, onde cerca de 38% dos participantes expressaram uma visão positiva, classificando-o como "bom". No entanto, nenhum entrevistado atribuiu a classificação "ótimo". A maioria, representando 50%, considerou o distrito como "regular". Houve, ainda, 4% que o classificou como "ruim", e 8% como "péssimo". Para atender a fins didáticos e ofertar ao leitor uma melhor compreensão dos dados, elaboramos um gráfico para apresentar os resultados anteriormente revelados. Sendo assim, na Figura 23, exibimos os resultados da entrevista, para a questão que buscou investigar o percentual de opiniões dos moradores de Graciosa, sobre como estes avaliam o referido distrito, no ano de 2023.

Figura 23 – Graciosa, PR. Percentual referente à opinião sobre a avaliação do distrito, 2023



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Os Catarinenses responderam que, apesar da falta de melhorias por parte do poder público, o distrito ainda é um lugar onde eles querem estar. Argumentamos que talvez isso ocorra porque eles possuem um bom poder aquisitivo e quase não dependem do atendimento do SUS, do transporte coletivo, salvo em raras exceções, e quando necessitam destes, eles podem arcar com os seus custos.

Quanto aos trabalhadores mais pobres, estes dizem que gostariam que o distrito fosse melhor, para que pudessem ter mais acesso a serviços médicos, mais horários para os ônibus, e vias asfaltadas, nas áreas onde eles residem.

Quando questionados sobre o acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, no distrito de Graciosa, os moradores apontaram várias questões, consideradas existentes ou suficientes. Uma parcela significativa destacou o acesso à saúde, à educação e ao transporte público. Em segundo plano, algumas pessoas assinalaram a presença de vias asfaltadas. Uma minoria mencionou saneamento básico e suporte agrícola, como elementos relevantes. No que compete à existência de uma associação de moradores, a resposta foi coletiva, com um “não”.

Quando indagados sobre as demais instituições presentes na localidade e se estas ofereciam igual acesso a todos os moradores, a igreja foi o local mais mencionado pelos entrevistados, seguida pela Associação dos Produtores Rurais de Graciosa. Sobre esta última, alguns entrevistados observaram que ela é uma instituição aberta apenas para moradores ou produtores rurais.

Por fim, ao serem questionados se eles se consideravam excluídos no distrito, foi observado que 7, dos 100 entrevistados, manifestaram que se sentiam excluídos. Alguns

mencionaram que esta percepção está relacionada à sua origem nordestina, enquanto outros optaram por não justificar.

Alguns resultados mostrados em nossa pesquisa, não foram bem o que nós esperávamos, inicialmente. Ao adentrarmos na realidade de Graciosa, ou até mesmo pelas fotografias que foram obtidas e exibidas neste estudo, nossa percepção foi despertada para o fato de que a população desfavorecida, economicamente, está inserida em um contexto de exclusão, morando em ruas distantes do centro e com pouca assistência. Talvez o grau de instrução dos entrevistados ou, até mesmo, a falta de entendimento de que se eles conseguissem mais inserção no contexto do distrito, eles poderiam contar com uma melhor qualidade de vida, tenham sido fatores cruciais para que as respostas discordassem do que nós esperávamos.

Ao analisarmos as respostas dadas na entrevista, constatamos que ela revelou uma diversidade de origens geográficas entre os participantes, com uma representativa presença local de moradores de Paranaíba. Os motivos para a migração para a cidade variaram, com registros de respostas que foram desde a busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida, até às dificuldades enfrentadas em suas terras natais. As transformações na paisagem e nas práticas agrícolas, ao longo do tempo, puderam ser observadas, assim como, as diferenças socioeconômicas entre os grupos presentes na comunidade, quando estas foram se estabelecendo. A infraestrutura e os serviços públicos, como saúde, educação e transporte, foram mencionados como aspectos importantes para os moradores e que precisam ser melhorados, em um contexto geral. Compilamos as entrevistas que foram realizadas em um quadro-resumo, que integra, de modo complementar, os apêndices do presente trabalho.

Enfatizamos, também, a percepção compartilhada de que a população já forneceu matéria-prima, fato que reflete a interdependência entre a comunidade e o setor industrial. A geração de emprego e renda emerge como um ponto crucial, sendo mencionada, repetidamente, como um aspecto que influencia, positivamente, a vida no distrito. A movimentação comercial, impulsionada por esta dinâmica econômica, também é identificada como um elemento essencial na equação.

Outra questão a ser destacada é a relação direta entre a indústria e o comércio local, elemento evidenciado nas falas dos entrevistados. A criação de oportunidades de emprego não apenas fortalece a economia, mas, também, contribui para o desenvolvimento da região. No entanto, é preciso ressaltar que algumas opiniões expressam uma visão da influência da indústria, enfatizando os benefícios que chegam à comunidade de maneira menos tangível, mas não menos significativa. Esta perspectiva sugere uma compreensão geral da interação entre a indústria e a vida no distrito, reconhecendo que as implicações vão além do aspecto econômico,

alcançando, também, melhorias sociais e estruturais.

A menção específica à plantação de mandioca, para a indústria, destaca uma relação direta entre a produção local e as demandas da indústria, reforçando a ideia de uma colaboração intrínseca entre a comunidade e o setor industrial, pela qual a matéria-prima cultivada, localmente, contribui para a sustentabilidade e crescimento mútuos.

O retrato da evolução do distrito de Graciosa emergiu, vividamente, por meio das mudanças na paisagem, na infraestrutura e nas dinâmicas socioeconômicas, captadas nas vozes dos seus moradores. "Aumento da população, benfeitorias como estradas asfaltadas e escola", são relatos de um morador, destacando a transformação tangível na região. Esta noção é ecoada por outros, que notam o crescimento urbano e a ampliação das lavouras de mandioca. Entretanto, embora ela evidencie progresso, ela também vem acompanhada pela preocupação com o possível impacto nas tradições locais.

Outros elementos como acesso à saúde, educação e vias asfaltadas são citados como indicadores de progresso. No entanto, uma observação mais atenta revela que, embora existam instituições na localidade, nem todas são acessíveis a todos, fato que ressalta as diferenças sociais, econômicas e políticas.

A migração de pessoas de outros estados e a mecanização agrícola surgem como fatores comuns nas narrativas. "Aumento da área urbana, mecanização no campo", destaca um morador, reconhecendo os benefícios econômicos desta evolução. No entanto, a miscigenação de grupos e a perda de alguns costumes, como o diálogo em alemão, evidenciam uma transformação cultural mais profunda.

As falas que mencionam o aumento do plantio de mandioca ressaltam a importância econômica cultura para o distrito. Já a Associação dos Produtores Rurais de Graciosa (APRUG) é citada como um ponto-chave nesse contexto, pois ela fornece suporte técnico para o cultivo, representando um elo vital entre a comunidade e a indústria.

Contudo, a heterogeneidade das condições de vida em Graciosa, não pode ser ignorada. A vinda de pessoas de outros estados e a mecanização agrícola não impactam todos os residentes da mesma forma. Diferenças sociais e econômicas se manifestam, criando uma tessitura complexa na trama da vida dos moradores.

É válido, questionarmos os benefícios trazidos para o distrito, por meio da modernização, uma vez que esta nova realidade pode ter sido a responsável por transformações significativas, ocorridas no espaço do referido distrito, permeando aspectos culturais e, até mesmo, ambientais, já que é possível observar a poluição sonora e de rios, causadas pelas indústrias, além da perda de identidade e autonomia, no que concerne às atividades rotineiras

de seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às entrevistas realizadas, elas abrangeram um grupo diversificado, composto por residentes catarinenses, paraibanos e pessoas nascidas no próprio distrito, cada qual oferecendo perspectivas únicas sobre a evolução da região, ao longo do tempo. O enfoque nas diferentes experiências proporcionou uma compreensão mais abrangente das transformações ocorridas no distrito de Graciosa, relativas à paisagem, infraestrutura e vida socioeconômica.

Diante da riqueza dos solos propícios para a produção da mandiocultura, empresários e paulistas foram atraídos para esta região, o que motivou o Estado a promover a vinda de migrantes de outros estados para este local, uma vez que as lavouras precisavam ser ampliadas e havia falta de mão de obra para o manuseio da terra.

Em face deste cenário, os catarinenses, oriundos das primeiras levas de migração, desempenharam um papel crucial na formação e desenvolvimento do Graciosa, pois suas narrativas abrangem desde os primórdios, quando a cidade era, predominantemente, mato, até os dias atuais, marcados pela presença da indústria, notadamente, a Indemil, e o crescimento da mandiocultura. A concessão de terras pelo governo, como parte da campanha de Moisés Lupion, também beneficiou os pioneiros e suas famílias, gerando um legado que se estendeu às gerações subsequentes.

Por outro lado, os migrantes paraibanos, trabalhadores que vieram para o distrito em busca de oportunidades, trouxeram uma dinâmica diferente ao distrito, enfrentando desafios consideráveis, incluindo, desigualdades sociais e dificuldades para a obtenção de benefícios governamentais. Suas casas, muitas vezes, figuraram como representação crucial para a identificação das disparidades sociais, presentes na região.

Sobre a população natural do distrito, esta oferece uma perspectiva única, testemunhando as mudanças desde o início de sua formação. Sua ligação com a Indemil, seja por meio do trabalho direto, ou pelo fornecimento de matéria-prima, destaca o impacto da indústria na vida cotidiana dos moradores de Graciosa.

No que se refere às instituições locais, como a Aprug, elas emergiram como pontos de destaque nas entrevistas, evidenciando a importância destas para a comunidade do distrito. Contudo, a percepção sobre a acessibilidade e adequação destas instituições variou entre os entrevistados, revelando diferenças socioeconômicas, no tocante à igualdade de condições para

que todos possam participar das referidas instituições.

As entrevistas apontaram, também, desafios e oportunidades futuras para o distrito de Graciosa, devendo ser enfatizada a necessidade de adaptação das instituições, a garantia de igualdade nas condições de vida e o gerenciamento sustentável das transformações. De acordo com Cunico e Prim (2018), apesar da região ser caracterizada por solos de boa aptidão e alto potencial agropecuário, é crucial considerar a fragilidade dos solos do Arenito Caiuá e adotar práticas para o uso sustentável das áreas, como o sistema de plantio direto e Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (Sipa), que promovem a incorporação de matéria orgânica no solo. Ademais, a observação recorrente sobre as condições de vida dos catarinenses, em comparação com outros grupos, enfatiza as disparidades socioeconômicas presentes na região.

As manifestações expressas durante as entrevistas serviram como um guia para direcionar o olhar fotográfico adotado, no decorrer da pesquisa, destacando-se aspectos que vão além da superfície visual e que incorporam nuances das histórias compartilhadas pelos moradores. As fotografias das casas, das ruas e da região, como um todo, ganharam uma dimensão mais significativa ao serem informadas pelas experiências pessoais, compartilhadas durante as entrevistas.

Verificamos que a presença visual da desigualdade na região foi acentuada, quando foram alinhadas às percepções obtidas durante a coleta de dados. A maioria dos moradores, ao expressarem suas vivências, mencionou, de maneira consistente, as disparidades socioeconômicas que moldam a realidade local. Sendo assim, esta convergência entre os relatos e as imagens reforçaram, não apenas a presença da desigualdade, como também sua importância, como elemento central na compreensão da dinâmica social e espacial do distrito de Graciosa. Dos 100 entrevistados, aproximadamente 20 acreditaram estarem excluídos da comunidade.

Podemos afirmar, portanto, que a combinação entre as entrevistas e as observações em campo foram enriquecidos pelo registro fotográfico, estabelecendo uma base sólida para uma análise mais aprofundada das complexidades que permeiam esta comunidade. A interconexão entre as histórias compartilhadas e as imagens capturadas colaboraram para documentar a realidade presente, lançando luz sobre as trajetórias passadas, que contribuíram para moldar o presente, sendo reforçada a necessidade de abordagens abrangentes ao lidar com as questões de desigualdade na região.

Graciosa é um distrito que pode ser considerado relativamente dinâmico, economicamente e demograficamente, sobretudo, quando se levamos em conta a realidade de muitos municípios e suas sedes, na mesma região, conforme foi exposto no início do trabalho.

Apesar disso, se a questão econômica representa uma significativa inserção econômica para o distrito, a realidade socio espacial local não deixa de ter as contradições próprias do capital, marcada pelas desigualdades.

Realidades como essa mostram a relevância de estudos pormenorizados abordando pequenas localidades, mesmo aquelas que não estejam formalizadas como sedes de municípios. Sendo assim, o presente trabalho permitiu reiterar aquilo que outros estudiosos já vêm afirmando, o fato de serem pequenas localidades não significa que sejam de fácil compreensão e isentas de problemas.

REFERÊNCIAS

ABAM. Especial de aniversário - **Parte 1 Yamakawa conta como começou na Mandioca e como nasceu a ABAM.** 2020. Disponível em: <https://abam.com.br/yamakawa-counta-como-comecou-na-mandiocultura-e-como-nasceu-abam/#:~:text=Foi%20entre%20um%20compromisso%20e,atrav%C3%A9s%20de%20aplicativo%20de%20mensagem>. Acesso em: 30 Out. 2023

ABDALA, Vitor. **Brasil ganhou 28 distritos municipais em 2022.** Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/brasil-ganhou-28-distritos-municipais-em-2022#:~:text=Com%20as%20mudan%C3%A7as%2C%20o%20Brasil,%C3%BAnico%20distrito%20estadual%20do%20Brasil>. Acesso em: 08 ago 2023.

ABNT. **NBR 10520:** Informação e documentação – citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29.

AGÊNCIA UEL. **Pesquisa aponta evasão populacional em 150 distritos do Paraná.** Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2023. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=28841#:~:text=O%20Paran%C3%A1%20tem%20399%20munic%C3%ADpios,11%2C35%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas. Acesso em: 08 ago 2023.

ALFONSIN, Betânia de Moraes; PEREIRA, Pedro Prazeres Fraga; LOPES, Débora Carina; ROCHA, Marco Antônio; BOLL, Helena Corrêa. Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 168–193, 2020. DOI: 10.12957/rdc.2019.37245. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/37245>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ALVES, Gabriel Colaço; GONÇALVES, Gabriel; SILVA, Jonathan Ortega da; ROSSINI, Marcelle Rodrigues; ASSAF, Pedro Feurukau; FELICIANO, Paula de Oliveira; NETO, Roseli de Sousa. **A importância sociocultural da mandioca no Brasil.** XXVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XXII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e XII Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba – 2022.

ARAÚJO, A. C. A desordenada consolidação da propriedade territorial no Brasil. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, 2020.

ARAÚJO, Amanda de Campos. Terras devolutas: a desordenada consolidação da propriedade territorial no Brasil. **Revista Jurídica do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.

ARIOCH, David. **O assassinato de Raphael Azambuja na Areia Branca do Tucum.** Coluna: “Histórias do Noroeste”, Jornal “Diário do Noroeste”. Paranavaí-PR, 8 de fevereiro de 2015. Disponível em <https://davidarioch.wordpress.com/tag/nova-londrina/>. Acesso em 09 de outubro de 2023

AZEVEDO, Á. V. **Curso de Direito Civil: direito das coisas**. v. 5. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BARFKNECHT, L. C., *et al.* Apontamentos e reflexões sobre o regime de terras. **RECIFAQUI**. v. 1. a. 8. n. 8. p. 71-88. Quirinópolis/GO, 2018. Disponível em: http://faqui.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/recifaqui_2018-_v1.pdf#page=71. Acesso em: 15 nov. de 2023.

BATISTA, M. dos R.; ENDLICH, A. M. Shared management in non-metropolitan areas: microregions. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e23911225808, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25808. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25808>. Acesso em: 9 out. 2023.

BICHIR, R. M. *et al.* A primeira infância na cidade de São Paulo: o caso da implementação da São Paulo Carinhosa no Glicério. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 77, p. 1-23, 2019.

BILEGO, Renata Beatriz; MORAES, Reila Guimarães; SILVA, Fabiane Alves da. A possibilidade da concessão da usucapião sobre terras devolutas frente a aplicabilidade do princípio constitucional da função social da propriedade. **Interfaces do Conhecimento**. v. 2. n. 2. p. 87-101. Barra do Garças/MT, 2020.

BORGES, J. A. **Os Enfoques e os Olhares do Geógrafo: Uma Abordagem Metodológica sobre Método, Metodologia e Técnicas de Pesquisa**. Goiás: 2016.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CARVALHO, C. Pequenas cidades/localidades, desafios e a gestão compartilhada. *In*: Endlich, Angela Maria. **Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades**. Paraná: Programa Pós-Graduação em Geografia, 2022.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Segregação socioespacial no ensino de geografia: um conceito em foco**. ACTA Geográfica. Goiás, 2018.

CAVALCANTI, Luciana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CEPAL. **Panorama social da América Latina 2018**. Santiago: CEPAL, 2019.

CHIRNEV, L. **Estatuto da Metrópole e o desafio da gestão compartilhada: Uma análise do novo marco regulatório sob o viés do atual nível de integração entre os municípios da RMM-Região Metropolitana de Maringá (PR)**. Dissertação de mestrado. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2016.

CIDADES DO MEU BRASIL. **Paranavaí, Paraná: Guia Completo sobre a Cidade**. Disponível em: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/paranavai>. Acesso em: 13 Dez. 2023.

CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia** – Visão histórica. 1ª ed. Porto Velho: Edufro, 2003.

COSTA, O. R. G. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Aracaju, set. 1975.

COSTA, S. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. IPEA, Governo Federal. Brasília, 2019.

CUNICO, C.; PRIM, D. (org.). **Zoneamento ecológico - econômico do Estado do Paraná**. Camila. Curitiba: ITCG, 2018.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - DERAL. **Prognóstico: Mandioca - Análise da Conjuntura. Governo do Paraná**. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/Mandioca%202020.pdf. Acesso em: 21 Out. 2023.

DERAL/SEAB. **Prognóstico agropecuário – mandioca 2021-2022**. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/vol_13_n_34_2021_prognostico_agropecuário_mandioca_0.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição original em 1893), 1977.

ENDLICH, A. M. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da (org). **Estudos Urbanos**: conceitos, definições e debates. Campo Mourão, Editora Unespar, 2017, p. 33-53.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ENDLICH, A. M; MARQUES, A. J. Enquanto o censo demográfico não vem: estimativas populacionais e tendências observadas no paraná. **Geoinfó: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)**, v. 15, n. 1, p. 95-113, 2023.

ENDLICH, A. M.; MARQUES, A. J. Réquiem Para As Pequenas Localidades? Reflexões e Panorama De Municípios Demograficamente Pequenos. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 22, n. 82, p. 138-153, 2021.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. (Originalmente publicado em 1845).

FELIPE, Fábio Isaias; ORIANI, Luiz Fernando; PAUILLO, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida; KATO JUNIOR, Edison Tutomu. **Formas de coordenação das feculares na compra de mandioca no Paraná**, 2020.

FERREIRA, A. **Limites da Acumulação Capitalista**. Editora HUCITEC: São Paulo. Vol. 1. 1996.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense**: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. Tese de Doutorado (Faculdade de História). Franca, 2007. Disponível em:

chrome-

extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103090/freitag_lc_dr_fran.pdf?sequence=1. Acesso em: 08 ago 2023.

G1. **Paranavaí é 2ª cidade com mais atividades econômicas de baixo risco no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-paranavai/hoje-em-paranavai/noticia/2023/08/14/paranavai-e-2a-cidade-com-mais-atividades-economicas-de-baixo-risco-no-brasil.ghhtml> Acesso em: 09 Out. 2023

GOMES, João Gabriel Hubner. A paisagem e o lugar: conceitos de uma geografia da percepção urbana. **Revista Geoaraguaia**, v. 12, n. 2, 2022.

GONÇALVES, Bruno Lucas. **Da produção da cidade sob a égide liberal à reprodução das desigualdades socioespaciais: o caso da aglomeração urbana de Maringá em foco.** Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Ações discriminatórias e a grilagem das terras públicas na gleba Ituqui, Santarém – Pará.** XIII Enanpege. São Paulo, set. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2020.** In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso: 19 out. 2023

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios IBGE**, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_v1.pdf. Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 11 Out 2023

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Paranavaí**, 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Paranavaí: histórico.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/historico>. Acesso em: 21 out. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (CNSA - IPHAN). **Sítios arqueológicos.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227>. Acesso em: 9 out. 2023.

IPARDES. Em dez anos, 29 cidades do Paraná alcançam o topo do Índice de Desempenho Municipal. 2023.

IPHAN. **Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA.** Brasília, DF, 2023.

KRUGER, Ana. **Censo 2022: mais da metade dos municípios do Paraná tem menos de 10 mil habitantes.** G1. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/economia/noticia/2023/06/29/censo-2022-mais-da-metade-dos-municipios-do-parana-tem-menos-de-10-mil-habitantes.ghhtml>. Acesso em: 07 ago 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMES, C. da Costa, *et al.* **Urbano ou rural? Uma análise do Distrito de Ubatã, Orizónia (GO).** XI Eregeio – Simpósio Regional de Geografia. Goiás, 2009.

MACHADO, E. M. de L. **Discriminação de terras devolutas: tarefa inconclusa, desde o Brasil Imperial, em prejuízo para a Reforma Agrária.** Dissertação. 172. p. Mestrado em Direito. Universidade Federal de Pernambuco. Brasília, 2002.

MENDONÇA, F. de A. **A evolução sócio-econômica do norte novíssimo de Paranavaí e os impactos ambientais - desertificação? 1990.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MERTEN, G. H.; ARAÚJO, A. G. de; BARBOSA, G. M. de C. **Erosão no Estado do Paraná: fundamentos, estudos experimentais e desafios.** Londrina: IAPAR, 2016.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. XX-XX, jun. 2011.

MOTA, L. T. **As Guerras dos Índios Kaingang.** 2º Ed. Maringá: 2008.

MOTA, L. T. **Etno-História do Vale do Rio Paranapanema na região de Paranavaí-PR.** In: FACCIO; BARONE (Org.) *Cultura, Arqueologia e Etno-História: Um panorama do norte do Estado do Paraná.* São Paulo: Canal6 Editora, 2016, p. 8-22.

MOTA, L. T. **História do Paraná: ocupação e relações interculturais.** Maringá: EDUEM, 2005.

MOTA, L. T. **Redução Jesuítica de Santo Inácio.** Maringá: Eduem, 2010

MOTTA, R. C. **Mobilização social, capitalismo global e lutas pela alimentação: um estudo comparado da Argentina e do Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019

MOUSTAPHA, Higor. **Quais as diferenças entre uma prefeitura regional, um distrito e um bairro?** Agência Mural, 2023. Disponível em: <https://agenciamural.org.br/administrativas-e-ate-subjetivas-entenda-diferenca-entre-subprefeitura-distrito-e-bairro/>. Acesso em: 25 jul 2023.

MUSSUIA, B. L. da S. **"Nunca existiram indígenas aqui": a invisibilização dos povos indígenas na história de colonização de Paranavaí.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2019.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. **A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná.** In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional.* Maringá: Eduem, 1999. p.5-19.

OLIVEIRA, A. N. de. **De comida à patrimônio: a importância da valorização da farinha de mandioca no litoral do Paraná, Brasil.** v. 10, n. 2, p. 2021.

OLIVEIRA, F. M. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, V. 16, n. 7, p. 6750-6766, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1024>. Acesso em: 7 out. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Documento Síntese. Curitiba, 2008.

PARANAVAÍ (PR). In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31. p. 376-381, 1959.

PARANAVAÍ. **Projeto de Lei nº 01 de 2021**. Institui o Plano Diretor do Município De Paranavaí e Dá Outras Providências. Disponível em: https://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/270621225917_projeto_de_lei_01

PARANAVAÍ. **Projeto de Lei nº 02 de 2021**. Dispõe Sobre o Perímetro das Áreas Urbanas do Município de Paranavaí. Disponível em: https://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/270621225917_projeto_de_lei_02_perimetro_urbano_paranavai_r02_pdf.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea, p. 185-206. 2018.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 25, n. 5, p. 1829-1838, maio 2020.

PONCE, Talita Pijus; RIBEIRO, Marina Ronchesel; TELLES, Tiago Santos. Dinâmica espacial da produção de mandioca no Paraná, Brasil. **Confin**, [S.l.], n. 43, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.34307>. Acesso em: 21 Out. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra do Brasil - Coleção 6**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>. Acesso: 07 jan. 2023.

RIBEIRO, V. H. *et al.* Transformações da paisagem rural da microrregião de Paranavaí-PR e a expansão da cana-de-açúcar nos municípios de Tamboara e Itaúna do Sul de 1970-2012. **Geografia (Londrina)**, v. 5, n. 1, p. 62-79, 2013.

RICHMOND, A. H. **Immigration and Ethnic Conflict**. London, Mac Millan Press, 1988.

ROCHA, A. A. da; SOUZA, E. B. C. de. As inter-relações econômicas no Paraná e novas regionalizações. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 73-92, jan./abr. 2019.

RODRIGUES, L. M. M.; SOUSA, V. A. O anacronismo do estatuto da terra e os critérios de flexibilização da jurisprudência quanto à fixação do preço do arrendamento rural. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. 20382–20399, 2023. DOI:10.55905/revconv.16n.10-103. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2245>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ROMPATTO, M. O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, Norte do Paraná: da colonização "moderna" às vilas rurais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 13, n. 1, p. 362-382, 2020.

ROMPATTO, M.; SCALIANTE, H. D. O Processo de Colonização do Extremo Noroeste do Paraná e a Revolta dos Colonos da Areia Branca do Tucum. **Revista NEP**: Curitiba, v. 5, n. 1, 2019, p. 205-233

ROMPATTO, M. A revolta dos colonos da Areia Branca do Tucum, extremo noroeste do Paraná (1964). **Revista Territórios e Fronteiras**, Paraná, v. 12, n. 1, p. 272-286, 2019.

ROMPATTO, Maurílio. História e Memória da luta pela Terra em Marilena e São Pedro do Paraná. **Revista Territórios e Fronteiras**, Paraná, v. 16, n. 1, 2023.

SANDIM, T. **Da vulnerabilidade social para a vulnerabilidade institucional**: uma análise da Política Nacional de Assistência Social e de suas práticas em Belo Horizonte e São Paulo. 2018. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Urbanização Brasileira**. Editora Hucitec, São Paulo: 1993

SERRA, Elpidio. **Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no Paraná**. Revista de Geografia Agrária, Curitiba, v. 46, p. 58-74, mar. 2019.

SILVA, F. H. A. **Diálogo sobre o conceito de lugar a partir das correntes crítica e fenomenológica do pensamento geográfico**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros,

SILVA, M. A. S. da. **Distritos municipais**: entre a modernidade da cidade e a tradição do campo. Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná. 20 p. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, P. M. S. **História de Paranavaí. Paranavaí-PR: Fundação Municipal de Cultura**, 2015, p. 522.

SILVA, T. M. da. O conceito de lugar arquitetônico: Contributos da arquitetura e da filosofia hermenêutica. **CIDADES, Comunidades e Territórios**, v. 46, p. 114-130, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15847/cct.27344>. Acesso em: 27 Out. 2023.

SILVEIRA, Rogério Leandro. Cidades pequenas, rede urbana e desenvolvimento regional na região dos vales – RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2022.

THOMAZ, E. L.; FIDALSKI, J. Interrill erodibility of different sandy soils increases along a catena in the Caiuá Sandstone Formation. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 44 (e0190064), p. 1-13, 2020. DOI: 10.36783/18069657rbcs20190064.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação do norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

VALLIM GAIOTTO, Sergio Augusto; SIQUEIRA ALVES, Sirlene; FERREIRA VASSI, Vanderlei. Entidades do Terceiro Setor de Paranavaí-PR e Região: Compreensão das Práticas Sociais e Econômicas. **Revista CESUMAR: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 24, n. 2, p. 281-300, jul.-dez. 2019.

VENOSA, S. de S. **Direito civil**: reais. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

VIEIRA, A. B. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno prudentino de**

Geografia. São Paulo, 2020. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>. Acesso em: 23 jul. 2023.

VIEIRA, C. E. Centralidade, reestruturação bancárias e pequenas cidades/ localidades. *In*: Endlich, Angela Maria. **Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades**. Paraná: Programa Pós-Graduação em Geografia, 2022. p. 25-42.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE I – Roteiro da Entrevista

APÊNDICE II – Compilação de entrevistas

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

ANEXO 2 - TCLE

APÊNDICE 1- Roteiro da Entrevista



As pequenas cidades/localidades na região Imediata de Paranavaí: caso do distrito de Graciosa.

Entrevista semi-estruturada

Município:

Nome do entrevistado:

Identificação no texto da dissertação: (Entrevistado A, B, C, D)

Data de nascimento:

Endereço:

1) Sobre a migração para o Paraná e Distrito de Graciosa:

1.1 Ano em que ocorreu:

1.2 Qual sua procedência? Onde vivia antes do distrito de Graciosa?

2) Porque você migrou para o distrito de Graciosa?

3) Você veio com família, grupo de trabalhadores ou sozinho? Como era a relação entre os que vieram?

4) Dentre as frases a seguir quais definem o motivo que levou você a migrar para Graciosa? (Múltiplas respostas)

a) () A falta de oportunidade em minha cidade de origem;

b) () As propagandas sobre melhores condições de vida no distrito;

c) () A geração de empregos, e uma melhor renda mensal;

d) () Esperança de adquirir terra própria;

e) Outros: _____

5) Como era a vida no distrito quando você chegou? Aborde a condição de moradia, de trabalho, acesso a comércio e serviços públicos e privados. Caso tenha observado diferenças quanto ao período atual descreva.

6) Como você avalia a chegada da indústria do município (assinale todas as questões que considerar verdadeiras)

- a) Houve ampliação de área para o cultivo de mandioca;
- b) O cultivo de mandioca tornou-se mais tecnificado, com uso de máquinas e implementos;
- c) O cultivo atual utiliza-se de produtos químicos e industrializados;
- e) A condição de vida no distrito melhorou;
- f) A condição de vida no distrito piorou;
- g) Questões ambientais tornaram-se uma preocupação;
- h) Não existem preocupações ambientais.

7) Aconteceram transformações na paisagem (na vila e no campo) no distrito? Quais?

8) Na tua avaliação existem diferenças socioeconômicas entre os grupos que convivem no distrito, quanto ao poder de consumo, condição de moradia, por exemplo?

() Sim () Não

Se sim, quais?

9) Você recebe algum tipo de auxílio ou assistência social por parte da empresa, prefeitura, governo estadual ou federal?

10) Como avalia o distrito de Graciosa:

- a) () Bom
- b) () Ótimo
- c) () Regular
- d) () Ruim
- e) () Péssimo

11) Sobre acesso a infraestrutura e serviços públicos no distrito de Graciosa, assinale os que você considera existente e suficiente:

- a) () Acesso a saúde
- b) () Acesso a educação
- c) () Acesso ao transporte público/coletivo
- d) () Vias asfaltadas
- e) () Saneamento básico
- f) () Suporte técnico para cultivo agrícola

12) O distrito possui associação de moradores **ou organizações similares?**

- a) () Sim
- b) () Não

Se a resposta foi sim, ela conta com a participação e é acessível a todos os moradores?

13) Em relação a demais instituições existentes na localidade (por exemplo a igreja), observa-se igual acesso a todos os moradores? Explique.

14) De que maneira a **indústria interfere **em sua vida**?**

15) Você se considera excluído de alguma situação no distrito?

16) Tem algo que você gostaria de acrescentar além do que foi perguntado?

APÊNDICE II – Compilação de entrevistas

Quadro Entrevistas – Mulheres

ENTREVISTA DA/O	ANO DE NASCIMENTO	ANO DE MIGRAÇÃO	LOCAL DE ONDE MIGROU	MOTIVO DA MIGRAÇÃO	INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA NA VIDA	MUDANÇAS NA PAISAGEM	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO	EXISTEM INSTITUIÇÕES DENTRO DA LOCALIDADE, SÃO ABERTAS A TODA COMUNIDADE ?	EXISTEM DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICA S NO DISTRITO?	SE SENTE EXCLUÍDO DENTRO DO DISTRITO?
01	1974	X	Paranavai	x	Já houve fornecimento de matéria prima”	Aumento da população urbana, mecanização do campo	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	SIM	NÃO
02	1975	X	Paranavai	x	Por meio de emprego e renda, movimentação comercial e benfeitorias trazidas para o Distrito	Houve a miscigenação de pessoas vindas de outros estados, ampliação no cultivo de mandioca, mecanização agrícola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	As instituições estão abertas para aqueles que possuem perfil compatível com as mesmas	Sim. Pelo contexto no qual foram inseridos, no Distrito, catarinenses desfrutam de melhores condições	NÃO
03	1959	X	X	Motivos familiares	De maneira indireta trazendo benefícios para o Distrito	x	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Há condições de moradia e bens materiais	NÃO
04	1981	X	Paranavai	x	De maneira direta, pois a geração de renda movimentou o comércio	Aumento da população urbana, mecanização agrícola, vinda de pessoas oriundas de outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Sim, são abertas a todos da comunidade	Catarinenses tornaram-se economicamente mais favorecidos	NÃO
05	1949	1955	Rio Fortuna (SC)	Tentativa de melhoria de vida	De maneira indireta	Houve a vinda da indústria, criação de estradas asfaltadas	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	CAEP (Igreja Católica)	Catarinenses tem melhor poder aquisitivo	NÃO
06	1459	1956	Braço do Norte (SC)	Com a família, casada, já havia nascido três filhos	De maneira indireta, trazendo benefícios para o Distrito	Aumento da população urbana, áreas de pastagens. Vindas de indivíduos de outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	CAEP (Igreja Católica)	NÃO	NÃO
07	1958	1962	Grão Pará (SC)	O Distrito oferecia melhores condições de vida	Sim, traz benefícios para a localidade	A indústria modificou muito a área urbana e ampliou o cultivo de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses tem melhores condições de vida	NÃO

08		1945	1962	Ituporanga (SC)	Motivos familiares, o falecimento do pai	Através da geração de emprego e renda	Aumento da população, ampliação do cultivo da mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	NÃO	Catarinenses contam com uma vida mais confortável	NÃO
09		1970	1974	Curral Velho (PB)	Para melhoria das condições de vida	Benefícios para o Distrito	Houve ampliação no cultivo da mandioca e a vinda de paraibanos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses obtiveram melhores condições de vida	SIM
10		1950	X	Paranavai	X	De forma nenhuma	Aumento da área urbana, ampliação da lavoura de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Sim, são todas abertas a população	Condições de moradia e rendas diferenciadas	NÃO
11		1929	1955	Tubarão (SC)	Para tentar melhores condições de vida	Movimentação comercial, emprego e renda	Aumentou a população	Acesso à Saúde Vias Asfaltadas Suporte técnico para cultivo agrícola	Sim, são todas abertas a população	As condições de vida são diferenciadas, além das questões políticas	NÃO
12		1996	X	Paranavai	X	Através da geração de emprego e renda	A vinda de pessoas de outros estados, aumento da área rural para plantio de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo Suporte técnico para cultivo agrícola	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses tem melhores condições de vida	NÃO
13		1940	1955	Rio Fortuna (SC)	Pelos problemas que a família enfrentava na época	Trazendo benefícios para o Distrito como emprego e renda, movimentação do comércio	Miscigenação de pessoas vindas de vários estados, de instalação de indústrias, a partida de vários indivíduos para outros locais, aumento da área urbana e aumento do plantio de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Suporte técnico para cultivo agrícola	Sim, se encontram acessíveis a todos	Os bens e o nível de consumo são variados	NÃO
14		1964	X	X	X	Gerando emprego e renda ao Distrito	Houve ampliação das lavouras de mandiocas, a vinda dos paraibanos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses se estabeleceram de forma mais adequada. Há diferenças sociais, econômicas e políticas	NÃO
15		1957	X	Paranavai	X	De forma indireta	Perda de costumes além, ampliação do cultivo de mandioca e vinda de paraibanos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	NÃO	NÃO
16		1970	1994	Cajazeiras (PB)	Para ter mais expectativa de vida	Através de emprego e renda	Aumento das lavouras de mandioca e mecanização	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG	Em todos os lugares as pessoas usufruem de	SIM

26	1968	X	Paranavai	Por motivos familiares	Gerando emprego e renda	A vinda de paraibanos ao Distrito, mecanização agrícola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Há pessoas com diferenças sociais, econômicas e políticas	NÃO
27	1960	X	Paranavai	X	Geração de benfeitorias e também emprego e renda	Aumentou a população, muitos foram embora do Distrito, a vinda de paraibanos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses se estabeleceram melhor no Distrito	NÃO
28	1941	1949	São Bonifácio (SC)	Com expectativa de melhoria de vida	Gerando emprego e renda	Aumento da população, mecanização e a vinda de paraibanos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses obtiveram melhores condições	NÃO
29	1960	X	Paranavai	X	De forma indireta, através de benefícios trazidos ao Distrito	Ampliação da área urbana, mecanização agrícola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	Sim, são abertas para a população	SIM	NÃO
30	1973	1994	Curral Velho (PB)	O Distrito apresentava qualidade de vida	Através da geração de emprego	Aumento da população urbana e ampliação das plantações	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Não sabe opinar	Catarinenses se estabeleceram de melhor maneira, através de terras e plantações	SIM (por ser nordestina)
31	1963	1977	Salto de Lontra (PR)	Motivos familiares	De forma indireta	Aumento da população, ampliação das lavouras	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	As condições de moradia e consumo não são as mesmas	NÃO
32	1949	X	Paranavai	X	Através de geração de emprego e renda	Aumento do plantio de mandioca, mecanização agrícola, vinda de pessoas de outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Existem diferenças econômicas, sociais e políticas	NÃO
33	1973	1974	Curral Velho (PB)	Por causa das condições de vida no Nordeste	Através das oportunidades oferecidas para o Distrito	Aumento do plantio de mandioca, industrialização e mecanização no campo	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	SIM	SIM

Quadro Entrevistas – Homens

ENTREVISTADO/O	ANO DE NASCIMENTO	ANO DE MIGRAÇÃO	LOCAL DE ONDE MIGROU	MOTIVO DA MIGRAÇÃO	INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA NA VIDA	MUDANÇAS NA PAISAGEM	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO	EXISTEM INSTITUIÇÕES DENTRO DA LOCALIDADE, SÃO ABERTAS A TODA COMUNIDADE.?	EXISTEM DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS NO DISTRITO?	SE SENTE EXCLUÍDO DENTRO DO DISTRITO?
A	1933	1955	São Ludgero (SC)	Havia propagandas de que nesse Distrito as terras eram melhores	Traz benfeitorias ao Distrito através de emprego e renda, movimentando o comércio	Aumento da população, benfeitorias como estradas asfaltadas e escola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	CAEP (Igreja Católica) APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	NÃO	NÃO
B	1976	2018	X	Por motivos familiares	De maneira indireta	Não soube opinar	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Sociais, econômicas e políticas	NÃO
C	1965	1973	Curral Velho (PB)	Por problemas apresentados no Nordeste	Geração de emprego e renda	Aumento da área urbana, ampliação das lavouras de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas Acesso ao transporte público/coletivo	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses detêm melhor poder aquisitivo	SIM (Por vereador do PT e por ser nordestina)
D	1948	1948	Rio Fortuna (SC)	A família observou uma oportunidade de melhoria de vida	Por meio da indústria gera emprego e renda influenciando a todos os moradores	Aumento populacional, mecanização agrícola e ampliação da lavoura	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Sim, são abertas a todas as pessoas	Catarinenses tiveram maiores benefícios	NÃO
E	1965	1974	Curral Velho (PB)	Devido as condições difíceis no Nordeste	Através dos benefícios trazidos ao Distrito	Aumento da população urbana, migração para outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	CAEP (Igreja Católica)	Catarinenses tem melhor poder aquisitivo	SIM
F	1959	X	Paranaíba	X	Benfeitorias para o município e Distrito	Aumento do plantio de mandioca, miscigenação de grupos de pessoas	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Não sabe opinar	Nem todos usufruem das mesmas condições	NÃO
G	1996	X	Paranaíba	X	De forma indireta	Aumento do perímetro urbano, miscigenação de grupos oriundos de vários estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	As instituições podem ser acessadas por todos, mas nem todos se adequam a elas	Diferenças políticas, sociais e econômicas	NÃO

H		1944	1949	Tubarão (SC)	Por melhores condições de vida	De forma nenhuma	Aumento da população, vinda de pessoas de outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Não soube opinar	Catarinenses tiveram benefícios	NÃO
I		1961	X	Paranavaí	X	De maneira indireta por melhorias no Distrito	Aumento do cultivo de mandioca, mecanização agrícola e miscigenação de grupos	Acesso à Saúde Acesso à Educação Acesso ao transporte público/coletivo	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Catarinenses contam com melhores condições de vida	NÃO
J		1949	1972	São João do Paraíso (MG)	Para melhores condições de vida	Geração de emprego e renda	Aumento da área urbana, mecanização no campo	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	As instituições estão abertas para a comunidade, mas nem todos se encaixam nas propostas	Existem diferenças sociais, econômicas e políticas	NÃO
K		1974	1994	Paranavaí	X	Através da geração de emprego e renda	Aumento do cultivo de mandioca, mecanização agrícola, aumento da área urbana	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	São mais assegurados economicamente	NÃO
L		1953	1961	Nova Esperança (PR)	Motivos familiares	Através de emprego e renda e benfeitorias trazidas para o município através da indústria	Aumentou o cultivo de mandioca, crescimento da área urbana. Perdeu-se alguns costumes como o diálogo em alemão	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	Sim, encontram-se acessíveis para todos	As condições econômicas não são todas iguais para os moradores	NÃO
M		1972	2019	Cajazeiras (PB)	Em busca de uma melhoria de vida	Geração de emprego e renda	Aumento da população, aumento do plantio de mandioca	Acesso à Saúde Acesso à Educação Suporte técnico para cultivo agrícola	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Difícilmente as pessoas contam com um mesmo padrão de vida	NÃO
N		1944	X	Paranavaí	X	Geração de emprego e renda	Aumento do plantio de mandioca, a vinda de pessoas de outros estados, mecanização agrícola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Social, econômicas e políticas	NÃO
O		1958	X	Paranavaí	X	De maneira indireta	Miscigenação entre grupos, aumento de produção de mandioca, mecanização	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Alguns são economicamente mais sucedidos que outros	NÃO
P		1971	X	Paranavaí	X	Na geração de benefícios trazidos para o distrito, como também emprego e renda	Aumento da população urbana, mecanização agrícola e vinda de pessoas de outros estados	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Existem diferenças sociais, econômicas e políticas	NÃO

Q	1958	2001	Paranavaí	O distrito apresentava melhores condições de vida	Trazendo benefícios para o distrito	A vinda de pessoas de outros estados, mecanização agrícola	Acesso à Saúde Acesso à Educação Vias Asfaltadas	APRUG (Associação produtores rurais de Graciosa)	Por questões políticas, econômicas e até mesmo sociais	NÃO
---	------	------	-----------	---	-------------------------------------	--	--	---	--	-----

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Pequenas Cidades/Localidades na Região Imediata de Paranavaí:
Caso do distrito de Graciosa

Pesquisador: Angela Maria Endlich

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65643322.7.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.931.366

Apresentação do Projeto:

Trata-se de análise de respostas ao parecer pendente nº : 5.863.155, emitido pelo COPEP em 24/01/2023 em projeto de pesquisa supracitado.

O Noroeste do estado do Paraná hoje compreendido dentro da região imediata de Maringá formou-se a partir da instalação de diversos grupos, vindos dos mais variados estados do Brasil, para povoarem um espaço até então ocupado apenas por nativos e Mata Atlântica intocada. É nesse momento que ocorre o início das ocupações de pequenas áreas de maneira a estabelecer o desenvolvimento local/regional, evidenciando a criação do distrito de Graciosa, Município de Paranavaí, Noroeste do Paraná. Ocupa a porção sul-sudoeste do território Paranaense. Tem uma população estimada de 2.574 pessoas para o ano de 2022, sendo descendentes principalmente de migrantes catarinenses e paraibanos, que chegaram na região a partir dos anos 1950. Conforme o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, 35,4% da população brasileira não residia no município onde nasceu, sendo que 14,5% morava em outro estado. Logo, esse projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o surgimento do Distrito de Graciosa a partir da intenção do estado em colonizar o noroeste paranaense, sendo os primeiros habitantes deste distrito oriundos do estado de Santa Catarina, atraídos pela proposta de desmatamento de área de mata virgem e posterior apropriação das terras por eles desbravadas. Além disso, visa fazer uma análise socioeconômica entre os descendentes dos migrantes oriundos dos estados de Santa

Catarina e Paraíba, formadores da população do Distrito de Graciosa, Paranaíba/PR; bem como analisar a transformação do espaço geográfico de Graciosa após a implementação da agroindústria, com destaque para a mandioca cultura. Para a realização dessa pesquisa serão utilizadas pesquisas bibliográficas e in loco, bem como entrevistas com membros da população local. Pretende-se ao término do trabalho desenvolver gráficos, mapas e descrição detalhada das informações obtidas a fim de auxiliar na interpretação dos resultados alcançados com essa pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a realidade sócio espacial do Distrito de Graciosa, mediante transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa serão suplantados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa abrangerá:- levantamentos e sistematização de dados secundários;- levantamento e sistematização de documentos históricos e referenciais acerca do Distrito de Graciosa;(sendo efetuado desde segundo semestre de 2022 e com conclusão prevista para dezembro de 2023).

-levantamento bibliográfico sobre pequenas localidades, a formação da região, acerca do tema da desigualdade e conceitos afins; (etapa iniciada no primeiro semestre de 2022 e com conclusão prevista em dezembro de 2023).- realização das entrevistas semi-estruturadas com moradores do distrito, cujo roteiro estruturado foi submetido a essa plataforma. Etapa a ser iniciada após aprovação final, prevista para o período de março a junho de 2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada com as devidas correções. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas e foi apresentado em versão reformulada. Apresenta as autorizações necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de respostas ao parecer pendente nº : 5.863.155, emitido pelo COPEP em 24/01/2023:
Pendência 1 - As normas para elaboração do TCLE estão descritas nas Resoluções CNS 466/2012 Continuação do Parecer: 5.931.366 Continuação do Parecer: 5.931.366

510/2016 e devem ser observadas em sua totalidade para o registro do consentimento de participação em pesquisas da área das Ciências Biomédicas e Ciências Humanas. Uma síntese dessas normas também se encontra em nossa página do COPEP (<http://www.ppg.uem.br/index.php/etica-biosseguranca/copep>): Instruções para elaboração do TCLE / TALE.

1.1 - O TCLE deverá ser elaborada na forma de carta-convite e não é necessário colocar o nome do participante no início do documento. Concordando em participar, o mesmo deverá assinar o documento em local específico para tal.

1.2 – Considerando que os entrevistados são moradores do distrito de Graciosa, ao redigir o TCLE o pesquisador deve se atentar para a utilização de linguagem simples, de fácil compreensão para o entendimento do que está sendo proposto. No termo apresentado, o objetivo está assim apresentado: “Este trabalho tem como objetivo compreender a realidade socioespacial do distrito de Graciosa, mediante as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas”. Talvez seja prudente explicar o que é realidade socioespacial.

1.3 – Em seguida, poderiam utilizar frase do tipo: “Sua participação se dará respondendo a algumas perguntas de roteiro por nós preparado e não haverá nenhum tipo de gravação dessa nossa conversa.” Continuar o texto descrevendo de que forma serão identificados os participantes para que não haja possibilidade de serem reconhecidos (anonimização do participante e confidencialidade dos dados), os riscos a que estarão sujeitos e as formas de minimizá-los, bem como, os benefícios diretos e ou indiretos ao participante.

1.4 – As garantias preconizadas podem ser redigidas na forma de orientações do pesquisador para o participante, já que é o pesquisador que informa e não o participante que declara.

1.5 – No parágrafo: “O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.”, orienta-se a redação: “O presente termo foi elaborado em duas vias de igual teor, e deverá ser assinada por mim e por você, além de rubricada por nós dois em todas as suas páginas. Uma das vias será entregue ao participante (ou ao seu representante legal).

1.6 Para garantir a integridade do documento, recomenda-se que as páginas de assinaturas estejam na mesma folha” e/ou que as páginas devem ser numeradas de forma subsequente (exemplo: 1 de 3; 2 de 3,...) conforme o que preconiza o item IV.5.d da Res. 466/2012-CNS.

1.7 Como há a participação de leigos na pesquisa, solicita-se inserir um pequeno parágrafo explicando em linguagem simples o que é o CEP e quais suas atribuições.

1.8 - Ao final do termo, sugere-se substituir o trecho abaixo por: Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

Data _____, ____ de _____ de 20_. Nome da entrevistadora: Maria Helena Vandresen

E-mail: <pg404179@uem.br> Telefone: 55 44

9736-4004 Assinatura: _____ Nome do Entrevistado:

Assinatura: _____

Adverte-se que em todo o documento deve-se utilizar o termo participante de pesquisa e não entrevistado ou voluntário.

“Eu... nome do participante de pesquisa... declaro que fui devidamente orientado...”. Assinatura do entrevistado: _____

Incluir parágrafo contendo “: “Eu... nome do pesquisador ou assistente de pesquisa que aplicou o TCLE, declaro que forneci todas as informações necessárias relativas à pesquisa para o participante”.

Assinatura do pesquisador assistente: _____

Logo após, colocar os nomes dos pesquisadores e seus respectivos contatos, bem como, o endereço, contato e horário de funcionamento do COPEP. Caso a pesquisadora proponente do projeto não vá aplicar o TCLE e sim o pesquisador assistente por ela delegada, solicita-se que o campo de assinatura do pesquisador contenha o nome do pesquisador assistente responsável pela aplicação do TCLE.

RESPOSTA: O referido parecer indicou oito pendências quanto a elaboração do TCLE agrupadas no item 1. Acatamos as pendências com mudanças a seguir detalhas e inseridas em novo arquivo de TCLE, juntado na plataforma sob o título de: TCLE revisado, com as alterações em negrito.

1.1 – Retiramos o espaço para o nome do participante no início do documento e deixamos mais na forma de carta-convite;

1.2 - Procuramos simplificar a linguagem evitando os termos utilizados mais teoricamente, ao invés de nos referirmos ao socioespacial (termo mais teórico) inserimos compreender a realidade local quanto aos seus aspectos sociais e espaciais;

1.3 – Acatamos a sugestão de inserir a explicação de como se dará a participação e a explicação de que os participantes da pesquisa não serão identificados (terceiro

e quarto parágrafos do TCLE), conforme segue:

A contribuição solicitada refere-se a uma das etapas desta pesquisa consiste em realização

Continuação do Parecer: 5.931.366

de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas serão realizadas com formulário semiestruturado, sendo que os registros ocorrerão por meio desse instrumento, sem gravação. Os nomes dos participantes da pesquisas não serão identificados em textos acadêmicos produzidos a partir da referida pesquisa. Dados e informações obtidos serão utilizados única e exclusivamente para essa pesquisa e de forma confidencial.

A participação se dá na forma de respostas a perguntas contidas no mencionado roteiro elaborado pelas pesquisadoras. Os dados e informações prestadas serão mantidos de forma

anônima em materiais que decorrerem da sistematização da pesquisa. Serão utilizados nos textos para se referir aos participantes, mantendo seu anonimato, termos como Participante da pesquisa A, participante da pesquisa B e assim por diante. As pesquisadoras manterão sob sua guarda o material, de modo a evitar o vazamento de dados e informações registradas. Ao responder a entrevista o participante da pesquisa contribuirá para a ampliação do conhecimento da gestão e da realidade social e espacial da localidade, de modo que o conhecimento gerado possa subsidiar futuras melhorias. (TCLE revisado).

1.4 – Alteramos a redação das garantias como forma de orientações do pesquisador, considerando que o pesquisador que informa e não o participante que declara, conforme exposto no parecer.

1.5 – alterada a finalização do documento, de acordo com as orientações quanto a forma de inserir as assinaturas e contatos dos pesquisadores.

1.6 – as assinaturas ficaram em uma só página e a página anterior será vistada pelo pesquisador e participante da pesquisa.

1.7 O penúltimo parágrafo do termo insere explicações de modo claro sobre o que é o Copep, trecho que também se encontra em negrito no TCLE reinserido com o título

de TCLE revisado: Este termo bem como o questionário a ser aplicado foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Maringá. Este conselho consiste em um grupo de docentes pesquisadores (colegiado) interdisciplinar e independente criado para defender os interesses de participantes em pesquisas tendo em vista sua integridade e dignidade para que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (TCLE revisado).

1.8 Por fim, foi acatada a forma final do documento, como pode ser conferido no

novo TCLE anexado sob título indicado anteriormente.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 2: Conforme a Norma Operacional nº 001/2013, o método de pesquisa a ser utilizado deverá contemplar a descrição detalhada dos métodos e procedimentos justificados com base em fundamentação científica; a descrição da forma de abordagem ou plano de recrutamento dos possíveis indivíduos participantes, os métodos que afetem diretamente ou indiretamente os participantes da pesquisa, e que possam, de fato, ser significativos para a análise ética, além dos critérios de inclusão e exclusão desses participantes. Solicita-se que tais informações sejam incluídas nos campos do formulário eletrônico da Plataforma Brasil e, também, no documento ProjetoVandresen.pdf, anexado ao protocolo em 29/11/22.

RESPOSTA: As alterações referentes a essa pendência foram efetuadas no projeto de pesquisa e em quadros da plataforma de submissão, conforme solicitado. No projeto foi acrescentado no item 6 dos procedimentos metodológicos parágrafo detalhando as entrevistas, critérios de seleção de participantes e a menção a adesão as orientações relativas à ética. Foi adicionado novo arquivo de projeto com o nome de ProjetoVandresenajustescronograma. Segue texto do referido parágrafo: As entrevistas serão expressivos complementos para a pesquisa, pois permitirão uma análise mais qualitativa da condição socioespacial da localidade, por meio da manifestação dos seus moradores, sobretudo os que vivem no distrito por período suficiente para contribuir para a compreensão das transformações vivenciadas. A participação nessa etapa da pesquisa estará pautada pela concordância dos moradores, nos termos propostos junto ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá. Serão convidados moradores que vivem no distrito há pelo menos cinco anos, priorizando os considerados pioneiros, que inclusive nele vivem há algumas décadas. (ProjetoVandresenajustescronograma). Nos formulários relativos a plataforma foi inserido como critério de inclusão/exclusão o tempo de moradia na localidade, já que para apreender as transformações ocorridas é necessário que o participante seja morador de pelo menos cinco anos no município.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 3: De acordo com a Norma Operacional 001/2013, com relação ao protocolo de pesquisa, item 3.3.f, o cronograma deve descrever todas as fases da pesquisa com a respectiva duração de cada uma delas e no total, acompanhado compromisso explícito do pesquisador de que nenhum dado será coletado antes da aprovação do CEP responsável. Assim, solicita-se a reelaboração do cronograma apresentado na Plataforma Brasil.

Pendência. O TCLE deve ser redigido na forma de carta convide com uma linguagem clara e objetiva

direcionada ao participante da pesquisa, não deixando quaisquer dúvidas acerca dos riscos e benefícios da pesquisa e também sobre as responsabilidades dos pesquisadores.

RESPOSTA: Em atenção a essa pendência foram detalhadas as etapas de pesquisa no cronograma do projeto no item 7, descrevendo com mais detalhes as fases de pesquisa, apresentados em quadros e a inserção do seguinte parágrafo:

As tabelas 1 2 e 3 apresentam o cronograma proposto para realização da pesquisa científica durante os anos de 2022, 2023 e 2024, respectivamente. Esse cronograma foi ajustado ao longo da pesquisa e para se ajustar ao cronograma de tramitação junto ao Comitê de ética, conforme detalhado na sequência. A previsão de início e duração de cada atividade e etapa de pesquisa foram assinalados por mês/ano nas mencionadas tabelas.

As entrevistas estão previstas para iniciar em março e finalizar em junho, considerando sobretudo o calendário de apresentação do relatório de qualificação da mestranda. A qualificação junto ao PGE em geral precisa conter no relatório parte da dissertação escrita e o trabalho de campo realizado ou com pendências pequenas para serem concluídos. Consideramos para indicar o mês de março para o início que os trâmites junto Copep contam ainda com o mês de fevereiro para serem concluídos. Contudo, caso não seja concluído neste período as entrevistas aguardarão a aprovação para serem iniciadas.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerando o atendimento integral das pendências, à luz dos preceitos éticos, da legislação vigente e informações constantes nos arquivos anexados, o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá se manifesta pela aprovação do projeto de pesquisa em tela. Ressalta-se a necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

RECOMENDA-SE que o primeiro parágrafo do TCLE deixe mais clara a condição de convite e sugerimos que a redação seja do tipo: gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa...

Considerações Finais a critério do CEP:



Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2047003.pdf	02/02/2023 20:29:58		Aceito
Outros	Resposta.pdf	02/02/2023 20:29:15	Angela Maria Endlich	Aceito

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE revisado.pdf	02/02/2023 20:28:35	Angela Maria Endlich	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto Vandresen ajustes cronograma.pdf	26/01/2023 10:43:24	Angela Maria Endlich	Aceito
Outros	Justificativa aut local pesquisa.pdf	30/11/2022 15:06:12	Angela Maria Endlich	Aceito
Outros	Justificativa ausência Pequenas localidades.pdf	29/11/2022 11:00:09	Angela Maria Endlich	Aceito
Outros	Roteiro entrevista Pequenas localidades.pdf	16/11/2022 16:45:49	Angela Maria Endlich	Aceito
Folha de Rosto	FR Vandresen.pdf	16/11/2022 16:44:16	Angela Maria Endlich	Aceito



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 5.931.366

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 08 de Março de 2023

Assinado por:

Maria Emília Grassi Busto Miguel



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 08 de Março de 2023

Assinado por:

Maria Emília Grassi Busto Miguel

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



ANEXO 2 - TCLE**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Angela Maria Endlich (docente orientadora) e Maria Helena Vandresen da Silva (mestranda) da Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, estamos desenvolvendo o projeto: As Pequenas Cidades/Localidades na Região Imediata de Paranavaí: Caso do distrito de Graciosa, coordenado pela referida prol. orientadora, Dr^a. Angela Maria Endlich (amendlich@uem.br).

Este projeto tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no distrito de Graciosa após a instalação de indústrias do setor alimentício, bem como implicações na vida de grupos de migrantes de diferentes procedências na localidade. O projeto refere-se a pesquisa que deverá resultar em uma dissertação de mestrado de Maria Helena Vandresen.

Uma das etapas desta pesquisa consiste na aplicação de uma entrevista semi-estruturada com questões afins aos objetivos do projeto. Não serão efetuadas gravações, apenas ficarão os registros das respostas a questões abertas e fechadas em papel. Dado as informações obtidos serão utilizados única e exclusivamente para essa pesquisa e de forma confidencial (identificados no texto como Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C e assim por diante).

Pela natureza da pesquisa e do roteiro preparado para a entrevista existe o risco de ser cansativo e existe a possibilidade de ao responder ocorrer reflexões e pensamentos não existentes anteriormente.

O entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção. Declara que tem conhecimento de que pode expor dúvidas e interromper o processo de participação a qualquer momento.

O entrevistado ao assinar este termo, em duas vias (uma entregue a ele) declara que foi informado de que o documento será mantido somente em poder dos pesquisadores e para o controle das entrevistas realizadas.

Agradecemos pela participação.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Entrevistadora: Maria Helena Vandresen da Silva

E-mail: <pg404179@uem.br>
Assinatura

Telefone: +55 44 9736-4004

Nome do Entrevistado:

Assinatura: _____

ANEXO S 3 - TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo a participar e contribuir para com a pesquisa “As pequenas cidades/localidades na Região Imediata de Paranavaí, caso do Distrito de Graciosa”. Seu aceite será formalizado por este termo, como participante da pesquisa, conforme exposto a seguir. Trata-se de pesquisa vinculada a Universidade Estadual de Maringá, por meio do projeto: “As pequenas cidades/localidades na Região imediata de Paranavaí caso do Distrito de Graciosa”, coordenado pela prof. De. Angela Maria Endlich.

Este trabalho tem como objetivo compreender a realidade do distrito de Graciosa, mediante as transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas, quanto aos seus aspectos sociais e espaciais.

A contribuição solicitada refere-se a uma das etapas desta pesquisa consiste em realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas serão realizadas com formulário semiestruturado, sendo que os registros ocorrerão por meio desse instrumento, sem gravação. Os nomes dos participantes da pesquisas não serão identificados em textos acadêmicos produzidos a partir da referida pesquisa. Dados e informações obtidos serão utilizados única e exclusivamente para essa pesquisa e de forma confidencial.

A participação se dá na forma de respostas a perguntas contidas no mencionado roteiro elaborado pelas pesquisadoras. Os dados e informações prestadas serão mantidos de forma anônima em materiais que decorrerem da sistematização da pesquisa. Serão utilizados nos textos para se referir aos participantes, mantendo seu anonimato, termos como Participante da pesquisa A, participante da pesquisa B e assim por diante. As pesquisadoras manterão sob sua guarda o material, de modo a evitar o vazamento de dados e informações registradas. Ao responder a entrevista o participante da pesquisa contribuirá para a ampliação do conhecimento da gestão e da realidade social e espacial da localidade, de modo que o conhecimento gerado possa subsidiar futuras melhorias.

O participante da pesquisa autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, após ser informado de forma detalhada e livre de qualquer forma de constrangimento e coerção.

O participante da pesquisa foi informado sobre:

- a garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- a garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;

- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos
- pelo orçamento da pesquisa.

Este termo bem como o questionário a ser aplicado foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Maringá. Este conselho consiste em um grupo de docentes pesquisadores (colegiado) interdisciplinar e independente criado para defender os interesses de participantes em pesquisas tendo em vista sua integridade e dignidade para que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos.

O presente termo foi elaborado em duas vias de igual teor, e deverá ser assinada por mim e pela pesquisadora, além de rubricada por nós dois em todas as suas páginas. Uma das vias será entregue ao participante (ou ao seu representante legal).

Desde já agradecemos pela participação.

_____, ____ de ____ de 20a.

Assinaturas:

Eu

(nome do participante) declaro que fui devidamente orientado quanto à participação na pesquisa.

Assinatura do participante

Eu,

(nome do pesquisador ou assistente de pesquisa que aplicou o TCLE) declaro que forneci todas as informações necessárias relativas à pesquisa para o participante.

Maria Helena Vandresen da Silva pg404179@uem.br

Angela Maria Endlich —<amendlich@uem.br>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4597

Fax: (44)3011-4444

E-mail: copep@uem.br